

ESCOLA SUPERIOR DE TEOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA

MARIA DA PENHA ALMEIDA FEHLBERG

SERVIÇO SOCIAL: INFLUÊNCIAS RELIGIOSAS, CONSTITUIÇÃO DA PROFISSÃO E
DESAFIOS ATUAIS

SÃO LEOPOLDO, RS

2009

MARIA DA PENHA ALMEIDA FEHLBERG

SERVIÇO SOCIAL: INFLUÊNCIAS RELIGIOSAS, CONSTITUIÇÃO DA PROFISSÃO E
OS DESAFIOS ATUAIS

Dissertação apresentada ao Mestrado de Teologia Prática da Escola Superior de Teologia, Programa de Pós-Graduação em Teologia como requisito para obtenção do Grau de Mestre em Teologia.

Orientador: Roberto Ervino Zwetsch

SÃO LEOPOLDO - RS

2009

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F296s Fehlberg, Maria da Penha Almeida

Serviço social : influências religiosas, constituição da profissão e os desafios atuais / Maria da Penha Almeida Fehlberg ; orientador Roberto Ervino Zwetsch. –

São Leopoldo : EST/PPG, 2009.

123 f. : il.

Dissertação (mestrado) – Escola Superior de Teologia. Programa de Pós-Graduação. Mestrado em Teologia. São Leopoldo, 2009.

1. Serviço social – Aspectos religiosos – Cristianismo.
2. Serviço social – Brasil. 3. Serviço social – História.
I. Zwetsch, Roberto Ervino. II. Título.

Ficha elaborada pela Biblioteca da EST

BANCA EXAMINADORA

.....

Prof.º Drº Roberto Ervino Zwetsch

Presidente

.....

Profª. Drª. Gisela Isolde Waechter Streck

Examinadora

.....

Prof.ª Drª. Maria das Graças Cunha Gomes

Examinadora

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo conhecer a influência religiosa posta ao Serviço Social, assim como compreender como se deu a constituição da profissão, o papel das mulheres e os desafios que a mesma enfrenta nos dias atuais.

O objetivo é colaborar na construção de conhecimentos na área de Serviço Social, bem como aprofundar os estudos na área teológica, tendo em vista que vivemos em um mundo globalizado, neoliberal, onde a mudança nas demandas para a profissão são uma constante. Desta forma, buscou-se uma releitura de vários autores para atingir o objetivo, fazendo na realidade uma ressignificação de seus escritos.

O Serviço Social é aqui analisado considerando a influência religiosa em seu surgimento através da convocação da Igreja à sociedade, para o desenvolvimento da ação social, da prática da ajuda, do exercício da caridade e da solidariedade. Destaca-se, portanto, a influência católica e protestante e a filosofia tomista em sua origem. Por conseguinte, hoje o Serviço Social é uma profissão que trabalha as questões sociais, visando à efetivação da cidadania e a garantia de direitos aos cidadãos.

A relação com a religião vem sendo negada, apresentando-se o Serviço Social como surgindo com o agravamento da questão social advinda do capitalismo. Portanto, seu desenvolvimento enquanto profissão legitimada socialmente e seu projeto ético político transportam-na para o olho do furacão, na luta pelos direitos sociais.

Palavras - chave: Serviço Social, Igreja, Solidariedade, Diaconia, Gênero.

ABSTRACT

The goal of this work is to know the religious influence at the Social Work, and understand the beginning of the profession, the woman's function and its challenges nowadays.

The objective is to collaborate at the knowledge construction of Social Work's area, as well deepen the studies on theological area, considering that we all live in a globalized world, neoliberal, where the change on the demands for the construction are constants. This way, it looks for a rereading of many authors to hit the objective, actually doing a re on his rights.

The Social Work is here analyzed considering the religious influence in its surges beyond the Catholic Church's convocation to the charities ladies, to the developing of the catholic social action, the practice of helping, the charity exercise and the solidarity. The protestant influence and the Thomism philosophy in his origin, also highlights. Therefore, nowadays, the Social Work is a profession that works the social questions, looking for the citizenship effect and the guaranties to citizen's rights.

The relation with religion has been being denied, presenting the Social Work surging with the worsening of social question coming from capitalism. That is why in its developing like socially legitimized profession and its political ethical project carries it to the hurricane's eye on the fight to the social rights.

Key-words: Social Work, Church, solidarity, Deacon, gender.

Dedico este trabalho a Deus, sempre presente
em minha vida e a minha família,
meu lugar ao sol,
meu porto seguro.

AGRADECIMENTOS

Agradeço de coração aos meus Professores da EST, exemplos de que é possível conviver sabedoria e humildade.

Agradeço em especial ao Prof. Dr^o Roberto Ervino Zwetsch pela orientação paciente e dedicada, e por compartilhar comigo seu imenso universo de conhecimentos. Sem sua grande ajuda, não teria sido possível este trabalho.

Agradeço a Prof. Dr^a. Maria das Graças Cunha Gomes, da UFES, que mesmo em seu cotidiano assoberbado de tarefas, encontrou tempo para ajudar-me, compartilhando seu imenso saber.

Agradeço a Prof^a. Dr^a. Gisela Isolde Waechter Streck, da EST, por ter feito parte desta minha caminhada, e por fazer parte de minha banca de defesa, com sua valiosa contribuição.

Agradeço a Faculdade Unida, sua direção, funcionários e corpo docente pela possibilidade do Mestrado da EST em nossa capital.

Agradeço a meus pais, sogros, cunhados, cunhada, irmãos e sobrinhos, também me desculpando pelas ausências.

Agradeço ao meu amor e companheiro de jornada, José Roberto, pelo carinho e paciência. Sem seu apoio nada teria sido possível, muito menos este trabalho.

Agradeço aos meus filhos maravilhosos, Ricardo e Thays, que reclamam minha presença, mas compreendem as ausências.

Agradeço aos meus colegas de Curso de Mestrado pelo companheirismo e amizade.

Agradeço à Faculdade Metodista do Espírito Santo, cuja Direção e colegas de trabalho contribuíram significativamente para a realização deste trabalho, e cujos alunos são fonte diária de aprendizado em minha vida.

Obrigada, muito obrigada.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| INTRODUÇÃO..... | 11 |
| 1. INFLUÊNCIAS RELIGIOSAS NO SERVIÇO SOCIAL..... | 16 |
| 1.1 Serviço Social e Igrejas..... | 18 |
| 1.2 Diaconia e Igreja: a contribuição das mulheres para o Serviço Social..... | 40 |
| 1.3 Constituição da profissão Serviço Social..... | 59 |
| 1.4 História da profissão Serviço Social..... | 61 |
| 2. SERVIÇO SOCIAL E OS DESAFIOS ATUAIS..... | 79 |
| 2.1 Legislação do Serviço Social..... | 80 |
| 2.2 Serviço Social: entre a manutenção do <i>status quo</i> e sua transformação ativa..... | 89 |
| 2.3 Serviço Social e cidadania: a luta pelos direitos sociais..... | 96 |
| 2.4 Serviço Social e participação..... | 103 |
| CONCLUSÃO..... | 109 |
| REFERÊNCIAS | 113 |

INTRODUÇÃO

Escrever sobre Serviço Social é um grande desafio feito há algum tempo por pessoas amigas, que têm acompanhado a trajetória profissional da autora, que sempre se esquivava, alegando mil motivos para adiar.

Nesta Dissertação de Mestrado em Teologia na Escola Superior de Teologia (EST), surge então a oportunidade de executar essa tarefa, por meio da qual foram possíveis reflexões interessantes sobre o Serviço Social, as possibilidades e efetividade dessa profissão, e de sua proposta crítica que de fato possibilita o exercício profissional competente e comprometido com o enfrentamento das expressões da questão social. Tarefa complexa leva a um olhar para trás, resgatando a história da constituição da profissão. Profissão onde a autora desenvolve sua prática, uma vez que toda sua trajetória profissional aconteceu e acontece dentro do Serviço Social, que tem um papel muito importante em sua vida.

Porém o olhar também retorna ao presente, buscando uma análise dessa profissão e seus desafios na atualidade, que vão desde o ranço assistencialista herdado do passado e da necessidade de capacitação continuada até a luta pelos direitos sociais neste mundo neoliberal e globalizado. É um olhar que, de certa forma, busca o futuro, vislumbrado como promissor para esse campo, que tem uma grande tarefa na sociedade, visto seu compromisso ético- político de trabalhar junto às classes subalternizadas na ampliação de sua cidadania e no enfrentamento da barbárie do capitalismo.

Assim, esta pesquisa objetiva trazer à baila a questão da influência religiosa na constituição da profissão, fazendo um recorte da industrialização até os dias atuais, numa releitura da história já contada por autores que aqui é citada durante o desenvolvimento dessa análise. Logicamente, a autora não almeja trabalhar na totalidade do que foi produzido neste período histórico sobre o tema, tampouco fazer uma análise profunda de autores renomados. Almeja o que compreende como uma re-significação desta história, e se arrisca a fazer uma breve releitura do que foram os primórdios da história da profissão Serviço Social. Esta profissão teve significativa

influência da Igreja, que exerceu importante papel para o exercício da caridade, da solidariedade, da organização de ajuda, preocupação com a moral, bons costumes e com a estruturação das famílias. Isto se percebe inclusive nos dias de hoje, mesmo com a existência de Políticas Públicas, como a Política de Assistência Social, que visa à inclusão social do cidadão nas demais políticas sociais buscando a garantia dos mínimos sociais. Esta constatação apontou para a necessidade de discutir sobre os desafios que aqui são entendidos como hoje postos ao Serviço Social.

Para realização desta pesquisa, foi desenvolvido um trabalho no sentido de buscar conhecimento do processo histórico de como se deu esta mudança da ajuda, da caridade, para a profissão Serviço Social, observando que é importante o entendimento das transformações societárias, impulsionadas pelo surgimento do capitalismo e aceleradas com o neoliberalismo, a globalização, o pós-modernismo. A compreensão é que essas transformações levaram o Serviço Social a também se modificar, e que essas mudanças foram a mola propulsora para esta pesquisa de Mestrado em Teologia, que tem a pretensão de ajudar na produção de conhecimento na área de Serviço Social na Faculdade Metodista onde a autora leciona, levando, assim, sua modesta contribuição para a academia.

Busca-se também um aprofundamento no conhecimento da área teológica, seguindo a lógica de que existe uma forte herança religiosa na profissão Serviço Social, que teve uma vinculação religiosa, com a filosofia tomista e prática positivista em seus primórdios. Ainda hoje, parte da categoria dos assistentes sociais apresenta uma vertente de religiosidade impregnando suas ações, mesmo com a presença de um novo projeto ético-político profissional em vigor e a luta empreendida pela categoria pela garantia de direitos à cidadania.

Desta forma, este estudo parte da hipótese da existência de uma forte influência religiosa na profissão Serviço Social, no desenvolvimento de suas ações sócio-assistenciais, principalmente vinculadas a Organizações Não Governamentais (ONGs) ou Fundações religiosas, sendo aqui utilizada como Metodologia a Pesquisa Bibliográfica¹, que se mostrou eficaz, pois possibilitou o conhecimento de informações

¹ MARCONI, Marina de A. & LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragem e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 2002, p.71.

sobre o histórico da profissão, as influências religiosas e os desafios atuais, por conseguinte, a utilização fundamentalmente das contribuições de diversos autores sobre o assunto em questão. Aqui foi feito também um tratamento analítico, uma reelaboração do que foi encontrado, sem esquecer do papel da mulher para a profissão.

O desenvolvimento da pesquisa possibilitou um enveredar por caminhos muito interessantes, nos quais houve o vislumbrar de um atravessar de avenidas do positivismo e ingresso nas autopistas da dialética. Também haviam pontes, como as da fenomenologia, por exemplo. Portanto, andar pelos caminhos que vão desde a leitura dos antigos clássicos como os de Harriet Bartlet, Balbina Ottoni Vieira, Ezequiel Ander-Egg, Norberto Alayon, passando por Ana Maria Pavão, até os atuais como José Paulo Netto, Carlos Montañó, Maria Carmelita Yasbek, Marilda Iamamoto, Aldaíza Sposati e tantos outros que vêm acrescentando seu saber ao Serviço Social, foi uma verdadeira aventura. O objetivo, entretanto, não é a uma análise comparativa dos autores, mas a busca pela compreensão de sua contribuição, em certo sentido uma re-significação do que foi produzido sobre a constituição da profissão. E por mais que se tente negar, esta profissão parece estar sempre sendo apanhada na armadilha da influência humanista, religiosa, voluntarista, numa visão focalista, sendo que o Serviço Social como profissão, no dizer de Yasbeck², desenvolve sua intervenção junto aos segmentos mais empobrecidos e subalternizados da sociedade. Tais serviços sociais estão voltados ao atendimento das chamadas necessidades de sobrevivência da população em extrema miséria e excluída do acesso aos bens e serviços da sociedade.

Então a pergunta a se fazer seria: este é o caminho percorrido pela profissão? Como ficariam as análises de autores que colocam o Serviço Social no bojo das lutas entre as classes pela hegemonia, em que o profissional deve reorientar sua prática e colocá-la a serviço da classe dominada? Como caminhar no sentido do fortalecimento do projeto ético-político profissional da categoria? Quais caminhos ainda realizaremos ao longo de nossa história?

Portanto, nessa pesquisa o objetivo é buscar e analisar informações relacionadas à temática em questão, ressaltando a influência da Igreja no surgimento do Serviço Social, e as práticas sociais do surgimento do capitalismo até o

² YASBECK, Maria C. **O serviço Social como especialização do trabalho coletivo**. In Capacitação em Serviço Social: Reprodução social, trabalho e Serviço Social. Módulo 2, Brasília: CEAS/UNB-CFESS.1999. p. 95.

desenvolvimento da profissão, decorrente do desenvolvimento das relações capitalistas. Buscar também conhecer como se dá hoje, no cotidiano do profissional, o papel da mulher nesta construção, a re-significação das influências religiosas, assim como conhecer os desafios atuais postos à profissão.

Esta pesquisa se constitui das seguintes partes: no primeiro capítulo, é apresentada a influência religiosa na profissão, quando também acontece a busca pela compreensão da profissão e a sua caminhada humanista, mostrando a solidariedade, a diaconia e o papel da Igreja nos primórdios da profissão, além de focar a contribuição das mulheres.

No segundo capítulo, é apresentada a constituição da profissão Serviço Social, num resgate da visão de vários autores que contam esta história, na qual a ousadia é a busca pela re-significação, além de uma visão panorâmica da Legislação da Profissão.

Aqui, já constituída a profissão, é apresentada uma trilha percorrida pelos caminhos da participação e a busca da ampliação da cidadania, numa luta pelos direitos sociais.

Nesta trajetória, há uma busca por aportes teóricos, sendo que nas bibliografias usadas buscou-se extrair conceitos, trabalhar idéias que levassem a atingir os objetivos deste estudo, que tem como palavras – chaves: Serviço Social, Igreja, Solidariedade, diaconia e gênero.

Para realização da pesquisa, foi necessária a aprovação da Escola Superior de Teologia (EST), a fim de ser validada a importância e seriedade da mesma. Tal aprovação deu-se no processo de Orientação, Seminário de Pesquisa e na Qualificação.

Após os dados coletados na pesquisa bibliográfica, foi realizada uma análise do material de forma qualitativa³, considerando sua importância para o entendimento da pesquisa. Para finalizá-la, é expressa na conclusão, a relevância do objeto estudado, que é a importância da Igreja no surgimento da profissão Serviço Social. O estudo é fundamentado, ainda, na literatura disponível sobre a profissão, sua constituição, e o

³ MINAYO, Maria Cecília de S.(Org) et. al. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2000, p.67.

conhecimento da prática profissional do assistente social na atualidade. Seguem as referências que foram utilizadas ao longo do trabalho.

1. INFLUÊNCIAS RELIGIOSAS NO SERVIÇO SOCIAL

O Serviço Social sofreu influências religiosas desde seus primórdios. Na Europa, onde primeiro se instalou enquanto profissão, em 1899, observa-se a influência protestante na organização da caridade, que deflagrou um importante movimento de ação social como intervenção para melhorar a vida dos pobres.

Segundo Simões Neto⁴,

A Inglaterra se tornou um país paradigmático na discussão sobre assistência. Como país pioneiro na introdução das inovações que acarretaram a Revolução Industrial, foi o primeiro a experimentar as políticas da Lei dos Pobres (Poor Law) de combate à pobreza urbana e às “disfuncionalidades sociais”. No entanto, o estabelecimento da primeira Escola de Serviço Social foi tardio (1954), sob os auspícios da London School of Economics and Politics (Escola de Economia e Política de Londres).

Para Simões Neto⁵, há uma marca religiosa na profissão, visto que o surgimento de escolas e centros de estudos para a formação profissional sempre esteve ligado a iniciativas de voluntários, que praticavam a caridade. Assim, foi fundada em 1896 a primeira Charity Organization Society (Sociedade de Organização da Caridade-COS), baseada nas idéias de Octavia Hill. Em 1903, a COS formou sua própria Escola. Citando a influência de Vives, afirma Martinelli⁶

Sua influência se faz presente também nas iniciativas do pastor Thomas Chalmers, inglês radicado em Glasgow, que defendia em sua paróquia a idéia da caridade tornar-se uma ciência, operacionalizando-se a partir de normas e critérios científicos, o que levaria à eliminação de qualquer risco de envolvimento emocional entre os agentes e aqueles que recebiam a assistência.

Martinelli⁷ aponta também a influência religiosa nos membros da alta sociedade inglesa como uma grande contribuição para a organização da caridade, precursora da Profissão Serviço Social:

Em 1851, Florence Nightingale, pertencente a mais alta sociedade inglesa, tendo tomado conhecimento de trabalhos que se desenvolviam na Alemanha

⁴ SIMÕES NETO, José Pedro. **Assistentes Sociais e religião**: um estudo Brasil/ Inglaterra. São Paulo: Cortez, 2005. p. 30.

⁵ SIMÕES NETO, José Pedro. 2005.p. 31-32.

⁶ MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social**: identidade e alienação. São Paulo: Cortez, 2000. p.101.

⁷ MARTINELLI, Maria Lúcia. 2000. p.102.

pelas diaconisas, e na França pelas irmãs de caridade, resolveu estagiar naqueles locais para melhor conhecê-los. Em ambos, o que estava presente era a preocupação com doentes e com os pobres, e a realização de visitas domiciliares como forma de atenuar seus sofrimentos físicos e sociais. [...]. Em 1865, Octavia Hill iniciou seu trabalho de educação familiar e social com os moradores de três casas, adquiridas para este fim pelo escritor John Ruskin.

Essas protoformas da profissão deixam clara a sua origem fortemente influenciada pela religião, sendo o Serviço Social estruturado para atender demandas de trabalho de forma local, distritalizada e de responsabilidade do governo, mas com reforço do voluntariado, pois há uma aproximação entre práticas assistenciais das entidades filantrópicas, voluntárias, e o Estado.

Para Simões Neto⁸, não foi somente na Inglaterra que as organizações protestantes influenciaram na fundação de Instituições de ensino de Serviço Social, mas também na Alemanha, Áustria, Bélgica, Finlândia, Suécia e Noruega. Este movimento acontece também nos Estados Unidos da América, onde a contribuição da ética protestante e do calvinismo levam a idéia de que o homem deve criar riquezas e ser auto-suficiente, sendo ajudados aqueles que não se encontrassem aptos ao trabalho. Para Zwetsch⁹, o protestantismo chegou à América Latina objetivando evangelizar as massas ignorantes do evangelho, propondo uma nova concepção de civilização, na qual se buscava a integração com a comunidade, logicamente trazendo também melhorias em termos educacionais. Portanto, acaba-se por alargar as perspectivas de futuro, até que surge na Universidade de Nova Iorque a Escola de Trabalho Social, fortemente influenciada por Mary Richmond, que defende o trabalho organizado e metódico. Ela também introduz o atendimento de caso em que realiza uma investigação detalhada das condições de vida do cidadão e do meio em que vive para buscar sua promoção através de ajuda. Para a realização do estudo de casos, Mary apresenta a necessidade de um diagnóstico, mostrando, assim, uma tendência hoje conhecida como fenomenologia.¹⁰ A partir daí, é que surgiram o Serviço Social de grupo e de Comunidade.

⁸ SIMÕES NETO, José Pedro. 2005. p. 44.

⁹ ZWETSCH, Roberto Ervino. **Missão como com- Paixão**. Por uma Teologia da Missão em perspectiva latino-americana. Tese de Doutorado em Teologia pela EST. Orientador: Dr. Rudolf von Sinner. São Leopoldo: EST, 2007, p. 343.

¹⁰ VIEIRA, Balbina Ottoni. **Serviço Social: Precursores e Pioneiros**. Rio de Janeiro: Agir, 1984. p. 77.

Que a igreja católica teve forte influência no Serviço Social não se pode negar, e isso se percebe mais claramente em países como Itália, França, Portugal e Espanha. No Brasil e na América Latina, a influência religiosa predominante também foi a católica, e ainda em relação ao nosso país, encontra-se também a influência franco-belga. Assim, sob a batuta da Igreja, que convoca as moças bondosas da sociedade para a ação social católica, delimita-se o início da história da profissão, que conseguiu superar suas raízes de concepção idealista, para um exercício profissional comprometido com a democratização dos direitos sociais.

1.1 Serviço Social e Igrejas

O Serviço Social é uma profissão que tem em seu nascedouro forte presença religiosa, visto ter, em seus primórdios, a componente caridade, ajuda aos necessitados, que caminha para uma ação social da Igreja mais organizada, até o surgimento da profissão.

Esse fato fez com que a religião deixasse na profissão uma marca profunda que, segundo Simões Neto¹¹ acaba sendo responsável pelas fronteiras pouco definidas entre o trabalho voluntário e o profissional, visto que ambos desenvolvem políticas e programas assistenciais. Tais ações podem dar-se tanto em agências privadas como no Estado, sendo realizadas em parcerias ou terceirizadas entre Estado e organizações e associações privadas.

Esta é uma questão presente desde que a prática social buscou tornar-se científica, passando a se diferenciar da mera ação caritativa e voluntária, o que fez surgir uma área de tensão entre religião e trabalho voluntário, tendo em vista os ideais de um fazer profissional do Serviço Social.

A indefinição dos limites profissionais também foi responsável por esta tensão, visto que a industrialização, que veio trazendo uma dinâmica diferenciada do capitalismo para cada país, deu um tratamento diferenciado à pobreza e às

¹¹ SIMÕES NETO, José Pedro. 2005. p. 28-29.

desigualdades sociais. Assim, na realidade européia, e latino-americana encontramos divergências no estabelecimento do estatuto profissional do Serviço Social, que teve dúvidas quanto à extensão dos cursos, seu caráter técnico ou acadêmico, mais pragmático ou erudito, mais intelectualizado ou mais voltado para as habilidades vocacionais.

Estas questões levaram ao repensar de traços característicos da profissão, principalmente no tocante ao atendimento dos pobres, para que fossem seguidos os novos rumos na direção da assistência como direito do cidadão. Nos primórdios da profissão¹², a mediação religiosa se expressou imprimindo um cunho religioso que teve eco nos valores religiosos dos assistentes sociais. Portanto, foi a partir do surgimento da industrialização, quando se reduz a produção artesanal e manufatureira, que modificou-se o cenário econômico e familiar. A mão-de-obra já não era apenas a masculina, mas também feminina e a infantil, o que implicou em novas demandas de serviços de atendimento social.

A política econômica do *laissez-faire*, que visava o máximo de lucro, fixando salários abaixo da subsistência¹³, levou famílias inteiras para as fábricas e minas em busca de sobrevivência, fazendo surgir uma nova classe de pobres: os assalariados que não ganhavam o suficiente para viver.

Agravando ainda mais a situação com a progressiva decadência das pequenas manufaturas, inicia-se um crescimento desordenado das cidades, que surgem sem planejamento e sem higiene, provocado pela ida de famílias para áreas próximas ao seu

¹² Para Montañó, existem duas teses opostas sobre a gênese do Serviço Social, aqui será explicitada uma, em que numa perspectiva endogenista o Serviço Social tem a origem na evolução, organização e profissionalização das formas de ajuda, de caridade e filantropia, vinculadas hoje a intervenção na questão social. O autor analisa esta tese como focalista, equivocada, por ser endogenista, não considerando a realidade, as lutas sociais, seus atores coletivos, sua relação vinculada a categorias sócio-econômicas e coletivas, e não passando de uma maquete desta historiografia, em que se valorizam os personagens protagonistas do desenvolvimento profissional. A outra tese será apresentada posteriormente neste estudo. Cf. MONTAÑO, Carlos. **La naturaleza del Servicio Social**: un ensayo sobre su génesis, su especificidad y su reproducción. Traducción de Alejandra Pastorini. São Paulo: Cortez, 1998.p.9-19

¹³ Martinelli cita a era do ferro como surto de desenvolvimento que absorveu muita mão-de-obra, atraindo para a Inglaterra, entre 1835 a 1850, cerca de um milhão e quinhentos mil irlandeses, massacrados pela fome e barbárie inglesa, num mundo impregnado pelo capitalismo com crescente produção industrial, o que gerava concentração populacional operária, impondo crescimento de vilas operárias precárias inadequadas quanto à qualidade de vida. As transformações trazidas pela revolução industrial não eram só industriais, mas uma nova ordem social surge polarizando duas classes sociais sob o signo da contradição e antagonismo: a burguesia e o proletariado. Cf. MARTINELLI, Maria Lúcia.2000. p. 41- 42.

local de trabalho, o que lhes poupava gastos com transporte e facilitava seu engajamento como força produtiva das novas fábricas.

Para Martinelli¹⁴, uma nação livre, na qual se proíbe a escravatura, tem como riqueza mais segura, seu grande número de pobres laboriosos, que mantêm em equilíbrio e funcionando o sistema capitalista. A autora cita a tese de Thomas Malthus, ministro da Igreja Anglicana, que prega a limitação do nascimento de pobres para se obter equilíbrio social:

Essa perspectiva alienada e alienante dos problemas sociais, generalizada entre a burguesia européia, deitava suas raízes no modo de produção capitalista, fundado na alienação, no antagonismo e na contradição. Penetrando forte na sociedade burguesa constituída e na consciência da burguesia, essas marcas do capitalismo produziam o “modo capitalista de pensar”, segundo o qual as mesmas são básicas para a sustentação do regime. A própria Igreja partilhava dessa posição, vendo no antagonismo da produção capitalista uma lei natural da riqueza social.

Também há o entendimento do pastor anglicano Joseph Townsend, em 1786, que defende uma justificativa teológica como condição necessária à riqueza, numa argumentação que parece afirmar que Deus instituiu a pobreza como necessária à ordem do sistema capitalista, ao escrever uma reflexão sobre a Lei dos Pobres¹⁵:

Parece uma lei natural que os pobres até certo ponto sejam imprevidentes, o que proporciona a existência de indivíduos para exercerem os ofícios mais servis, mais sórdidos e mais ignóbeis da comunidade. O cabedal da felicidade humana é ampliado quando os mais delicados ficam isentos do trabalho servil e podem realizar sua vocação superior sem interrupções [...] A lei de assistência aos pobres tende a destruir a harmonia e a beleza, a simetria e a ordem desse sistema que Deus e a natureza criaram no mundo”.

Para Martinelli¹⁶, também o monge veneziano Gianmaria Ortes, economista de prestígio, se expressou sobre a necessidade da exploração do pobre para a manutenção da riqueza social em sua obra *Sobre a economia nacional*, de 1774. Nessa obra, afirma que numa nação, os bens e os males econômicos mantêm-se sempre em equilíbrio, sendo que a abundância de bens para uns pressupõe a falta destes para outros,

¹⁴ MARTINELLI, Maria Lúcia. 2000. p. 81.

¹⁵ MARTINELLI, Maria Lúcia. 2000. p. 82.

¹⁶ MARTINELLI, Maria Lúcia. 2000. p. 83.

assim como a diligência de uns leva à ociosidade de outros. Então os pobres e os ociosos são consequência necessária dos ricos e dos trabalhadores, posição partilhada pela Igreja, que via na produção capitalista uma lei natural de riqueza social.

Na Europa, para fazer frente a prementes demandas dos pobres, inicia-se uma organização nos serviços de caridade, utilizando as idéias de São Vicente de Paulo e Juan Luis de Vives, influenciadas ainda pelo ideário da Revolução Francesa. Esta organização é um passo importante para mais tarde consolidar a profissão, que se inicia com o surgimento de fundações religiosas e leigas, conforme a argumentação.

A primeira forma organizada de prestação de assistência aos pobres ocorreu em Nuremberg, Alemanha, em 1788, com a criação do Bureau Central, com um diretor remunerado e a divisão da cidade em distritos, cada um com um supervisor. Esse centro recebia ajuda de vários voluntários para visitar as famílias pobres, conhecerem as causas da pobreza e prestarem assistência, o que já foi um início de descentralização desse tipo de assistência.

Sendo Nuremberg uma cidade alemã, com raízes protestantes, pode-se afirmar que a forte influência protestante se fazia presente, mas observa-se serem colocados em prática os escritos de Juan Luiz de Vives, espanhol descendente de judeus, convertido ao catolicismo.

Em 1833, surge na França uma organização privada para ajuda aos pobres, composta de rapazes e homens leigos, que visitavam e ajudavam as pessoas sob a liderança de Frederico Ozanan, tendo como presidente José Bailly e patrono São Vicente de Paula. A novidade é que o trabalho social, antes, era todo realizado por mulheres, e agora são homens que o assumem. Esta organização objetivava ainda, segundo Vieira¹⁷,

1 - Manter seus membros na prática da vida cristã, por exemplos e conselhos mútuos;

2 - Visitar os pobres em seus domicílios, levando-lhes socorro material e consolações religiosas;

¹⁷ VIEIRA, Balbina Ottoni. **História do Serviço Social**: contribuição para a construção de sua teoria. Rio de Janeiro, Agir, 1977.p. 43-45.

3 – Proporcionar instrução elementar e cristã às crianças e aos pobres;

4 - Difundir a boa leitura;

5 - Dedicar-se a todas as obras de caridade que não contrariassem o fim principal da sociedade.

Buscava-se a eficiência na ajuda ao pobre e esta ação das Sociedades Vicentinas – como passaram a ser chamadas - pode ser resumida, segundo Vieira¹⁸, nos seguintes pontos:

a) Cada caso será objeto de um estudo, cujo resultado deverá conservar-se por escrito;

b) O estudo do caso caberá a uma comissão, que determinará as providências a serem tomadas;

c) Os socorros não serão temporários, mas suficientes para que a família ou indivíduo se ajuste;

d) O assistido deverá ser o agente de seu próprio reajustamento; deverão ser interessados nesta obra os parentes e amigos (o que o bispo escocês Chalmers chamava “fundo invisível da caridade”);

e) Solicitar a cooperação em obras diversas;

f) O pessoal deverá ser treinado por meio de palestras e leituras;

g) As instituições devem trocar as listas de assistidos entre si, para constituir um fichário central e, assim, evitar a exploração e a duplicação de assistência;

h) Finalmente, deverá ser organizado um catálogo de obras sociais a fim de eliminar as instituições paralelas, orientar as intervenções, evitar duplicações de serviços e descobrir as falhas.

As Conferências Vicentinas tiveram ampla expansão e inspiraram as Catholic Charities. Em 1869, surgem em Londres a Charities Organization Societies (COS), e em

¹⁸ VIEIRA, Balbina Ottoni, 1977. p. 42.

1877, nos Estados Unidos, visando coordenar os trabalhos para evitar abusos, e com o pensamento de que a caridade deveria ser uma ação voluntária, livre e beneficente, por isso um serviço pessoal.

Segundo Martinelli¹⁹,

Na busca da racionalização da prática da assistência, tal sociedade recorreu a modelos pretéritos, concebidos especialmente durante as dinastias Tudor e Stuart, porém ainda vigentes no séc.XVIII, apoiados numa legislação brutal em que se apoiava a intimidação, a repressão e a punição.

Para conhecer as causas da pobreza e tratá-las, a COS era composta por estudantes remunerados. Depois do diagnóstico, da família ter aceitado a ajuda, esta passava então a receber a visita de uma *friendly visiting* - visitação amigável -, que buscava trabalhar com a família levando auxílio material, simpatia, esperança e coragem. Também buscavam a compreensão mútua entre ricos e pobres, prevenindo-se conflitos entre as classes sociais²⁰. Viu-se, então, a necessidade de treinamentos para os trabalhadores e voluntários e, no congresso da COS de 1897, criou-se um curso de verão com a duração de seis semanas. No ano seguinte, 1898, na Universidade da Columbia, em Nova York, surge então o Curso de Serviço Social.

Segundo Martinelli²¹,

As ações desenvolvidas pela Sociedade da Organização da Caridade não eram legitimadas pela classe trabalhadora, pois não respondiam a nenhuma de suas reivindicações coletivas. Presas atavicamente a antigas influências, continuavam a vislumbrar a pobreza e a mendicância como problema de caráter, e a Assistência como um rígido mecanismo de correção e controle. Os pobres, sempre que possível, preferiam ajudar-se, evitando cair nas malhas do sistema de assistência pública, de onde dificilmente se conseguia escapar após um primeiro atendimento. Mantendo ainda bem presente a influência da legislação tudoriana, a Inglaterra do séc. XIX, bem como outros países eurocentrais, continuavam a estigmatizar a pobreza, a marginalizar o pobre, negando-se a reconhecer qualquer direito de mobilidade social a essa camada da população. Se no reinado de Eduardo VI a pobreza e a ausência de atividade ocupacional eram punidas com a marcação de ferro em brasa no peito, no de Elizabeth I, os mendigos tinham a cartilagem da orelha queimada. Na Inglaterra do séc. XIX ser declarado pobre equivalia a perder um dos direitos mais fundamentais do ser humano: o direito da liberdade. A

¹⁹ MARTINELLI, Maria Lúcia. 2000.p.84.

²⁰ Aqui se trata da Assistência sendo racionalizada em sua prática, visto que os modelos visualizavam uma assistência como forma de controle sobre os pobres e ratificação da sujeição e submissão dos trabalhadores, estando presente na história da Inglaterra exemplos de atrocidades cometidas contra os pobres em nome do equilíbrio social e da estabilidade do poder. Cf. MARTINELLI, Maria Lúcia. 2000. p.84.

²¹ MARTINELLI, Maria Lúcia. 2000. p.85.

pobreza era punida com a “não-cidadania”, isto é, com a destituição da cidadania econômica e o cerceamento da liberdade de ir e vir.

Na Alemanha em Elberfeld, em 1852, também se criou sistema semelhante, mas os voluntários visitantes tinham mais autonomia. Este sistema era mantido com doações de particulares e subvenção governamental. Passou, então a surgir divergências entre as obras da caridade, pois havia os que pensavam que deveriam ajudar os indivíduos em suas necessidades e ajustá-los ao ambiente em que viviam, enquanto outros achavam que deveriam agir sobre o ambiente, modificando-o para permitir aos indivíduos uma vida normal.

Mesmo ambos tendo certa razão, estas divergências promoveram um crescimento da consciência do problema, pois da preocupação com o ambiente originou-se a pesquisa *in loco* da miséria e suas causas, para daí buscar soluções para uma mudança do ambiente. Em 1824, o Ministro anglicano Cannon Barret e um jovem universitário Arnold Toynbee, se estabeleceram em um subúrbio de Londres para a realização de uma experiência que resultou no primeiro centro social da história de que se tem notícia.²²

Observa-se a influência da igreja protestante em diferentes países europeus. Segundo Pletsch²³, na Noruega a influência pietista levou a construção de instituições para o atendimento aos pobres e doentes, se opondo às seculares já existentes. A idéia era mostrar ao mundo que a fé dos cristãos precisa ser traduzida aos pobres de forma tangível, já que os cristãos devem mostrar que sua fé alcança os não privilegiados não só na teoria, mas também na prática.

²² Ao irromper a Reforma Protestante, o Estado passa a influir no campo da caridade, com atitudes repressivas e assistencialistas, num período em que era grande a mendicância. Assim se instituiu o Pão dos Pobres e se organiza a distribuição, após um levantamento. Visitas domiciliares e encaminhamento de doentes a hospitais também são realizados. O atendimento era organizado por bilhetes e em dias fixos se recebiam auxílios. Várias cidades alemãs adotaram este modelo, e o próprio Lutero cooperou com uma delas. A primeira Legislação visando a Assistência Social foi a Lei dos Pobres, promulgada em 1601, pela Rainha Elizabeth I, instituía cada município deveria tomar conta de seus pobres para restringir a andanças dos mendigos profissionais pela Grã- Bretanha, além de facilitar a repartição e a fiscalização das esmolas. Cf. VIEIRA, Balbina Ottoni, 1977. p. 40.

²³ PLETSCHE, Rosane. **Da caridade Cristã a Assistência social** - contribuições da Teologia e do Feminismo à Cidadania. Tese de Doutorado em Teologia. São Leopoldo: EST/PPG, 2004. p. 209.

Para Pletsch²⁴, o objetivo da igreja protestante era levar o fermento do Evangelho na forma da prática cristã para o povo. Portanto, visitar casas e ajudar os pobres e doentes era um trabalho para as Diaconisas que visavam à re-cristianização e a ajuda social, já que viam a miséria como falta de Deus, e acreditavam que melhorar a vida do ser humano era transformar o mundo, construir uma nova ordem social. Para isso, era preciso alimentar os pobres e famintos e incitarem os ricos à prática da caridade, fazendo doações aos pobres, o que levaria a favorecer a paz social e salvar a religião, visto que a conversão a Cristo traria vida com bênçãos, trabalho e poupança.

Como se pode perceber, o objetivo não era apenas a caridade cristã, mas também fazer frente às idéias subversivas do povo, à ameaça comunista, como afirma Pletsch²⁵, e o melhor meio de impedir este avanço era conduzir as massas afastadas da Igreja de volta ao cristianismo, divulgando a proposta cristã-social através da pregação e da prática do evangelho. Tal conduzir leva ao mesmo tempo ao seu afastamento da social-democracia e do anarquismo. Criaram-se, com essa finalidade, diversas Sociedades Auxiliadoras para o combate as calamidades sociais e morais nas grandes cidades industriais. Estas Sociedades levaram à busca de recursos para formação e manutenção de diaconisas, o que se chamou de Auxilio de Mulheres, com o objetivo de levar ajuda aos necessitados.

Segundo Vieira²⁶, René Sand descreveu a evolução da idéia da ajuda através dos séculos como um desencadear contínuo, que acabou por conduzir a uma concepção individualizada da assistência para uma concepção sociológica, passando da filantropia ao senso cívico, da caridade a um serviço social organizado.

Assim surge o Serviço Social, enquanto a primeira escola do mundo a estudar esta questão vem organizar-se na Holanda. Segundo Ander-Egg²⁷,

²⁴ PLETSCHE, Rosane, 2004. p. 195.

²⁵ PLETSCHE, Rosane, 2004. p. 205.

²⁶ VIEIRA, Balbina Ottoni, 1977.p. 45

²⁷ *Em Amsterdam, em 1899, começou a funcionar una Escuela que tenia como finalidad proporcionar formación metódica, teórica y práctica de quienes deseen dedicarse a ciertas labores importantes en el campo del Servicio Social. Esta Escuela ofrecia cursos de dos años combinando estudios teóricos con un entrenamiento práctico supervisionado.* Cf. ANDER-EGG, Ezequiel. **Historia Del Trabajo Social.** Buenos Aires: Lumen Editorial, 1994. p. 50.

Em Amsterdã em 1899, começou a funcionar uma Escola que tinha como finalidade proporcionar formação metódica, teórica e prática de quem desejasse dedicar-se a certos trabalhos importantes no campo do Serviço Social. Esta Escola oferecia cursos de dois anos combinando estudos teóricos com um treinamento prático supervisionado.(tradução nossa).

Nesse momento, a Igreja assume importante papel para o exercício da caridade, solidariedade, organização da ajuda, preocupação com a moral e bons costumes e estruturação das famílias, que sofriam com o agravamento das expressões da questão social, advindas do capitalismo. Esse sistema, exacerbando a mais valia, levava populações a uma vida de extrema miséria.

A influência católica também se fez presente nas protoformas da profissão, protagonizada pela ação de uma intelectualidade laica e estritamente ligada à hierarquia dessa Igreja. Esta intelectualidade²⁸, com uma visão messiânica, uma retórica política de cunho humanista e antiliberal e forte viés romântico, propunha a re-cristianização da sociedade, via projeto de reforma social, através de uma vigorosa ação social, pretendendo atingir todas as áreas e instituições sociais, visando, desta forma, melhorar a vida da população.

Segundo Silva²⁹,

Diante do mundo em crise, o Serviço Social apresentava-se como alternativa de caridade e justiça, como instrumento de re-cristianização do mundo. O laicaiato católico via, nessa atividade, a oportunidade de cumprir o mandato da Igreja em construção, de um mundo fraterno e justo, entendendo que a restauração da ordem social, a superação da crise moral, econômica e social são exigências para que se possa atingir o fim último para o qual o homem foi criado: a felicidade eterna. Mas a realização deste fim supremo exige a possibilidade de uma vida terrena virtuosa; e a virtude não pode florescer onde não haja um mínimo de bem-estar. [...] Assim são implantadas as primeiras escolas, de natureza privada, com ensino voltado para a formação profissional de assistentes sociais, que pertenciam a congregações e/ou instituições de natureza religiosa, confessional e católica, e eram a expressão da luta dos católicos pela erradicação da pobreza, como forma de apostolado visando o tratamento da chamada questão social. Outro traço marcante dessas escolas, além da vinculação ao pensamento católico, era a defesa da doutrina social da Igreja como forma de combate aos males do comunismo ateu e do capitalismo degradante da condição humana, a chamada *terceira via*.

²⁸ SIMÕES NETO, José Pedro. **Assistentes Sociais e religião: um estudo Brasil / Inglaterra**. São Paulo: Cortez, 2005.p.47

²⁹ SILVA, Lúcia Maria M. da.Odária Battini. Notas para a reconstrução da História do Serviço Social na Região Sul. **Revista Serviço Social e Sociedade n° 95**. São Paulo: Cortez, 2008. p .112.

Para a autora citada, o desenvolvimento econômico e as novas demandas sociais foram levando o Estado a um redimensionamento, assim como as instituições da Sociedade Civil, sendo que a igreja católica também se fazia presente neste contexto, onde era protagonista da criação de Entidades Confessionais, Filantrópicas e/ou Associativas, baseadas no ideário do estabelecimento na sociedade da moral e bons costumes e da re-cristianização da ordem burguesa. Como parte da doutrina social da igreja católica, em 1891, é publicada a *Rerum Novarum*, a grande Encíclica Social do Papa Leão XIII, documento que trata pela primeira vez da condição de vida da classe operária e se torna uma verdadeira carta da justiça social³⁰.

Assim, segmentos da sociedade civil buscavam dar suporte a questão social, surgindo movimentos sociais e associações com estratégias para influenciar nas decisões políticas. Essa era a forma como agiam os intelectuais orgânicos da burguesia, presentes tanto no aparelho do estado quanto nas instituições da sociedade civil³¹. Para Iamamoto³² significa que os assistentes sociais, intelectuais orgânicos, representam tanto o interesse econômico-corporativo e político de uma classe em que suas funções se articulam no sentido de manutenção da função que o proletariado e a burguesia ocupam na sociedade, como também são os organizadores da coerção de classe exercida pelo Estado, através de seus quadros administrativos. Podem ser os portadores da função de hegemonia que a classe dominante exerce sobre a sociedade, ou ainda favorecer a tomada de consciência da comunidade. São, por conseguinte, como o amálgama, cimentando os conflitos, as demandas da sociedade e mantendo o sistema em harmônico funcionamento.

Segundo Lima³³, o Serviço Social vem ao encontro dos problemas sociais existentes na sociedade e que ocasionam insegurança, abalando as estruturas vigentes;

³⁰ Para Vieira, várias Organizações foram importantes para o Serviço Social, entre elas a entidade confessional UCISS (União Católica Internacional de Serviço Social) que foi criada em 1922 na Bélgica por Marie Baers, para reunir escolas católicas de Serviço Social, associações católicas e membros individuais. Cf. VIEIRA, Balbina Ottoni, 1977. p. 51.

³¹ Para a autora, na França, era preciso servir aos pobres e aos necessitados, que eram considerados pessoas incapazes de resolver seus problemas, de se adaptar às situações, de prover a sua subsistência, sendo que nem tinham noção desta situação. Por isso deveriam ser procurados e ajudados, já que os desajustados prejudicavam o andamento normal da sociedade. Cf. VIEIRA, Balbina Ottoni, 1977. p. 59.

³² IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. São Paulo: Cortez, 2000. p. 44.

³³ LIMA, Arlette Alves. **Serviço Social no Brasil: a ideologia de uma década**. São Paulo: Cortez, 1982.p.46

daí a importância dessa profissão, que tem a capacidade de trabalhar no sentido de levar o cidadão a participar para alcançar a reforma das estruturas sociais, políticas e econômicas e democratizar os direitos sociais. Isto é considerado pela Igreja como Ação Social, para a qual conjuga esforços no sentido de desenvolver essas atividades com vistas à promoção do progresso social, a melhoria das condições de vida na sociedade e a aplicação à vida coletiva dos princípios de justiça e da caridade.

Para a autora, justificava-se a ação da Igreja na área social pela crença de que a sociedade devia conceder ao ser humano condições de vida que lhe permitissem realizar-se de modo pleno. Assim, as obras sociais de caráter preventivo e curativo já tinham explícitos os seus objetivos, sendo que as de caráter progressivo pretendiam a melhoria nas condições econômicas, intelectuais e morais da sociedade através dos sindicatos, de cooperativas e associações. Enfim, visavam formas de implementar o progresso social.

Desta forma, a Ação Social Católica desenvolvia movimentos e obras promovidos pela Igreja, assim como também incentivava iniciativas individuais com estas finalidades, pois entendia a ação social como ato de justiça e amor, visando a expansão do Corpo Místico do qual todos participavam como membros batizados da Igreja.

Quanto à condição intelectual e moral, as instituições organizavam círculos de estudos em escolas e universidades, por considerar este aspecto um compromisso da Igreja com a formação de profissionais para atuarem nestes diferentes níveis da sociedade. Daí a preocupação da igreja em criar escolas de Serviço Social com formação cristã, promovendo, assim, a vinda de profissionais das escolas católicas da Bélgica e França para este fim.

Castro³⁴ relata o processo de constituição do Serviço Social na América Latina, enfocando o papel da igreja católica, do Estado, dos movimentos de luta de classes e o Serviço Social, a partir de uma pesquisa realizada no Chile, Peru e Brasil. Esse autor coloca o profissional do Serviço Social no papel de intelectual, além de elucidar os processos sociais que geraram a necessidade da existência da profissão. Apresenta idéias que, em conjunturas determinadas, se tornaram constitutivas da

³⁴ CASTRO, Manuel M. **História do Serviço Social na América Latina**. São Paulo: Cortez, 1993. p. 35

profissão na sociedade latino-americana: a doutrina social católica e a ideologia desenvolvimentista.

Ele situa o Pan-americanismo³⁵ como fator da construção da hegemonia norte-americana no continente, além da estratégia de “Desenvolvimento de Comunidade”, focando os antecedentes históricos na Inglaterra e nos Estados Unidos da América, a partir da concepção funcionalista que sustenta as implicações ideológicas dessas estratégias políticas.

Piedra³⁶ afirma que na América Latina é importante destacar o papel do protestantismo, visto como religião do progresso, e que, por identificar-se com as classes oprimidas, vai em busca de soluções para os problemas sociais, procurando incorporar os princípios da Bíblia na vida dos leitores.

Castro³⁷ destaca que, com a Reforma Social voltada à humanização do capitalismo, o Serviço Social passa a compartilhar da ilusão do desenvolvimento, assumindo o papel de agente de transformação e impulsionando a participação popular. Com isso, buscava-se melhoria das condições econômicas, sociais e culturais das comunidades na luta contra o subdesenvolvimento. Sabe-se hoje que este foi um eficiente mecanismo de sujeição das organizações populares à tutela oficial,³⁸ e que deu o impulso à expansão do Serviço Social.

Assim, as contradições surgidas da estratégia desenvolvimentista aumentaram o protesto popular, permitindo a redescoberta das ciências sociais na América Latina e a

³⁵ Para o autor, o termo "pan-americanismo" surgiu nos Estados Unidos no final do século XIX, intimamente associado, de um lado, à Doutrina Monroe — ao incorporar o velho argumento da "América para os americanos" a fim de afastar a Europa das relações comerciais com a América Latina e, conseqüentemente, garantir a exclusividade dos mercados latino-americanos para os produtos da indústria estadunidense — e, de outro lado, à ideologia do Destino Manifesto — ao pressupor o "direito natural" dos Estados Unidos de exercer, de forma hegemônica, o domínio econômico e político sobre o continente. Cf. CARVALHO, Eugenio R. **O Pan-americanismo**. IN Site www.vermelho.org.br do Pc do B acesso em 23/05/2009 às 13h.

³⁶ PIEDRA, Arturo. **Evangelização Protestante na América Latina**: Análise das razões que justificaram e promoveram a expansão protestante, São Leopoldo: ; Equador: CLAI, 2008. vol. 2, p. 112.

³⁷ CASTRO, Manuel M. 1993. p.146.

³⁸ As desigualdades sociais, a opressão, a questão religiosa, o desrespeito aos direitos humanos, vários são os motivos que levam a guerra, inclusive o econômico. Portanto é mais fácil mobilizar para a guerra que para a paz. Para que tenhamos a paz, é preciso, então, tornar mais forte a vontade de paz que a vontade de guerra. Trata-se de entrar na mobilização geral para a luta pela paz, pois é a vida da Humanidade que assim estaremos defendendo. A Humanidade não é uma abstração retórica, é carne sofridora e espírito ansioso, e é também uma inesgotável esperança. A paz é possível se nos mobilizarmos para ela, nas consciências e nas ruas, construindo uma nova cultura, a cultura da paz, num processo educacional revolucionário. CAMARA, Helder. **Revolução dentro da Paz**. Rio de Janeiro: Sabia, 1968. In site <http://pt.wikipedia.org>. acesso em 23/05/2009 às 14h.

luta para a democratização das Universidades, circunstâncias que contribuíram para o movimento de re-conceituação latino-americano no Serviço Social.

Para Castro³⁹, os avanços da industrialização capitalista trouxeram expansão do emprego assalariado, reconhecimento de direitos de proteção ao trabalho, políticas redistributivas de renda, avanços na química, biologia e outros ramos científicos, além de aprofundarem o fosso das desigualdades sociais.

Mais tarde, a sociedade civil, reduzida ao “terceiro setor”, passa a partilhar com o governo a responsabilidade perante a questão social, o que significa enfatizar a solidariedade da sociedade, numa reedição dos primórdios da profissão. Estas ações da sociedade trazem a participação de ONG’S e Igrejas como entidades filantrópicas empregadoras de assistentes sociais, que têm por finalidade atender aos usuários, algumas levando em conta sua orientação religiosa.

Esta nova realidade leva a um repensar do movimento de re-conceituação do Serviço Social e da tradição Marxista no processo de renovação crítica da profissão, movimento que, de forma mais complexa, exige a resposta para o que é o Serviço Social na Contemporaneidade.

Segundo Aguiar⁴⁰, a forte relação entre o Serviço Social, a Igreja e sua orientação filosófica baseada no neotomismo⁴¹ levaram a igreja católica a explicar e agir sobre a questão social através das Encíclicas Papais, sendo as mais citadas a *Rerum Novarum*, de Leão XIII, *Quadragesimo Anno*, de Pio XI, e a *Divini Redemptoris*, também de Pio XI, numa evidente preocupação de conter a ameaça do liberalismo e do comunismo, além de ser uma resposta ao agravamento das questões sociais. No fundo, porém, percebe-se que a posição oficial da igreja católica era uma tentativa de suavizar a miséria, erradicar o egoísmo da economia liberal e restaurar a moral tradicional. Vê-se, então, como a partir da ação da igreja católica surge o movimento dos leigos para a

³⁹ CASTRO, Manuel M. 1993. p.44.

⁴⁰ AGUIAR, Antônio G. **Serviço Social e Filosofia: Das origens a Araxá**. São Paulo:Cortez,1995. p. 36.
40 Define-se o Neotomismo como um movimento de retorno a filosofia de São Tomás de Aquino, da Idade Média, resgatada por intelectuais modernos especialmente a partir de 1879, com a Encíclica *Rerum Novarum* . O Neotomismo é uma corrente filosófica que resgata o Tomismo, que considera o homem o que há de mais perfeito no universo, por ser imagem de Deus Pai, que possui corpo e alma indivisível e que devemos ser solidários com nossos irmãos em Deus, assim opondo-se ao neoliberalismo e ao comunismo. <http://pt.wikipedia.org>. acesso em 23/05/2009, às 17h.

reconstrução da sociedade na perspectiva de reforma contra a decadência da moral e dos costumes atribuídos ao Liberalismo e Comunismo.

Para Aguiar⁴², o Serviço Social seguindo as diretrizes Papais para a Reforma Social forma o laicato. Neste período histórico, fato relevante ocorrido em 1931 foi a proclamação de Nossa Senhora Aparecida como Padroeira do Brasil. Na mesma época, também foi inaugurado a estátua do Cristo Redentor no Corcovado, que se tornou um marco na cidade do Rio de Janeiro, apesar de protestos dos não-católicos e livres pensadores.

Em 1933, com os católicos buscando influir na constituinte, buscou-se a formação de um partido católico, mas se acabou por apoiar candidatos que se comprometiam com a causa da Igreja, sendo que as questões sociais e religiosas e os postulados católicos passaram a fazer parte da Constituição.

Para Aguiar⁴³, as primeiras escolas de Serviço Social no Brasil lutam contra a desigualdade social, advinda da questão social, contra o liberalismo e comunismo e pela organização do Laicato, para o desenvolvimento da ação social, surgindo, assim, as primeiras escolas de Serviço Social de São Paulo, Rio de Janeiro, Natal, Porto Alegre. No Rio de Janeiro, a Escola de Serviço Social surge em 1937, criando as “semanas sociais”, que nasceram na Europa, com René Sand, com objetivo de contribuir para a formação social dos católicos. Neste contexto, é fundado, em 1937 pela Associação de Educação Familiar e Social (ABEFS), o Instituto de Educação Familiar e Social, que objetiva a formação de mulheres. O Instituto se dedicou principalmente à formação de assistentes sociais e de educadores familiares. Em 1946 o Instituto Social agregou-se à Universidade Católica (PUC).

Segundo Aguiar⁴⁴, o Serviço Social nasce ligado à Igreja, sua ideologia sustentada numa posição filosófica Neotomista, como já foi dito. E assim se mantém até que, em 1944, uma Escola de Serviço Social destinada à formação desses profissionais introduz disciplinas científicas como sociologia, psicologia, biologia e moral levando em conta os aspectos da vida física, moral, mental, econômica, social e jurídica das pessoas. Nesse período já se pode perceber uma preocupação mais ampla nesse campo com os seguintes aspectos:

⁴² AGUIAR, Antônio G. 1995.p.28.

⁴³ AGUIAR, Antônio G. 1995.p.61.

⁴⁴ AGUIAR, Antônio G. 1995.p.,17.

- Formação técnico-específica à técnica de “como fazer, noções de técnicas auxiliares e moral profissional para combater os desajustes individuais e coletivos”;

- Formação prática – aprendizagem “como fazer” - estágios, supervisões;

- Formação pessoal – preparar a personalidade integrando princípios cristãos, com círculos de estudos e orientação individual, já que a doutrina é mais importante que a técnica, e o Serviço Social era uma vocação.

Os alunos eram selecionados num período probatório, não podendo ser nervosos em excesso. Os professores eram exemplos a serem seguidos. Esta formação foi objeto de debates nos congressos de 1945, no Chile, e no de 1949, no Brasil.

Para Aguiar⁴⁵, nestes congressos pode-se verificar a posição marcante da igreja católica, mas já se apresenta também a influência protestante, notadamente norte-americana, com técnicas e pressupostos funcionalistas, além de novos aspectos técnicos.

No 1º Congresso discutiram-se critérios de admissão de candidatos, disciplinas, seriação e função do assistente social. No 2º Congresso surgiram as dificuldades, soluções para a formação do assistente social, e o aspecto ético-profissional.

Surge então a ABESS - Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social, que influenciou na reconceituação da profissão com estudos que mostram a doutrina católica, a filosofia tomista, a importância das aulas de religião, ética profissional, instruções sobre o mundo e a relação com Deus, sobre fé e ciência, tecnologia e filosofia, conhecimento e realidade, estabelecendo-se, no dizer de Yamamoto⁴⁶ a dialética renovação e conservadorismo no Serviço Social.

Para Aguiar⁴⁷, o ser humano é racional, inteligente, capaz de escolher, saber, ter vontade. É o que de mais perfeito há no universo, por possuir inteligência, o que lhe permite buscar Deus. Esta capacidade intelectual transforma o ser humano em autor e protagonista do progresso, sendo o ser humano um ser social ou animal social, conforme definição de Aristóteles, daí necessita viver em sociedade.

⁴⁵ AGUIAR, Antônio G .1995. p.35.

⁴⁶ IAMAMOTO, Marilda Villela.2000. p.17.

⁴⁷ AGUIAR, Antônio G .1995. p.41.

Assim, o ser humano é também um animal político, sendo que toda autoridade (Estado) deriva de Deus. Por esta Teologia tradicional, respeitar o Estado, o governo, é como respeitar a Deus.

O Estado, por sua vez, deve respeitar a Igreja, e se cada um cumprir sua tarefa, não há conflito entre Igreja e Estado. Portanto, com esta visão, o Serviço Social não questiona a sociedade nem as estruturas que a conformam, mas busca apenas reformar a sociedade, melhorar a ordem vigente, auxiliando, assim, a manutenção do *status quo*.⁴⁸

Segundo Iamamoto⁴⁹, o Serviço Social no Brasil,

[...] esteve diretamente ligada à questão social nas décadas de 1920 e 1930. Assim, as protoformas do Serviço Social se dão com o agravamento da questão social e pelo desenvolvimento do capitalismo, que levou a alienação do trabalho e se estabeleceu claramente o antagonismo entre burguesia e proletariado [...].

Para a mesma autora⁵⁰, a implantação do Serviço Social no Brasil dá-se no decorrer desse processo histórico, surgido da iniciativa particular de grupos e frações de classe que se manifestam, principalmente, por intermédio de igreja católica, originando uma demanda que necessita manter a ordem vigente, sendo que a pressão do proletariado permanece como pano de fundo a partir do qual diferentes atores sociais mobilizam políticas diferenciadas. Estas políticas demarcarão os limites dentro dos quais irá surgir e atuar o Serviço Social, entre a caridade e a repressão.

Iamamoto⁵¹ aponta a situação de vida do proletariado como angustiante. As pessoas viviam amontoadas em condições insalubres, em casas infectas. As condições de trabalho eram precárias, sendo que as empresas funcionavam em prédios insalubres,

⁴⁸ Trata-se da importância dos trabalhadores terem consciência do processo hegemônico construído para a dominação capitalista em que se busca a conciliação das classes para evitar confronto que seria uma alternativa de luta na linha da reforma social ou revolução. No caso brasileiro, nossa cultura se construiu com estas lutas pela paz, desde a independência do Brasil até os dias atuais, em que nos orgulhamos de lutas com pouco ou nenhum derramamento de sangue. www.marxists.org. Rosa de Luxemburgo. **Reforma ou Revolução**. acesso ao site dia 24/05/2009, às 18h.

⁴⁹ IAMAMOTO, Marilda V. CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico – metodológica**. São Paulo, Cortez, 1983. p. 180.

⁵⁰ IAMAMOTO, Marilda V. 1983. p.174.

⁵¹ IAMAMOTO, Marilda V. 1983. p.216.

sem higiene nem segurança, onde empregados recebiam salários ínfimos e eram sujeitos a muitas horas de trabalho em máquinas excessivamente barulhentas e pesadas.

Para Iamamoto⁵², a ação assistencialista da elite para com esta população despossuída teve grande importância, constituindo-se na base para o surgimento do Serviço Social, acelerado com a mobilização do movimento católico leigo pela Igreja oficial. Esta mobilização, comandada por Dom Sebastião Leme, arcebispo do Rio de Janeiro, tinha a preocupação de agrupar intelectuais para combater o anticlericanismo, o Positivismo e o Laicismo das instituições republicanas.

Assim, o Serviço Social surge no país como desdobramento da ação social católica sob forte influência conservadora. Isso marca a atuação do Serviço Social numa realidade alienadora, ainda que buscando eliminar as injustiças sociais, mas reincidindo em práticas alienadoras.

Nessa época existia uma defasagem entre teoria e prática, não se questionava a alienação a que o Serviço Social submetia o “cliente” sob os efeitos da exploração capitalista do trabalho, o que muito superficialmente se chamava de “problemas sociais”. Cita-se, como exemplo, o trabalho a que eram submetidas mulheres e crianças, com objetivo de auxiliar para minimizar a desagregação familiar, o analfabetismo, etc. A família é tratada como o núcleo do trabalho profissional, e os indivíduos encarados como seres únicos e particulares com potencialidades a serem desenvolvidas, mas fora do foco que caracteriza as relações entre sociedade e trabalho.

A tendência empirista e pragmática presente deu origem às atividades de pesquisa e classificação de população entendida como cliente, numa hierarquização de “tipos de desajustamentos biopsicosociais”, e a iniciativa de intervenção e controle sobre esta população, visto a influência da psicologia⁵³.

Para Iamamoto⁵⁴, com estes antecedentes, próprios do meio católico, ocorre a profissionalização e a legitimação do Serviço Social na década de 40. Este fato tem muito a ver com a expansão da industrialização e o surgimento das Empresas Estatais e

⁵² IAMAMOTO, Marilda V. 1983. p.228.

⁵³ Para a autora, uma assistente social deve ter autoconsciência de seus preconceitos, suas aversões, tendências, para não distorcer a imagem da personalidade do cliente e comprometer suas habilidades nas relações humanas, visto que uma pessoa sem estas habilidades não deveria ser assistente social, uma carreira que lida com a vida de outros indivíduos, e não compreendê-los impossibilita relacionar-se com eles de forma a ajudá-los. Cf. NICHOLDS, Elizabeth. **Noções Básicas de Serviço Social de casos**. Tradução Maria Vitória Lessa Lacerda. Rio de Janeiro: Agir, 1969. p. 253.

⁵⁴ IAMAMOTO, Marilda V. 1983. p. 248.

o aumento do proletariado urbano, das migrações internas e da necessidade de controlar e absorver estas situações.

Neste período, o Estado⁵⁵ tenta incorporar as reivindicações populares e cria instituições que ampliam o mercado de trabalho dos assistentes sociais, tais como Centros de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS), Operários de Formação para moças, Departamento Estadual do Trabalho, Departamento de Assistência Social do Estado de São Paulo, Juizado de Menores, Prefeitura de São Paulo, Serviços de Proteção ao Imigrante, Centros Familiares Indústrias e outros estabelecimentos comerciais, Instituto de Pensão e Aposentadoria dos Industriários, Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo(USP), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.

Deste modo, se legitima a profissão, que tem neste momento histórico uma atuação bastante restrita, basicamente em função da limitação da ação dos órgãos públicos e dos particulares em viabilizar uma política de encaminhamentos, que era o elemento chave para o Serviço Social de casos individuais da época, de cunho positivista, tendo, no entanto, uma atuação doutrinária e basicamente assistencial.

Para Iamamoto⁵⁶, mais tarde como assalariados, os assistentes sociais já não representam mais a classe dominante, mas a classe dominada, passando a ser uma das engrenagens de execução de política social do Estado, ao se colocar a serviço dos usuários (setores dominados na sociedade). Isto se dá mais em práticas de universidade, ONGS, Igrejas, mas também em organismos públicos.

Segundo a autora⁵⁷, os assistentes sociais pretendem ser os intelectuais orgânicos do proletariado, sendo que o papel do intelectual orgânico é o de investigar, educar, organizar a hegemonia, coerção e consciência de classe, no dizer de A. Gramsci, o pensador italiano que renovou o marxismo no século 20. Assim a prática se renova,

⁵⁵ Como resultado da Revolução de 30, dirigida por Getúlio Vargas, tem origem o Estado Novo (30-45), um período de ditadura, mas também de populismo, que leva a acomodação da luta de classes. Define-se Populismo como demagogia, como liderança carismática, ou ainda como uma forma de governar em que o governante utiliza de vários recursos para obter apoio popular, desde a linguagem simples e popular e propaganda pessoal, até a tomada de medidas autoritárias, sem respeitar instituições e partidos em nome da resolução de problemas. Possui, ainda, comportamento carismático, comum entre governantes de países com grandes desigualdades sociais e presença da pobreza e da miséria Cf. BOITO JUNIOR, Armando. O golpe de 54: a burguesia contra o populismo. São Paulo: Brasiliense, 1982. In **Revista Espaço acadêmico** nº 39, 2004, acesso ao site www.espacoacademico.com.br dia 24/5/2009 as 19 h.

⁵⁶ IAMAMOTO, Marilda V. 1983. p.373

⁵⁷ IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 8 ed. São Paulo, Cortez, 2005. p. 43.

politicamente definida, superando a burocracia e as tendências empiristas, o desconhecimento do saber popular e a alienação do povo.

Ainda para Iamamoto⁵⁸, assistente social é então o profissional de coerção e do consenso, atuante em programas sociais, que às vezes mantém os indivíduos sob controle, como no caso de atuação na administração de pessoal planejando ações voltadas para a humanização das relações de trabalho. Ele também pode servir para atenuar insatisfações e esvaziar o potencial organizativo e reivindicatório, algo que normalmente é canalizado pelas reivindicações sindicais.

Mas o papel do intelectual orgânico para o assistente social tem sido instrumental, ajudando a difundir teorias e ideologias, a articular as classes trabalhadoras na órbita das instituições da classe dominante, principalmente atuando na organização da hegemonia, na educação, e seu papel pode ser de coerção das classes, ou mediador dos serviços sociais, buscando o consenso e a manutenção do controle sobre a classe trabalhadora.

Considerando este pano de fundo histórico, este profissional vive uma ambigüidade em que incorpora a utopia reformista conservadora de cunho humanitário-cristão e a tensão com o resultado de sua prática, onde se percebe também como um trabalhador assalariado, o que o coloca numa posição solidária com a classe trabalhadora em geral.

Como situar então quem é o assistente social ? Para Montaña⁵⁹, existe uma concepção de política social como uma segunda tese da origem do Serviço Social, sendo que a primeira foi citada na página 19, que contrapõe a tese da gênese do Serviço Social como um desenvolvimento, organização e profissionalização da filantropia, herdada do passado. Esta segunda tese, com uma perspectiva histórico-crítica, considera que as políticas públicas representam uma dupla lógica de consenso e coersão, e que desenvolvem três funções: social, econômica e política. Sendo assim, o profissional do Serviço Social é formado e legitimado a partir de sua participação como executor destas políticas sociais. Portanto, a profissão é um subproduto da síntese de projetos políticos-econômicos que operam o desenvolvimento histórico, de onde se reproduzem material e, ideologicamente, a fração da classe hegemônica, no contexto de capitalismo monopolista, em que o Estado toma para si as respostas das questões sociais.

⁵⁸ IAMAMOTO, Marilda Villela. 2000. p. 40.

⁵⁹ MONTAÑO, Carlos. 1998.p. 20-79.

Iamamoto⁶⁰ entende que o fato de ser um profissional liberal, geralmente “assalariado” é, para o assistente social, um fator de tensão, mas ele, como intelectual orgânico que é, criador da sua própria rede de organizações representativas, com certa independência das classes dominantes para a defesa de seus interesses corporativos específicos, se organiza, por exemplo, em Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (CRESS), no Conselho Federal do Serviço Social (CFESS), bem como em Sindicatos da categoria. O profissional também se resguarda no Código de Ética da profissão para estabelecer seus limites éticos.

Outro fator a ser observado é o perfil da profissão, que é predominantemente feminino, o que incorpora os estereótipos do papel de mulher na sociedade (mãe, cuidadora, educadora). Para Perlman⁶¹, falando do Serviço Social na década de 1960, nos Estados Unidos (Columbia), mesmo nessa área há um mundo masculino, pois um homem é mais indicado para ser promovido ou escolhido para os empregos executivos, administrativos, de relações públicas que sua colega mulher, visto que rapazes competentes no serviço social se desenvolvem rápido, portanto os salários dos homens são superiores ao das mulheres em situações semelhantes.

Segundo a autora, uma moça escolhia como profissão o Serviço Social, por lhe permitir visar o casamento e a maternidade como parte de seu desenvolvimento natural de mulher, além de proporcionar um bom relacionamento com outras pessoas, atitude também mais natural na mulher, cuja capacidade maternal é útil e valorizada. Trabalhar como assistente social, além de auxiliar na renda familiar, tinha como atração, como segredo, o fato de tornar a conversação com o marido mais interessante do que falar do açougueiro que tentou roubar no peso da carne, por exemplo. Cita como desvantagem, à época, e ainda hoje o é, os salários baixos, justificando esta situação tendo em vista que o serviço social não tem fins lucrativos, além de ser uma ocupação com fama de voluntária, comum aos fazedores do bem.

Para Ferrarini⁶², quando se fala da participação feminina em programas assistenciais e/ou governamentais de combate à pobreza, observa-se que as mulheres se apresentam com mais disposição de buscarem ajuda para si e seus filhos, mostrando, assim, o fenômeno da feminilização da pobreza:

⁶⁰ IAMAMOTO, Marilda Villela. 2000.p.45.

⁶¹ PERLMAN, Helen. **Que é o Assistente Social?** Tradução: Margarida Pizante. São Paulo: Moraes. 1981.p.126-131.

⁶² FERRARINI, Adriane Vieira. **Pobreza:** Possibilidades de construção de políticas emancipatórias. São Leopoldo: Oikos, 2008. p.72-73.

Os homens participam menos dos programas e atividades sociocomunitárias, parece que a cobrança social lhes é mais dura de lidar. Em geral, expressam menos seus sentimentos e falam mais da vida profissional, dizem que estão procurando emprego, mas que está difícil conseguir.

Retomando esta exposição, observa-se que a Igreja sempre esteve presente na prática da caridade e da solidariedade, tratando com amor os desvalidos e buscando sua reabilitação: ajudar o pobre ensinando-lhe um ofício, auxiliando-o a encontrar trabalho para que não caia na mendicância, orientando as mães no cuidar e no educar de seus filhos com vistas a forjar cidadãos decentes. Para tanto, a Igreja busca trabalhar na organização da caridade, para que a mesma tenha efetividade, influenciando desde a criação de cursos até a sua concepção humanista.

Neste estudo, foi feito um recorte historiográfico desde a industrialização, a fim de tratar os fatos a partir do século XVIII, quando, com a influência de idéias como as de Frederico Ozanan e Luiza de Marillac, muito se avançou na organização da caridade. Segundo Vieira⁶³, em 1833, na França, um grupo de jovens católicos, entre eles Frederico Ozanan, se reuniam para praticar a caridade, tendo como presidente José Bailly, e patrono, São Vicente de Paulo. Era uma sociedade de leigos - rapazes e homens de qualquer classe ou profissão -, que visitavam os pobres em suas residências (trabalho antes exclusivamente feminino), levando à profissionalização da profissão, pois houve um intento de organizar a caridade. E esta preocupação foi o fator importante para a definição de atuações e de parcerias.

A luta pelos direitos sociais deu a tônica da profissão, mas também se passou por caminhos metodológicos diferenciados na busca por uma melhor atuação profissional. Daí esses caminhos, como pontes que, segundo Pavão⁶⁴, levaram à fenomenologia no Serviço Social, pois a profissão, por meio de métodos e técnicas, procura estimular a consciência crítica que permite ao ser humano enfrentar os desafios da realidade, interagindo com ela. Segundo a ação educativa ensinada por Paulo Freire, o assistente social e o ser humano, assim como grupos e instituições fazem parte dessa

⁶³ VIEIRA, Balbina Ottoni. **História do Serviço Social: Contribuição para a construção de sua teoria.** Rio de Janeiro, Agir, 1978.p.41.

⁶⁴ PAVÃO, Ana Maria B. **O princípio da autodeterminação no Serviço Social: Visão fenomenológica.** São Paulo: Cortez, 1984. p.41.

ação social, transformando a realidade numa comunhão de esforços de forma dialogal, mediatizados pelo mundo.

Segundo Iamamoto⁶⁵, em função das modificações ocorridas nas atividades do serviço social surge a necessidade de criar novos instrumentos de ação profissional, tanto no âmbito de sua atuação quanto no interior da academia. O Serviço Social é uma profissão que tem uma prática profissional operativa, historicamente reconhecida e legitimada através das ações que executa. Os instrumentos aplicados que sustentam as ações direcionadas à regulação das relações sociais se caracterizam como um acervo de instrumentos e técnicas materiais, sendo necessária a efetivação da proposta de um projeto ético-político comprometido com a perspectiva crítica.

Neste sentido, o uso dos instrumentos implica a habilidade técnica-política, que imprime eficiência para o desempenho de tarefas tais como a realização de entrevistas, reunião, visitas, registros, observação, dentre outros. Deve haver uma preocupação na formação dos profissionais no sentido de uma intervenção junto à comunidade. Por isto se faz necessário a formação de lideranças com postura ética, permeando a consciência referente às realidades dos oprimidos. É importante considerar temas mais densos como morte, liberdade, sede, fome, abrigo, enfim, necessidades nas quais intervir de maneira ética e profissional.

Outro fator observado é a postura profissional a ser adotada em novas ações, visto que os assistentes sociais devem trabalhar de forma ética e organizada, dentro dos reflexos legais, especialmente em observação à Constituição Federal, em seus artigos 203 e 204, que abordam:

Art. 203: A assistência social será prestada a quem necessitar independente de contribuição à seguridade social, incluindo a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice. Ainda promoção de integração ao mercado de trabalho, habitação e reabilitação de pessoas portadoras de deficiência. Por fim, garantir um salário mínimo de benefício aos portadores de deficiência e aos idosos que comprovem não possuir meios para manutenção.

Art. 204: Ações governamentais na área de Assistência serão realizadas através de recursos do orçamento da Seguridade Social, além de outras fontes como descentralização político-administrativa, participação popular, dentre outros.

⁶⁵ IAMAMOTO, Marilda Villela .2005. p.170.

A Assistência Social no Brasil se pauta em suas atuações e organizações por esses artigos, nela presente o Serviço Social. Vieira exemplifica esses aspectos ao se referir aos primórdios da Assistência Social, citando inclusive fontes bíblicas da legislação judaica.⁶⁶

Observa-se forte influência religiosa no Serviço Social, que teve a contribuição das mulheres, principalmente através da Diaconia, que será melhor detalhada no capítulo a seguir.

1.2 Diaconia e Igreja: a contribuição das mulheres para o Serviço Social

Vive-se num mundo globalizado em que o ajudar ao próximo, preservar os valores familiares como casamento, família, religião, amizade, honestidade já não ocupam o mesmo lugar de antigamente. O relacionamento entre as pessoas tornou-se muito complexo. É uma época de enorme competição, onde a defesa dos interesses pessoais, como recurso para sobrevivência, se torna importante. Assim, a cooperação e o coleguismo são postos de lado, perdendo para o individualismo e o isolamento, que são as conseqüências dessa nova situação mundial.

Deste modo, segundo Hoch⁶⁷, cada pessoa está sendo desafiada a escrever a sua história a partir de suas próprias forças e recursos. A comunicação interpessoal, por exemplo, está sendo substituída pela comunicação de massa como televisão, jornal, internet, rádio. Não se pode ignorar que esta situação gera frieza, insensibilidade, distanciamento entre as pessoas, por isso não se pode acomodar; ao contrário, o que importa é ajudar e ser ajudado. Em termos teológicos, é a respeito dessa ajuda que trata a Diaconia, um ramo da teologia que se dedica ao serviço e à ajuda mútua.

⁶⁶ Em alguns países e em algumas épocas, observam-se exemplos de assistência mútua: os judeus desterrados da Babilônia, os escravos libertos de Roma, todos seguindo regras religiosas, como se pode observar na Bíblia, no exemplo do livro do Êxodo, onde se encontram normas que se referem ao roubo, sedução, calúnia e magia; em Levítico, cuidado com os leprosos, deveres para com o viajante; em Deuteronômio, regras para auxiliar os pobres e escravos e praticar a caridade e o resíduo de colheita para os pobres, sendo que eram lembrados sempre que Deus castigava duramente os que não seguiam estes preceitos, e se pregava: “faça o bem para que, quando precisar, encontre quem o ajude”. Cf. VIEIRA, Balbina Ottoni. 1977. p. 29.

⁶⁷ HOCH, Lothar Carlos & NOÉ, Sidnei Vilmar (org). **Comunidade Terapêutica: cuidando do ser através de relações de ajuda**. São Leopoldo: EST. Editora Sinodal, 2003. p 39.

Para Comblin⁶⁸, todos devem se empenhar na luta contra o individualismo, que se expandiu graças à influência do neoliberalismo sobre as nações, fazendo com que a rua, antes lugar de encontro, de contato, hoje seja autopista, sendo as moradias locais de isolamento do mundo. Este isolamento leva a deixar de lado a ajuda aos vizinhos. Mas como ficam os pobres? Eles se bastam sozinhos? Quem vai dedicar a eles tempo, energia, paciência para ajudá-los voluntariamente a se promoverem, a terem uma vida melhor? A força do espírito poderia gerar uma ação eficaz neste sentido.

Assim, a diaconia política poderia funcionar, levando à população despossuída, por exemplo, a assistência jurídica e a educação para a cidadania. Poderia também ser exercida no trabalho, incentivando a organização de trabalhadores para lutar por seus direitos sociais. Também na vida cultural, estimulando a fazer cultura por prazer. Desta forma, os serviços assistenciais poderiam ser desenvolvidos via diaconia, mas também serem implementados pelo Estado via políticas públicas. Mas o que é Diaconia?

Para Pletsch⁶⁹, Diaconia designa aquele que serve, estando então seu conceito ligado à idéia de servir, renúncia, cuidar, no sentido de um serviço feito por amor, por escolha pessoal. Pode também se referir à liderança de comunidade, equivaler a um ministério, que significa estar encarregado de funções na comunidade.

Deve-se buscar a compreensão do que é Diaconia, tentando analisar o fundamento teológico da ética, que remete à identificação da pessoa cristã com Cristo, visto que Cristo foi livre e se fez servo de todos. Assim, a pessoa cristã é livre, mas se faz serva de seu próximo, construindo uma definição de ética cristã como a ética do cuidado: cuidado consigo mesmo, com o próximo e com todo o ecossistema⁷⁰.

Para De La Torre⁷¹, a motivação para a ação da Diaconia e solidariedade é subjetiva, podendo ser para o indivíduo relacionada com a preocupação e cuidado com a vida, mas podendo ser expressa sob a lógica econômica ou até midiática. Pode ser

⁶⁸ COMBLIN, José. Diakonia na cidade. In: Andrade, Sergio & Sinner, Rudolf von. **Diaconia no contexto nordestino**: desafios, reflexões, práxis. São Leopoldo: Sinodal, CEBI. São Paulo: Paulinas, 2003. p. 75-90.

⁶⁹ PLETSCHE, Rosane. 2001, p.16.

⁷⁰ MULLER, Enio R. **Teologia Cristã**: em poucas palavras. São Paulo: Editora Teológica; São Leopoldo: EST, 2005. p. 88.

⁷¹ TORRE, Margarita De La e ZWETSCH, Roberto (Orgs). **Diaconía y solidaridad desde los pueblos indígenas**. São Leopoldo: Sinodal /EST/ CETELA, 2007. p 13-18.

também ideológica, tratando de manter e consolidar a dominação da classe dominante sobre os pobres.

Segundo Gaede Neto⁷², Diaconia, serviço e ação salvífica de Deus, motivada pela fé, ação de ajuda da Igreja em favor de pessoas em situação de sofrimento, pobreza e injustiça, é, portanto, o caminho da cruz, o caminho do serviço, embora tenha papel profético e transformador no sentido de que os pobres resolvam seus problemas e tenham uma vida com mais justiça social. Para este autor, a Diaconia pode ser suplementar quando o governo assume a assistência, pois ao Estado cabe o cuidado dos necessitados, já que a partir da Constituição Federal de 1988, ele assume esta responsabilidade, e a Igreja se torna um ator coadjuvante que contribui com a sociedade.

A Diaconia de Jesus, a partir de seu Ministério, mostra a realização de refeições comunitárias ou comunhão de mesa (Santa Ceia) com os excluídos, buscando a inclusão dos pecadores. No caso da mulher siro-fenícia, ela reivindicava o direito de participar da mesa comum. Era a maneira mais básica de servir ao próximo de forma voluntária, de iniciar e manter relações humanas, e significava um processo de partilha igualitária com comida para todos. Assim, a vida e o ensinamento de Jesus apontam para uma inversão de todas as relações de poder entre as pessoas, questionando a hierarquização, as posições de poder e de submissão da sociedade. Portanto, a diaconia tem um sentido mais amplo do que servir a mesa, pois se trata de relacionamentos, de uma nova aliança, além do servir ao próximo, dando a diaconia de Jesus uma dimensão comunitária e social⁷³.

Gaede Neto⁷⁴, citando a teóloga brasileira negra, Silvia Regina de Lima Silva, fala da interpretação da mesma ao caso da mulher siro-fenícia, citada acima, mas no

⁷² GAEDE NETO, Rodolfo. 2001, p. 75.

⁷³ Desde cinco milênios A.C, se fala do amor ao próximo e ajuda aos seus semelhantes, sendo importante a justiça, solicitude e gentileza. Três milênios A.C Ptahotep se preocupava com a ajuda psicológica para o oprimido, alegando que era mais importante que se aliviasse o coração do que de fato sanar seu problema material. Dois Milênios A.C, ainda no Egito, se pregava o amor à mãe. Ramsés IV dava roupas aos nus e também tem-se notícia de um egípcio que foi salvo por beduínos no deserto. Fala-se também da ajuda aos que estavam aprisionados, dos cuidados com doentes, sepultar os mortos. A história da acolhida de estrangeiros, oferecendo abrigo na própria moradia é vasta, sendo que o hóspede deve ser respeitado. Dois milênios AC Anii, fala em dar comida ao inimigo e a quem chegue sem ser convidado e que era dever acompanhar o hóspede quando de sua partida até a uma fonte mais próxima ou parte do caminho, sendo que quem morasse as margens do Nilo, tinha obrigação de ajudar o hóspede a atravessar o rio. Outros exemplos podem ser encontrados quando citamos a diaconia de Jesus, como o lava-pés realizado na última ceia entre tantos outros onde Jesus proclama ao serviço, uma verdadeira revolução. GEORG Sissi. **Diaconia e culto cristão**: o resgate de uma unidade. RS: Est. Volume 32 Série Teses e Dissertações, 2006. p. 25.

⁷⁴ GAEDE NETO, Rodolfo. **Igreja e Diaconia**. Artigo. São Leopoldo: EST, 2004, p. 3

sentido de comparar a situação de exclusão desta mulher com a da comunidade afro-brasileira, visto que essa comunidade se sente como a mulher e sua filha quando ocupam o último lugar, já que estão dentro da casa como uma presença inesperada e não desejada, ouvindo Jesus falar a todos de uma mesa, em que ela não tem lugar, de uma família, de filhos, da qual ela não participa e de um pão ao qual ele não tem direito, uma vez que o lugar que lhe sobra é “debaixo da mesa”, comendo as migalhas que caem, sendo excluída.

Para o autor, a diaconia tem um caráter de abertura, sendo a mesa um lugar em que se pode saciar a fome de pão e a sede de aceitação, então servir à mesa, na reflexão teológica da diaconia, deve ter a conotação de “ao redor da mesa”, que seria o lugar onde se vive e se espera, se experimenta a partilha do pão e comunhão que rompe barreiras culturais, como ocorreu com a mulher siro-fenícia ao ter seu pedido atendido por Jesus .

Assim no contexto latino-americano, Gaede Neto⁷⁵ entende que cabe a diaconia construir mesas, que garantam a população tão sofrida o espaço “ao redor” e não o “debaixo da mesa”; mesas, como espaço abertos, que não promovam seleção prévia dos convidados/as; mesas que saciem a fome de pão, para que “todos possam, comer e se fartar”; mesas que saciem a sede de aceitação/ comunhão entre os diferentes; mesas de encontro em meio a diversidade cultural, confessional e religiosa; mesas de reconciliação; mesas de cooperação solidária. Enfim a mesa que o autor propõe, é a que é colocada segundo ele, por Walter Altmann, que afirma que a base comum para o encontro, o diálogo, num continente tão sofrido como o latino-americano, seja a afirmação da vida e dignidade e que a pobreza e a injustiça social, acentuadas pelos projetos econômicos neoliberais, com suas conseqüências de exclusão, sejam encarados são desafios à solidariedade cristã.

Aqui se observa a religião indo ao encontro dos excluídos, compreendendo e enfrentando a pobreza e as injustiças sociais.

Gaede Neto afirma que Jesus faz da misericórdia a chave de sua ética e prega a ajuda. Um documento da igreja antiga - Didaquê - fala da ajuda ao hóspede e do empenho em ajudar a procurar trabalho depois de dois dias de hospedagem. A Igreja também, com sua coleta, ajuda crianças a terem um destino melhor, ajuda náufragos e

⁷⁵ GAEDE NETO, Rodolfo. 2004, p. 4-5.

faz um trabalho carcerário, como o realizado por Sebastião Gameleira Soares, da igreja anglicana, que acompanhava os que estavam em sofrimento e iam a julgamento⁷⁶.

Para L. Boff⁷⁷, o cuidado, pelo fato de ser essencial, não pode ser suprimido nem descartado. Dessa forma deve-se buscar a realização da essência humana de cuidado e de gentileza, principalmente com o próximo, mesmo diferentes culturalmente, mesmo com os penalizados pela natureza ou pela história, espoliados, excluídos, as crianças, os velhos, os moribundos. Segundo ele, deve-se ter também cuidado com as plantas, os animais, as paisagens queridas e especialmente cuidado com a grande e generosa Mãe, a Terra, fazendo alusão ao feminino. O cuidado é reforçadamente feminino, como observado na definição⁷⁸ de cuidado e carinho de mãe e avó, que passam a referência de confiança e salvação, e isso se reporta para o papel das educadoras, enfermeiras e também dos assistentes sociais.

Para L.Boff⁷⁹, o *ethos* fundamental do humano é assumido ao alcançar a compaixão imprescindível para com todos os seres da criação, o cuidado com os mais pobres dos pobres e com os excluídos, vítimas das grandes injustiças sociais, para que possam viver com um mínimo de dignidade, exercendo um trabalho junto a igrejas, grupos sociais, ONG, buscando a transformação da sociedade numa sociedade com mais justiça social.

Esta deve ser a missão Diaconal e deve ter a mesma medida quando se refere a homens e mulheres, pois o que se observa é que para a mulher se reveste de um conteúdo diferenciado, levando em conta as diferenças de gênero postas à sociedade. Diaconia, como ação social da Igreja, tem sido uma tarefa eminentemente feminina. Talvez pelo fato da mulher estar sempre relacionada com o cuidar e o servir, realizando trabalhos domésticos considerados indignos para serem executados por homens. Daí a divisão das tarefas da comunidade ter um cunho discriminador como, por exemplo, servir a mesa.

Tedesco⁸⁰ afirma que às mulheres não era dado o direito de falar em assembléias religiosas, e no caso de alguma dúvida sobre o que estava sendo tratado,

⁷⁶ GAEDE NETO, Rodolfo.2001.p. 34.

⁷⁷ BOFF, Leonardo. **Saber cuidar- ética do humano- compaixão pela terra**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.p.168-187.

⁷⁸ BOFF, Leonardo. 2007.p.167.

⁷⁹ BOFF, Leonardo. 2007.p.126.

⁸⁰*Para poder entenderlo, se hace necesario establecer primero en qué consistia el diaconato y su posible evolución. Eso con fuentes escasas, contradictorias y malintencionadas em muchos casos. Además e a necesario utilizar la bibliografía sobre el tema com mirada crítica, pues los estudios con los que contamos se insertan en la polémica sobre el lugar que ocupa la mujer dentro de la iglesia católica*

podiam perguntar em casa, ao marido. A situação da mulher parece ter melhorado com a Diaconia, mas não se pode esquecer que a obrigação da Diaconia também lhes sobrecarregava de trabalho, por vezes pesado:

Para poder entendê-lo, faz-se necessário estabelecer primeiro em que consistia o diaconato e sua possível evolução. Isso com fontes escassas, contraditórias e mal intencionadas em muitos casos. Ademais é necessário utilizar a bibliografia sobre o tema como um olhar crítico, pois os estudos como os que apresentamos trazem uma polémica sobre o lugar que ocupa a mulher dentro da igreja católica atual.(tradução nossa)

Gaede Neto⁸¹ afirma que no Novo Testamento se verifica o envolvimento da mulher no trabalho doméstico:

[...] a exemplo do que se passa com Marta (Lc 10.38-42): ela realiza aquele trabalho doméstico que se faz necessário para a hospedagem de um visitante, que em si é o mesmo que se exigia dos escravos e escravas [...].

Para este enfrentamento, a ação diaconal das mulheres tem eficácia, posto sua capacidade de serem as mães da comunidade e atuarem junto aos fracos e carentes de amor, saúde e cuidados materiais.

Segundo Lima⁸² (1983), a identidade da mulher e do homem está forjada no imaginário judaico-cristão, que se solidificou na sociedade ocidental, formando homens e mulheres com identidades opostas.

Para DaMatta⁸³, os homens são formados para serem fortes, provedores, protetores, afeitos a ritos políticos de poder, ligados à rua. Enquanto as mulheres devem ser frágeis, protegidas, submissas, dóceis, cabendo a elas o papel de ser o centro de todas as rotinas familiares ligadas a casa. O que é confirmado por Schottroff⁸⁴, quando diz que a mãe parece ser uma pessoa de confiança, sendo que o lar da mulher é chamado de casa da

actual. Cf. TEDESCO, Diana Rocco. **¿Mujeres? ¿el sexo débil?** Bilbao: Desclée de Brouwer, 2008. p. 230.

⁸¹ GAEDE NETO, Rodolfo, 2001, p.170.

⁸² LIMA, Rita de Lourdes. & SANTOS, Maria de Fátima de Sousa. **Gênero: multiplicidade de representações e práticas sociais.** ST 38, UFRN e UFPE, 2008. p. 1, disponível em 20/04/09 em www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/L/Lima-Santos_38.

⁸³ DAMATTA, Roberto da. **A casa e a rua.** Rio de Janeiro: Rocco, 1977. p. 39.

⁸⁴ SCHOTTROFF, Luise. Silvia Schroer & Marie-Theres Wacker. **Exegese Feminista: resultados de pesquisas bíblicas na perspectiva de mulheres.** Leopoldo: Sinodal/EST; CEBI; São Paulo: ASTE, 2008. p. 117.

mãe, o que significa que o sentimento confortador de estar em casa é fortemente ligado à mãe.

Para Carol Gilligan⁸⁵, em sua “ética do cuidado” a estruturação da identidade de gênero masculino/feminino acontece num contexto de relacionamento que é experimentado de formas diferentes para meninos e meninas. Para as filhas, ao se identificarem como femininas fundem a experiência de apego, de cuidar e sentem-se como as mães, que é a principal cuidadora da criança na fase até 3 anos, onde se forma a personalidade enquanto que os meninos, o caminho para a identidade masculina é a individuação e separação, o que lhes dá maior autonomia pessoal .

Assim as profissões mais femininas, que envolvem o cuidar são desvalorizadas pela sociedade, que valoriza mais o individualismo, a competição, que são traços mais masculinos.

Marta Suplicy⁸⁶ coloca que este aprendizado de ser “mariazinha” para as mulheres inicia-se desde o nascimento, quando as mães já definem as roupinhas cor-de-rosa para as meninas e azul para os meninos, sendo que se espera dos meninos o sucesso profissional, e lhes propiciam brinquedos que levam a explorar o mundo, enquanto às meninas se espera que cresçam bonitas e se casem e suas brincadeiras são um aprendizado do cuidado com a casa e com os outros.

Chauí⁸⁷ também se coloca quanto à questão da mulher, quando fala que:

As mulheres que trabalham fora, se não forem professoras, enfermeiras ou assistentes sociais, são consideradas prostitutas em potencial; e as prostitutas, degeneradas, perversas e criminosas infelizmente são indispensáveis para conservar a santidade da família.

Então se observa que a representação social do “ser mulher” prepara-as para profissões que exijam das mesmas as características que se supõem próprias das mulheres, sendo que antigamente as mulheres exerciam trabalho no campo, mas era atribuída a elas a penosa tarefa de processar os produtos da lavoura, preparar os alimentos e moer os grãos no moinho de mão. Por vezes atuavam como cozinheiras, padeiras, na confecção de roupas e têxteis, na confecção de perfumes e pomadas ou sendo profissionais da música e canto, assim como parteiras e amas-de-leite. Logo, as

⁸⁵ GILLIGAN, CAROL. **Uma voz diferente**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1982. p. 17-19.

⁸⁶ SUPLICY, Marta. **De mariazinha a Maria**. Petrópolis: Vozes, 1985. p.179.

⁸⁷ CHAÚÍ, Marilena. **Brasil**. Mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000. p. 93.

profissões que educam, cuidam e ajudam são associadas às mulheres e são as mais procuradas por elas.

Acerca desta questão, Iamamoto⁸⁸ cita o discurso da oradora da primeira turma de Serviço Social formada no Brasil, em 1938:

[...] Intelectualmente o homem é empreendedor, combativo, tende para a dominação. Seu temperamento prepara-o para a vida exterior, para a organização e para a concorrência. A mulher é feita para compreender e ajudar. Dotada de grande paciência, ocupa-se eficazmente de seres fracos, por isso, particularmente indicados a servir de intermediária, a estabelecer e manter relações. De acordo com sua natureza, a mulher só poderá ser profissional numa carreira em que suas qualidades se desenvolvam, em que sua capacidade de dedicação e de devotamento seja exercida. [...] Como educadora é conhecida sua missão. Abre-se agora também com o movimento atual, mais um aspecto de atividade: o Serviço Social [...].

O Serviço Social surgiu e se consolidou historicamente, como uma profissão destinada a “mulheres”, ao desenvolvimento da caridade, solidariedade, organização da ajuda. Teve nas mulheres o atendimento a este chamado da Igreja, buscando dar respostas às expressões da questão social advinda do capitalismo, como a miséria, fome, desordem social.

Esta adesão das mulheres ocorreu devido a sua forte ligação com valores cristãos e humanitários, e um histórico de subalternidade, chamado pelos estudiosos de gênero de divisão sexual do trabalho, devido ao perfil feminino, que vem trazendo, em seu bojo, a imagem social da mulher e as discriminações a ela impostas, sejam no mercado de trabalho, sejam em outras áreas.

Segundo Simões Neto⁸⁹,

No Brasil, desde o final dos anos 1960, e independentemente da região do país considerada, aproximadamente 95% dos profissionais são mulheres [...]. Nos países onde essa é uma característica forte, a hegemonia feminina passa a atuar na profissão de forma atemporal, ou seja, faz parte da história do Serviço Social, desde sua origem até os dias atuais. Percebe-se a marca feminina na prática assistencial, mesmo levando em conta que a presença masculina trouxe a profissionalização. A atribuição das características femininas à profissão, como o caráter da ajuda e do cuidado social próprio à prática assistencial, demonstra sua força.

Além da intensa presença feminina atuando na profissão, consolidando-se numa hegemonia feminina,⁹⁰ que parece ser uma característica atemporal no Serviço

⁸⁸ IAMAMOTO; CARVALHO, 1983, p. 87.

⁸⁹ SIMÕES NETO, José Pedro. 2005. p. 14 .

Social, ou seja, faz parte da história da profissão desde sua origem até os dias atuais, esta forte presença feminina. Existe também uma cultura profissional que carrega fortes marcas confessionais em sua formação histórica, atualizadas no presente por um discurso profissional laico que re-atualiza a herança conservadora original, secularizando a profissão, mas ainda se cultiva uma subalternidade profissional, com riscos de desdobramentos na baixa auto-estima dos assistentes sociais diante de outras especialidades.

Isso pode favorecer uma internalização como profissionais de segunda categoria, que acaba por não ter um fazer próprio e se encarregando da sobra de outras profissões, correndo o risco de se passar assim, a uma profissão sem status nem prestígio, já que a subalternidade profissional no Serviço Social vem de sua origem ligada à caridade e à filantropia por sua origem religiosa. Esta herança, porém, está mudando. Segundo Iamamoto⁹¹,

[...] A partir do Código de ética profissional de 1993 e uma nova lei de regulamentação da profissão, com pilares básicos de reconhecimento da liberdade como valor ético central, a defesa intransigente dos direitos humanos, a recusa ao arbítrio e do autoritarismo, a ampliação e consolidação da cidadania e a defesa e aprofundamento da democracia a profissão vem construindo uma representação nova sobre o Serviço Social e sobre o “ser mulher” que rompe com a representação tradicional [...].

Segundo Simões Neto⁹² ainda hoje, em relação à religiosidade, grande parte dos profissionais se diz católico, o que não significa obediência aos preceitos da Igreja e nem a participação ativa nesta, já que os fiéis do catolicismo não apresentam uma obediência rígida aos ensinamentos romanos.

O que se observa é uma devoção aos santos oficiais e/ou a milagreiros não oficiais com o estabelecimento de rezas, novenas e promessas, pois tem-se uma religiosidade vivida em casa e sem frequência assídua à Igreja.

A influência do catolicismo vem trazendo a humanização, a solidariedade e a dedicação que caracterizaram o Serviço Social tradicional, mas também se apresenta um novo projeto profissional e uma nova representação de mulher, que é a coragem, conquista, determinação, fortaleza, amor, ação, cidadania, luta, fortaleza, trabalho, incorporando-se, assim, elementos novos, advindos das transformações sociais.

⁹⁰ SIMÕES NETO, José Pedro. 2005. p. 14 a 15.

⁹¹ IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, 1983, p. 245.

⁹² SIMÕES NETO, José Pedro. 2005. p. 15.

Segundo Del Priore⁹³,

[...] Se a imagem social predominante da profissão é indissociável de certos estereótipos socialmente construídos sobre a mulher na visão mais tradicional e conservadora de sua inserção na sociedade, o processo de renovação do Serviço Social é também tributário da luta pela emancipação das mulheres na sociedade brasileira, que renasce com vigor no combate ao último período ditatorial, em parceria com as lutas pelo processo de democratização da sociedade e do Estado no país [...].

Hoje, com um novo projeto profissional, percebe-se que mesmo com a questão da subalternidade profissional e a predominância feminina na profissão, a competência teórico-metodológica e ético-política da profissão a tem consolidado socialmente e contribuído para as relações de respeito e igualdade entre as diversas profissões, assim como para modificações nas relações entre os gêneros.

Esta questão da subalternidade é histórica, e Del Priore⁹⁴, tratando das atitudes da Igreja em face da mulher no Brasil colônia, afirma que o sacramento do matrimônio foi exaltado, mas na verdade era um aparelho burocrático para difundir as benesses de uma falsa relação igualitária, em que o homem dominava e a mulher se submetia, portando-se como casada, o que significava ser humilde, obediente e devota, amando seus companheiros como virtuosas.

Para a Igreja, o casamento ocorria não por amor, mas para a procriação e luta contra o adultério dos homens, que era tolerado pelas mulheres, criadas para obedecer. O marido era a cabeça da mulher, daí predominar a vontade masculina. Para que isso ocorresse, era preciso disciplinar a mulher no interior do casamento, relegá-la à casa, aos cuidados com os filhos.

O casamento trazia à mulher respeitabilidade e ascensão social, cabendo então a elas a realização do trabalho não pago, e não apenas o chamado trabalho doméstico, mas também o trabalho de cuidar da família, que apresenta componentes emocionais importantes e que consomem muito tempo.

No catolicismo, eram as mães e esposas que educavam os filhos na religião e transmitiam aos mesmos as tradições religiosas, assim como eram as mulheres as responsáveis pelas festas religiosas (barroquismo).

⁹³DEL PRIORE, Mary. **Atitudes da Igreja em face da mulher no Brasil colônia**. In: MARCÍLIO, Maria Luiza (org.). *Família, mulher e sexualidade na história do Brasil*. São Paulo: Loyola, 1993. p.172.

⁹⁴ DEL PRIORE, Mary. 1993. p.174.

Plestch,⁹⁵ citando a literatura Apócrifa, fala sobre a condição da mulher à frente de ministérios (das viúvas) em que elas são encorajadas a não se submeterem aos homens, mas mesmo assim se condiciona sua liderança na comunidade ao fato de terem sido boas mães, esposas e assistentes de apóstolos e pessoas doentes e aflitas.

No Exército da Salvação esta prática já ocorria, sendo as mulheres elementos essenciais na obra social-evangelística espalhada pelo mundo todo. No protestantismo a mulher assume o papel de educadora. Segundo Mendonça⁹⁶,

[...] O primeiro aspecto interessante dessa educação protestante é o magistério feminino. Os historiadores, principalmente os presbiterianos e os metodistas, registraram a chegada anual da atividade missionária, isto é, nos últimos trinta anos do séc. XIX, tornando-se algumas delas notáveis mesmo fora do âmbito exclusivamente protestante. Além do aspecto naturalmente maternal desse magistério feminino, os novos métodos de ensino trazidos por essas missionárias contribuíram bastante para modificar o ambiente das escolas, antes amedrontador e maçante, conforme afirmam alguns autores [...].

Segundo Almeida⁹⁷, com o passar do tempo, o papel da mulher vem se modificando na sociedade, saindo do espaço doméstico, do recato, da submissão e da maternidade para a atuação no mundo do trabalho, na política, no exercício da liberdade, inclusive sexual, incorporando atributos de proteção e autoridade. Inicialmente assumindo magistério, enfermagem e serviço social, as mulheres passam a reivindicar seus direitos de serem reconhecidas como atores sociais dotados de autonomia, tentando derrubar as barreiras da desigualdade de natureza biológica, visto que nossa sociedade aloca papéis sexuais diferenciados para homens e mulheres.

Wutke⁹⁸ afirma a possibilidade de que mulheres e homens tenham vida em igualdade, respeito e reciprocidade, exercendo a cidadania ativa, consciente e libertadora, numa busca pelos parâmetros éticos no exercício da cidadania, visto que a mulher deve ir à luta contra as amarras que a aprisionam e se tornar sujeito de sua própria história, vencendo o sistema hierarquizado, excludente e desigual, e lutar para a

⁹⁵ PLETSCH, Rosane. **Diaconia Feminista: uma ressignificação do conceito de servir**. Mestrado em Teologia. São Leopoldo : EST, 2001. p.81.

⁹⁶ MENDONÇA, Antonio Gouvêa. **O celeste porvir: a inserção do protestantismo no Brasil**. 2. ed., São Paulo: ASTE/IMS, 1995. P. 99.

⁹⁷ ALMEIDA, Jane Soares: Mulheres na educação: missão, vocação e destino? In SAVIANI, Demerval. **O legado educacional do séc. XX no Brasil**. Campinas. São Paulo: Autores Associados, 2006. p .96

⁹⁸ WUTKE, Iraci. **Ética, cidadania e subjetividade na perspectiva das relações de gênero**. Especialização em Teologia.Orientadora STROHER, Marga Janete. São Leopoldo: EST,2006 .p.15.

construção de uma organização de gênero que mantenha no mesmo patamar homens e mulheres pela atribuição do mesmo valor e direito a ambos.

As mulheres, historicamente, vêm exercendo papel social importante num trabalho notadamente atrelado ao pobre, prestando serviços, ajudando⁹⁹. A profissão Serviço Social surge no Brasil em 1936, com a convocação das mulheres para atuarem no voluntariado feminino, através do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), um dos promotores da Ação Católica de São Paulo. A implantação do Serviço Social no Brasil, para Iamamoto¹⁰⁰,

[...] não se baseará, no entanto, em medidas coercitivas emanadas do Estado. Surge da iniciativa particular de grupos e frações de classe, que se manifestam principalmente por intermédio da Igreja Católica. Possui em seu início uma base social bem delimitada e fontes de recrutamento e formação de agentes sociais informados por uma ideologia igualmente determinada.

Ao se resgatar a história do Serviço Social no Brasil, constata-se que se concebeu (e se transmitiu) o Serviço Social como a própria superação da assistência, que se reveste de maior racionalidade introduzindo serviços sociais de maior alcance, sem perda, no entanto, de sua característica básica: o sentido do benefício ou da benevolência, só que, agora, do Estado. No início dos anos 1940,¹⁰¹

[...] ocorre uma mudança qualitativa no comportamento assistencial do Estado e do empresariado em relação ao proletariado. As atitudes aparentemente paternalistas, absolutamente não desprovidas de interesse econômico que geralmente preocupavam responder, até mesmo preventivamente, e desvirtuar em seu conteúdo a pressão reivindicatória, devem ceder o lugar a uma política mais global, representativa de uma nova racionalidade.

O progresso social compreendido como um dever do Estado passa a ser a perspectiva orientadora das ações do Serviço Social e, imanente a esta compreensão, está a de evolução social, ascensão social que irá se explicitar na promoção social. Neste período, as atividades de promoção social passam a absorver a prática e a teoria dos profissionais de Serviço Social, creditando as mesmas expectativas de desenvolvimento social e de concretização do Estado de Bem-Estar Social.

⁹⁹ FIGUEIRÊDO, Adiel Tito de. **Diaconia ou Promoção Humana**. São Paulo: Pendão Real, 1999. p. 31

¹⁰⁰ CARVALHO, 1981, p. 129.

¹⁰¹ IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, 1983, p.312.

O Serviço Social, nos meados dos anos 1960, começa a explicitar o conteúdo político de sua prática, o que se acentuará mais nitidamente na década de 1970. Há que se considerar as contribuições do Movimento de Reconceituação do Serviço Social que, ao resgatar os componentes teóricos metodológicos da profissão, desencadeia entre os assistentes sociais a possibilidade de desvendamento de novas formas de apreensão da realidade e a compreensão crítica e política de sua prática, antes positivista e atrelada à Igreja.

A re-conceituação permitiu que os assistentes sociais se distanciassem criticamente do significado “aparente” de sua atividade, sendo que a exclusão das classes subalternizadas das decisões que lhes dizem respeito, a ampliação da capacidade de intervenção governamental que o Estado ditatorial adquire no pós-64 (e consolida nos atos institucionais) reforçam o caráter assistencial das políticas sociais.

Segundo Silva¹⁰², tal intervenção

[...] possibilita que interesses de outros segmentos sociais a nível da própria burocracia estatal e dos diferentes setores empresariais que se especializam na produção de bens e serviços consumidos pela população, através de intermediação estatal, passem a deter amplo espaço de manobra e de liberdade de decisão.

O que se observa é um retrocesso da humanidade que se encontra em seu limite. Esse fato leva o Serviço Social a repensar sua prática, instrumentos basilares que se pretende discutir para se alcançar a excelência, que é o desafio da formação profissional dos que vão atuar nas expressões das questões sociais que emergem da prática, pensando a estrutura macro da realidade.

Na pesquisa feita pela assistente social Jaqueline Muricy¹⁰³, numa ONG de cunho religioso que abriga crianças no Espírito Santo, se constata no perfil das assistentes sociais que ali trabalham que o sexo feminino na atuação profissional é predominante, além de terem uma prática ligada à confessionalidade, preocupada com o ser humano, sendo importante enfatizar que a visão do homem e do mundo das

¹⁰² SILVA, Claudia Neves da. **A presença de Postulados Tomistas na Gênese do Serviço Social. Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 24, p. 87-100, set. 2003. Disponível em: http://www.uel.br/proppg/semina/pdf/semina_24_1_21_42.pdf. Acesso em 15 de agosto de 2007.

¹⁰³ SANTIAGO, Jaqueline Muricy. **A prática profissional do Assistente Social no acompanhamento das famílias das crianças do Abrigo Casa Viva**- Monografia apresentada na Pós-graduação em Políticas Sociais da Faculdade Univila, orientação: Maria da Penha Almeida Fehlberg. Vila Velha: Univila, 2007, p. 62.

primeiras assistentes sociais brasileiras fundamentava-se na filosofia e teologia da Igreja Católica, que na verdade, refere-se mais a formação que os profissionais receberam no seio de suas famílias do que à influência do catolicismo atualmente em suas vidas .

Para Simões Neto¹⁰⁴, mesmo com o ensino da profissão Serviço Social sendo secularizado, os alunos que tem valores advindos da religião, tais como amor ao próximo, justiça social, encontram na formação profissional, ressonância para suas aspirações, visto que os alunos de Serviço Social se distinguem por escolher a profissão tendo como motivação a ajuda social.

Andrade¹⁰⁵, também tratando do trabalho do assistente social em ONG's com cunho religioso, mostra o profissional como responsável por organizar eventos religiosos, que podem ou não contar com sua presença. O profissional convida as pessoas, reserva espaço físico, identifica a demanda, verifica equipamentos a serem utilizados na realização do programa dirigido por um Pastor, Padre, liderança espírita ou voluntário, mas não o assistente social.

Nesses eventos são tratadas palestras de moral cristã, cursos de educação moral e religiosa, debates sobre humanismo cristão, evangelização e cidadania, curso bíblico, sendo que geralmente se inicia com uma oração. Para o assistente social que não é evangelizador, mas um profissional com um Código de Ética, esse é um caminho perigoso de seguir, pois pode representar um retrocesso ao tempo das atitudes moralizadoras, quando o profissional era o guardião dos bons costumes. Daí a pergunta: como se efetivar a ampliação da cidadania do usuário num campo tão complexo?

Além destas questões postas à profissão, Montaño¹⁰⁶ coloca outra: o fato do Serviço Social ser uma profissão eminentemente feminina, tem sido fator de subalternidade, na medida em que a profissão está inserida em sociedades regidas por padrões patriarcais e machistas. Ele aborda ainda a questão da mulher ter sido historicamente considerada a executiva de assistencialismo, vindo ao longo da história reproduzindo o substrato assistencialista presente na mesma.

Questão também discutida por Torres¹⁰⁷ coloca que, historicamente, homens e mulheres vêm ocupando diferentes posições na sociedade, que lhes atribui papéis internalizados como naturais, e que o fato de tornar-se homem e mulher pressupõe uma

¹⁰⁴ SIMÕES NETO, José Pedro. 2005. p. 23.

¹⁰⁵ ANDRADE, Renato Almeida de. **O enfrentamento da Questão Social e o Terceiro Setor**: O Serviço Social e suas condições de trabalho nas ONG's. Vila Velha: UNIVILA, 2006. p.149-153.

¹⁰⁶ MONTAÑO, Carlos. 1998, p.88.

¹⁰⁷ TORRES, Iraíldes Caldas. **As primeiras – damas e a assistência social**: relações de gênero e poder. São Paulo: Cortez, 2002. p.51-58.

formação dos sujeitos, inclusos aspectos ideológicos e políticos, com ênfase nas relações de poder entre os gêneros. O que se coloca é que a divisão social do trabalho feita por sexo é um elemento que identifica a posição entre os homens e mulheres, visto a importância da economia doméstica e da economia social, sendo também importante o plano ideológico, que coloca a mulher na condição biológica de reprodutora, assumindo um papel determinante que justifica essa dominação a qual é submetida.

Para Torres¹⁰⁸, esta submissão ideológica data do Brasil Colônia do séc. XVII, quando se pregava a moralidade no matrimônio como dominação do homem sobre a mulher, visto ser dele o direito de ser ativo nas relações conjugais, de ser destinado ao espaço público e de manter a família, enquanto à mulher cabia a obediência e a passividade, sendo a procriadora e educadora dos filhos, visto sua fragilidade.

Para a autora, a medicina lusa também era fator de reforço para esta ideologia, pois utilizava o mecanismo de dominação para adestrar a conduta da mulher como procriadora, visto a disseminação da idéia de que só a maternidade revelaria um corpo saudável e uma alma pura para elas. A partir daí se condiciona a mulher ao trabalho doméstico, considerado improdutivo e isso afasta a mulher do espaço público onde se dá o processo produtivo social.

Às mulheres são atribuídos valores como docilidade, solidariedade, maternidade e sociabilidade em detrimento à racionalidade. Daí assenta-se bem para a mulher o papel de primeira-dama, no qual os sentimentos de bondade e de solidariedade acabam se contrapondo aos níveis de racionalidade das atividades assistenciais, havendo uma apropriação por parte do poder local, dos valores atribuídos às mulheres para firmar uma base de legitimação à ordem estabelecida. Mesmo que exista hoje um componente político no trabalho das primeiras damas, está também presente em suas ações a caridade, os ensinamentos da Igreja, assim como nos primórdios da profissão, visto a abnegação e generosidade das esposas dos governantes.

A igreja católica buscou em São Tomás de Aquino a influência filosófica que passou ao Serviço Social, possibilitando uma sistematização teórico-metodológica das atividades desempenhadas pelas primeiras assistentes sociais com os postulados tomistas que se fizessem notar no seu discurso e no seu exercício.

¹⁰⁸ TORRES, Iraildes Caldas. 2002. p. 105.

Esses postulados mostram que Deus é o pai supremo, ser perfeito, infinito, onipresente¹⁰⁹. Os seres humanos, suas criaturas, similares a Deus por serem seus filhos, daí serem o que há de mais perfeito no universo, sendo racionais, dotados da capacidade de escolha, de saber, de vontade.

São Tomás recebeu influência de Aristóteles, que pregava ser o ser humano, um ser social, dependente dos outros, e cuja participação em sociedade permite uma vida com mais bem-estar¹¹⁰, na qual os benefícios produzidos são distribuídos a todos. Como animal político, é necessário que o ser humano respeite o Estado, cuja autoridade deriva de Deus. mas o Estado deve respeitar a Igreja, não havendo, assim, questionamentos, conflitos, nem luta de classes.

Dessa forma, considerando a todos os homens irmãos, não se pode negar ajuda ao irmão em sofrimento, pois se estaria negando solidariedade e caridade ao próprio Pai. Acerca disto, o autor faz colocações que levam ao entendimento da influência da Igreja no surgimento da Profissão, e também afirma¹¹¹

Dentro da hierarquia dos seres, São Tomás, após analisar a existência de Deus, analisa o homem, a pessoa humana. E assim a define: “Uma pessoa é a substância individual (indivisa) de uma natureza racional”. A pessoa humana é composta de duas substâncias incompletas: a alma e o corpo. A união dessas duas substâncias, numa substância única, embora composta, nos dá o ser humano, distinto de qualquer outro ser. Mas o que realmente distingue a pessoa é sua racionalidade, é ser dotado de inteligência. E é nesta distinção que radica a dignidade da pessoa humana.

Segundo Ander- Egg¹¹², o ato de ajudar é tão antigo como a humanidade, e se transformou em profissão a partir de organizações das formas de ajuda e da mudança de concepção, com a influência da religião, principalmente do cristianismo, que leva a organização do *modus operandi* do atendimento aos necessitados, passando a ajudar por impulsos humanitários a uma profissão secularizada, o Serviço Social.

Para Estevão¹¹³, o Serviço Social surge com a convocação da igreja católica às damas da caridade. A preocupação da Igreja era o agravamento das expressões da questão social sobre as classes despossuídas, a desestruturação das famílias, a extrema miséria, assim como a preocupação com o liberalismo e o comunismo.

¹⁰⁹ GONÇALVEZ, Justo L. **Uma história do pensamento cristão**. Volume 2. Tradução Paulo Arantes, Vanuza Helena Freire de Mattos. São Paulo: Cultura Cristã, 2004. p. 260.

¹¹⁰ AGUIAR, Antonio G.1995. p. 43.

¹¹¹ AGUIAR, Antonio G.1995. p. 42.

¹¹² ANDER- EGG, Ezequiel. **Introdução ao Trabalho Social**. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 66-73.

¹¹³ ESTEVÃO, Ana Maria. R. **O que é Serviço Social**. São Paulo: Editoria Brasiliense, 1984. p.7.

Esta convocação da Igreja para a ação social católica traz a marca do voluntariado, presença forte no Serviço Social. Assim, para Zapata¹¹⁴, a economia e a política da caridade formam um campo social em que diversos agentes definem o sentido de assumir gestos altruístas, desinteressados, gratuitos, dando assim as estratégias para a definição da ação no campo da ajuda social. Logo, as ações do voluntariado visam à eficácia, o planejamento do serviço da caridade, e tem tido resposta das mulheres que mostram-se mais afeitas a este trabalho.

Na profissão, o perfil é predominantemente feminino, conforme Yamamoto e Carvalho¹¹⁵, que enfatizam:

No Serviço Social tem-se um contingente profissional, hoje, provenientes de segmentos médios pauperizados, com um nítido recorte de gênero: uma categoria profissional predominantemente feminina, uma profissão tradicionalmente de mulheres para mulheres.

De acordo com Andrade¹¹⁶, o enfrentamento da questão social do Brasil é uma forma de resgatar aspectos das relações do Estado na sociedade civil, das mudanças nos papéis do Estado, especificamente no contexto da realidade brasileira, e das relações de força entre as classes, o que pressupõe participação da população na luta pela ampliação da cidadania, numa lógica universalista em que o espaço do público, da elaboração de leis, das relações interpessoais se refere à rua¹¹⁷, e o espaço privado, das relações personalizadas, do aconchego, da família, das mulheres, pertence à casa. Daí quem se individualiza se restringe a casa, portanto não tem acesso fácil à cidadania, que deve ser conquistada com luta.

Para Guerra¹¹⁸, o Serviço Social surge como peça de um estratagema de classe, articulado pelas forças sociais que representam o grande capital (no Brasil, pela aliança entre o Estado, o empresariado e a igreja católica), objetivando a integração da classe trabalhadora. No entanto, existe uma dificuldade em estabelecer mediações, aqui entendidas como a instrumentalidade do Serviço Social em inferir em projetos societários para a transformação da realidade, onde esteja presente mais justiça social.

¹¹⁴ ZAPATA, Laura. **La mano que acaricia la pobreza**: etnografia del voluntariado católico. Buenos Aires: Antropofagia, 2005. p.21.

¹¹⁵ IYAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, 2005, p. 104.

¹¹⁶ ANDRADE, Renato Almeida de. 2006. p. 22.

¹¹⁷ DAMATTA, Roberto 1977. p. 51-57.

¹¹⁸ GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1999. p. 38.

Desta forma, se entende que o Serviço Social é uma profissão que, na sociedade brasileira, se institucionalizou, como um dos recursos mobilizados pelo Estado, pelo capital, com o apoio da Igreja para atuar perante as expressões da questão social, que no dizer de Yamamoto¹¹⁹, se aprofunda com a recusa histórica do reconhecimento da cidadania das classes subalternas pelas elites. Portanto, só com a participação política destas classes, elas se expressarão como sujeitos, abrindo canais orgânicos de participação política via protesto. A própria reconceitualização da profissão vem trazendo no seu bojo a mudança dos papéis, trazendo uma nova representação social para os assistentes sociais, em sua maioria mulheres, daí que ao lado do amor, mãe, sensibilidade, tem-se hoje cidadania, justiça social, inclusão, o que reforça a luta pelos direitos sociais.

Mas cadê o protesto? Cadê a resistência dos que sofrem opressão? Este sentimento está presente na forma de resignação e violência contida? Será preciso esperar pela reforma do Estado e sua promessa de compressões políticas e econômicas globais para oferecer melhorias do atendimento das novas demandas nesta sociedade complexa? Será que se pode avançar para algum projeto alternativo?

Poderia a Teologia ser um auxílio para a concretização do projeto ético-político profissional e para a aplicação do rigoroso Código de Ética dos Profissionais?

Segundo Yamamoto, assim como os déficits públicos crônicos, a revolução informacional, a transformação produtiva, o desemprego e a precariedade nas relações de trabalho, a expansão da pobreza e o aumento das desigualdades sociais, são fatores que engendram demandas e limites, e nos pressionam para o surgimento de novos arranjos e modos da gestão das políticas sociais.

O Serviço Social¹²⁰ também vem construindo uma cultura profissional, que tem revelado o movimento de muitas mulheres na luta por uma nova relação de gênero em que haja mais justiça social.

Diante disso, Carvalho¹²¹ afirma que o Serviço Social, como profissão, está diretamente colocado no cerne da relação de enfrentamento do Estado com as classes trabalhadoras, visto que os Assistentes Sociais se inserem na sociedade, em sua maioria, como funcionários do Estado. São chamados, portanto, a viabilizar diferentes políticas

¹¹⁹ YAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, 2005. p. 130.

¹²⁰ COSTA, Sueli Gomes. **Signos em transformação**: a dialética de uma cultura profissional. São Paulo: Cortez, 1995. p. 94.

¹²¹ CARVALHO, Alba Maria Pinho de. **Serviço Social nas relações sociais**: a questão da assistência - Conferências. São Paulo: Cortez: ANAS, 1987. p. 52.

sociais, ocasionando uma dinâmica contraditória do Estado no atendimento das necessidades e reivindicações das classes trabalhadoras com a pretensão de amenizar os conflitos e de controlar a questão social.

Realiza-se, então, o trabalho do Serviço Social de forma integrada às políticas sociais, visando o enfrentamento das expressões da questão social, como a pobreza, considerando as desigualdades sócio-territoriais, garantindo os mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais (Lei Orgânica da Assistência Social- LOAS/ 1993).

Busca, ainda, parcerias com instituições públicas e privadas, ONG's e Igrejas, mas não se restringindo apenas a isto, vai atuar também na educação, saúde, empresas, entre outros.

Daí a compreensão de que o Serviço Social, originariamente concebido por iniciativa religiosa, teve um forte crescimento desde seu surgimento até os dias atuais, através da contribuição das mulheres, que tem hegemonia dentro da profissão.

Sendo as mulheres a maioria na categoria profissional, é importante contextualizar em seu papel nos primórdios da profissão, a questão da diaconia feminista. Assim, na realidade latino-americana, como re-significar a diaconia feminista? Pletsch¹²² fala da questão do conceito de diaconia remetendo a relações de gênero na luta pelo poder e pelo enfrentamento das injustiças sociais, o que é reforçado por Gaede Neto¹²³. Ele afirma que o sistema patriarcal, que permeava todas as áreas da vida, coloca a mulher em desvantagem em relação ao homem, mas aponta para a mudança, para a construção de uma relação de igualdade, justiça e amor entre os seres humanos.

O mesmo autor aponta para uma dimensão prática e política da diaconia ao assumir a causa do pobre na América Latina, como citado anteriormente, o que indica o motivo de adesão à Teologia da Libertação, e os desdobramentos de suas ações sociais pela Igreja, com forte presença feminina.

Como e por que se deu esta adesão das mulheres na profissão Serviço Social, será tratado no próximo capítulo, uma vez que este é um dos aspectos relevantes de tudo o que foi visto e discutido até aqui.

¹²² PLETSCH, Rosane, 2001. p. 104.

¹²³ GAEDE NETO, Rodolfo. 2001. p 60.

1.3. Constituição da profissão Serviço Social

A origem do Serviço Social está fincada na assistência prestada aos pobres, desde a Antiguidade. Inicialmente esta assistência era prestada nas famílias, clãs ou nas tribos, depois com a influência da religião, passa a se tornar expressão de solidariedade e da ajuda à comunidade. O fato é que, a prestação de ajuda ao longo da história da humanidade, segundo Ander- Egg¹²⁴, acaba por transformar-se, depois de um longo desenvolvimento, na profissão, hoje conhecida como Serviço Social.

Assim, nesta análise, o Serviço Social, como instituição, emergiu e se desenvolveu nas civilizações, existindo desde que os seres humanos apareceram sobre a Terra, tendo como orientação os diferentes tipos de ações que se realizavam para os que necessitavam de ajuda. Temos, então, o auxílio aos outros, caridade entre os povos¹²⁵ e outros serviços de assistência, que encontram nas mulheres aquelas que sempre estiveram à frente desta ajuda.

Viza¹²⁶, contrariando o pensamento de alguns autores anteriormente citados, indica que suas idéias se aliam ao pensamento atual de Montañó¹²⁷, ao afirmar que não se admite a passagem destas formas de ajuda fundamentadas na caridade cristã, ora caracterizadas como beneficência ou assistência ou de qualquer natureza praticadas por estas instituições, para a profissão Serviço Social. Para ela, o que se aceita é que estas formas de ajuda prestada vão preparando o caminho, pois semearam as pré-condições facilitadoras para a chegada e o desenvolvimento do Serviço Social. Aqui se percebem que começa a se repelir a origem religiosa da profissão, sendo esse o pensamento de vários autores, principalmente aqueles com influência Marxista.

O Serviço Social, segundo a concepção de Estevão¹²⁸, nasce com o advento da industrialização. Neste período, há uma pressão devido à exacerbação da questão social

¹²⁴ ANDER- EGG, Ezequiel. 1995. p 67.

¹²⁵ VIEIRA, Balbina Ottoni. 1977. p.13.

¹²⁶ VIZA, Floresta Maria Soeiro. **Reflexos sobre a evolução do Serviço Social no Espírito Santo.** Dissertação de Mestrado. Orientadora ALMEIDA. Ana Augusta de. Rio de Janeiro: PUC, 1981. p. 61.

¹²⁷ MONTAÑO, Carlos. 1998. p.9-19.

¹²⁸ ESTEVÃO. Ana Maria. 1984. p.17.

pelo capitalismo, que leva a um aumento da pobreza, miséria e rápido crescimento urbano e industrial, pressionando o surgimento da profissão. Para Mota¹²⁹, porém, as prefigurações do Serviço Social têm raízes na caridade e na beneficência como iniciativas particulares e da Igreja.

Assim, partindo da identificação da pobreza, instauram - se ações de caráter redistributivo da riqueza, assumindo-se que caberia aos ricos ou a seus agentes orgânicos distribuir seus excessos com os que nada tinham. Para essa ação, teriam como parâmetro a convicção, dada pela religião, de que a solidariedade com a pobreza, através da assistência social, era uma forma de fazer o bem, já que em suas raízes o Serviço Social é parte da estratégia da qualificação do laçaiato para fazer face aos imperativos da justiça e caridade.

Para Pastorini¹³⁰, a precariedade no que se refere ao trabalho leva também à precária inserção dos trabalhadores no sistema de políticas sociais como seguridade social, assistência médica, entre outras. Ainda tem- se a considerar o aumento do desemprego pela reorganização do capital, com sua reestruturação produtiva, que produz a concentração de grandes grupos e leva a um desenvolvimento capitalista acompanhado do aumento da pobreza, da exclusão social, numa regressão dos direitos sociais, contribuindo para a proletarização da classe média. Surge, desse processo bem complicado, uma nova configuração familiar, que se caracteriza por um grande número de famílias chefiadas por mulheres, num mundo de desemprego estrutural.¹³¹

Com base nos estudos de Castel,¹³² a autora afirma que a crescente fragilidade das massas e das instâncias coletivas leva ao individualismo negativo crescente, a partir do qual os indivíduos são cada vez mais excluídos dos coletivos protetores, sendo que já estão esgotadas as formas antigas de solidariedade. Para Castel, a alternativa estaria no estado interventor e estrategista, de tal modo que se produzam mudanças na intervenção estatal, buscando políticas para restaurar o equilíbrio social e diminuir as desigualdades

¹²⁹ MOTA, Ana Elizabeth da. **O feitiço da ajuda**: as determinações do Serviço Social na Empresa. São Paulo: Cortez, 1998. p.31.

¹³⁰ PASTORINI, Alejandra. **A categoria questão social em debate**. São Paulo: Cortez, 2004. p.33.

¹³¹ A autora, citando Rosanvallon, fala que devido ao surgimento da nova questão social é preciso que o Estado assuma a forma de Estado-providência ativo, produtor do civismo, vinculado ao desenvolvimento da cidadania, sendo necessário assim enfrentar a crise do Estado- providência tradicional, buscando alternativas à estatização / privatização, redefinindo fronteiras e relações entre o estado e a sociedade. Cf. PASTORINI, Alejandra. Cortez, 2004. p.53.

¹³² CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998. p.593. In PASTORINI, Alejandra. 2004. p.67.

sociais, empregando a discriminação positiva¹³³, focalizando programas sociais para as populações mais pobres, como, por exemplo, o sistema de cotas e as bolsas de estudos.

Santos¹³⁴ considera que na atualidade se observa uma mudança no que se refere à ajuda, à filantropia: agora existem as políticas públicas, principalmente a partir da Constituição de 1988, que vêm considerando o cidadão como sujeito de direitos e dever do Estado, a garantia dos mínimos necessários à sobrevivência digna, numa busca para minimizar as desigualdades e o pauperismo numa sociedade que se torna mais consciente de seus direitos e necessidades¹³⁵. Essa reflexão resulta da busca de acumulação sem limites, portanto o cidadão sujeito de direitos exige a prestação de serviços via políticas públicas, que é obrigação do Estado.

Para a autora, no caso brasileiro, o Estado vem minimizando suas ações, passando a gestão das políticas sociais estatais a organizações que atendam ao modelo de mercado, sendo que o espaço das políticas sociais não implementadas pelo Estado tem sido preenchido, de forma considerável, por entidades da sociedade denominadas Organizações Não-Governamentais ou pelo terceiro setor.

Citando Montañó¹³⁶, a autora relata que o caráter substitutivo das ações do terceiro setor, que busca responder às demandas de políticas sociais em lugares mais pobres e afastados, onde a ação do Estado ou foi reduzida, excluída, ou não existe,

¹³³ Para o autor, a Política educativa tem um caráter central e paradigmático, dentro das políticas sociais do estado, incorporando a idéia de uma sociedade justa e de oportunidades igualitárias, enquanto outras Políticas sociais têm caráter contributivo ou reprodutivo que garantem a população acesso mínimo a certos bens e serviços públicos de saúde, educação obrigatória, subsídio básico, pensão assistencial, o sistema educacional, portanto a educação pretende manter um caráter igualitário, com discriminação positiva, por exemplo via sistema de bolsas, cotas raciais, visto que a política educacional afeta os cidadãos de modo direto no início de suas vidas, sendo determinante de oportunidades individuais e sociais, visto que o objetivo central da educação é a igualdade de oportunidades educativas, contrastando com as desigualdades sociais. Portanto o compromisso da educação é ir além das fronteiras regionais homogeneizando a oferta educativa, o que poderia reduzir as desigualdades. Cf. ENGUITA, Mariano. **Os desiguais resultados das políticas igualitárias: classe, gênero e etnia na Educação**. Revista Brasileira de Educação nº 3. Rio de Janeiro, 1996, p.5-17.

¹³⁴ SANTOS, Vera Núbia. Terceiro Setor no Serviço Social Brasileiro: aproximações ao debate. In **Revista Serviço Social e Sociedade nº 91**. São Paulo: Cortez, 2007. p.126.

¹³⁵ SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. et.al. **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise**. São Paulo: Cortez, 1989.p.27.

¹³⁶ MONTAÑO, Carlos. Terceiro setor e questão social. São Paulo: Cortez, 2002. In SANTOS, Vera Núbia. Terceiro Setor no Serviço Social Brasileiro: aproximações ao debate. In **Revista Serviço Social e Sociedade, nº 91**. São Paulo: Cortez, 2007. p.127.

portanto, levam setores do empresariado a investir no social, numa busca pelo desenvolvimento social sustentável¹³⁷.

Andrade¹³⁸, também citando Montañó, fala da vinculação do 3º setor ao Estado via parcerias, para desincumbir-se dos encargos sociais e cuidar do atendimento aos direitos do cidadão, como criando uma situação complexa, que precisa ser trabalhada à luz dos direitos de cidadania da população, com seu controle social. Mas não correria esta atuação o risco de um retrocesso?

Sposati¹³⁹ alerta para o fato de que a introdução de políticas sociais calcadas no modelo assistencial como forma de consagrar as relações populistas e benevolentes no atendimento às necessidades de reprodução da sobrevivência das classes subalternizadas, leva de volta ao assistencialismo. Para ela, o assistencial, que é um mecanismo presente nas políticas sociais, é ao mesmo tempo fator de exclusão e inclusão aos bens e serviços prestados pelo Estado, ao passo que as políticas sociais são espaço de luta, confronto, expansão de direitos e de acesso a benefícios e serviços.

Para tentar um melhor entendimento da constituição da profissão Serviço Social, vale retomar a elaboração de uma visão panorâmica, em que se possa retratar a riqueza de pensamento de diversos autores, para uma maior compreensão do processo de constituição da profissão em nossa sociedade. Essa nova visão floresce no bojo do desenvolvimento do capitalismo, sendo o agravamento da questão social trazido pela revolução industrial o combustível para a emergência desta profissão.

1.4 Histórico da profissão Serviço Social

¹³⁷ A autora faz uma ressignificação da ajuda mútua, forma de filantropia realizada na atualidade por setores do empresariado em instituições sem fins lucrativos, que assumem a forma de complementaridade para com o Estado em seu trabalho, de transferência de benefícios à comunidade no campo do desenvolvimento social, cultural, patrimônio histórico e natural, meio ambiente, associativismo, mutualismo, solidariedade. Cf. RICO, Elizabeth de Melo. O empresariado, a filantropia e a questão social. In **Serviço Social e Sociedade n° 58**. São Paulo: Cortez, 1998 . p.25.

¹³⁸ ANDRADE, Renato A.de. 2006. p. 46.

¹³⁹ SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. et al. 1989. p.29.

Para compreender o que é Serviço Social, é preciso localizá-lo no tempo, e este conhecimento se chama História. Assim será trabalhada a constituição da Profissão, além da História do Serviço Social, valendo-nos do pensamento de Borges¹⁴⁰, que define História como:

[...] uma palavra de origem grega, que significa investigação, informação. Ela surge no século VI a.C. A primeira forma de explicação que surge nas sociedades primitivas é o mito, sempre transmitido em forma de tradição. O mito tem a formatação de uma história com personagens sobrenaturais e deuses, e contam em geral a história de uma criação do início de algo, geralmente uma história sagrada [...].

Alega Borges¹⁴¹ que, ao observar o Cristianismo, pode-se verificar que é uma religião eminentemente histórica, pois não prega uma cosmovisão atemporal, mas sim uma concepção que aceita um tempo linear, que se ordena em função de uma intervenção divina real na história. O sentido global da história da humanidade é revelado por Deus aos seres humanos, e a Igreja é responsável pela orientação da humanidade em sua busca da salvação. Assim pode-se conhecer os escritos que dão conta do desenvolvimento da sociedade, até chegar ao início da Modernidade, em plena desestruturação do sistema feudal, com a grande expansão comercial, que se estende a frente dos homens levando a grande mudança social, assim como ao agravamento das relações sociais, com o aprofundamento do fosso entre ricos e pobres.

O Liberalismo surge neste contexto como a explicação, a justificação racional dessa nova sociedade, reclamando o progresso através da liberdade, contra a forte autoridade das monarquias e da Igreja, que dominou durante muito tempo toda sociedade.

Para Borges¹⁴², o positivismo como filosofia surge ligado às transformações da sociedade européia ocidental, na implantação de sua industrialização, sendo que no século XIX se dá a efetivação da sociedade burguesa, que já se vinha conformando há

¹⁴⁰ BORGES, Vavy Pacheco. **O que é História**. S. Paulo: Brasiliense, 1993. p. 47.

¹⁴¹ As explicações místicas não desaparecem ao longo dos anos, mas continuam até hoje em quase todas as manifestações culturais, não mais como a única forma de explicação da realidade, mas também como história. A história, como forma de explicação, nasce unida à Filosofia, que objetiva tratar do conhecimento em geral, como na Grécia, com a busca dos cidadãos que querem conhecer a organização de suas cidades-estado e as transformações que elas sofrem. Considera, ainda, a influência da cultura, da religião, no desenvolvimento da civilização, como, por exemplo, os Judeus, povo do Oriente Médio dotado de uma religião e uma visão do mundo específica, atribuem outro sentido a essa visão unificada da humanidade. Cf. BORGES, Vavy Pacheco. 1993. p.51.

¹⁴² BORGES, Vavy P. 1993.p.62

mais de dois séculos pelo menos, e a implantação do capitalismo industrial. Augusto Comte, o precursor do Positivismo, nega o conhecimento mágico e metafísico e se atém ao conhecimento científico ou positivo¹⁴³. Então, opondo-se aos ideais positivistas, começam a surgir questionamentos, como aparecem nos escritos de Marx e Engels. O materialismo histórico mostra que os seres humanos, para sobreviver, precisam transformar a natureza e o mundo em que vivem não de forma isolada, mas em conjunto, agindo em sociedade. Para tanto, se estabelecem relações que não dependem diretamente de vontade, mas do mundo que precisam transformar, e dos meios que se utilizarão para tal transformação.

Para Borges¹⁴⁴, a idéia socialista de uma sociedade, no futuro, pode ser um contraponto à expansão colonialista que levou a Europa a entrar em contato com outros povos, outras formas de vida, outros costumes, outras instituições. Essas outras formas de organização social eram sempre comparadas com a forma de organização européia, que era considerada como padrão, a melhor forma de sociedade.

No entanto, a partir da segunda metade deste século XX, percebe-se que a história que fica escrita é sempre marcada pela visão, pelos desejos, pelos interesses da chamada “classe dominante,” dominação que tem suas próprias contradições e ambigüidades. A história, na verdade, é a história das transformações humanas, desde o seu aparecimento na Terra até o dia que estamos vivendo, uma vez que são os seres humanos que fazem a história, dentro das condições reais já estabelecidas que encontram, e não dentro das condições ideais com que sonham. A história é, portanto, a história real em sua interpretação ou explicação. Sua função, desde o início, é fornecer à sociedade uma explicação sobre ela mesma.

A história se coloca, hoje em dia, cada vez mais próxima das outras áreas do conhecimento que estudam o ser humano, e procura ver as transformações pelas quais passaram as sociedades humanas, estudando suas mudanças significativas, preocupados com momentos vistos, como de crise e ruptura. Assim também, no que se refere ao

¹⁴³ Assim se valida o que pode ser comprovado pela observação ou experiência, já que todo positivo é evidente e positiva é a moral altruísta, que concretiza a filantropia, já que amar ao próximo é amar a si mesmo, o que fundamenta o pensamento de que as classes superiores devem cuidar das inferiores e estas devem se comportar nesta condição, pois podem contar com esta ajuda. O positivismo entende o progresso advindo da ordem social instituída e aperfeiçoa os elementos permanentes sem alterar esta ordem, já que o progresso é uma força contínua que impulsiona a melhorias. À Comte, sucedem Spencer, com o individualismo liberal, e Adam Smith, reforçando a idéia do progresso com a expansão comercial e concentração de empresas. Cf. KISNERMAN, Natálio. **Sete estudos sobre Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1978. p. 17-18.

¹⁴⁴ BORGES, Vavy P. 1993. p. 67.

Serviço Social, ao escrevermos sua história, devemos ter em conta que estamos tratando de uma determinada realidade concreta, dialética, situada no tempo e no espaço, onde está inserido o ser humano que é um ser finito, temporal e histórico.

Portando, buscando na história como se constituiu a profissão Serviço Social, pode-se citar os escritos de Ander-Egg¹⁴⁵, como uma fonte que dá conta dessas origens. Ele afirma que na Antiguidade a assistência aos pobres, velhos e abandonados era realizada pela família, pelo clã ou tribo, cada um tomando conta dos seus, sendo que a maneira de assisti-los variava de tribo para tribo de acordo com os costumes e crenças, que era o que definia a forma de ajuda.

A idéia de reabilitação era ignorada, apesar da idéia defendida por Aristóteles de que se deveria “ajudar aos pobres, dando-lhes o material necessário para que se tornem artesãos”. Bem antes, já no Código de Hamurabi, de 2100 AC, em terras babilônicas, são estabelecidas normas sobre ajuda ao necessitado e ética das relações sociais¹⁴⁶. O Governo ou o Estado raramente intervia, somente em calamidades.

Os pobres eram lembrados sempre que Deus castigava duramente os que não seguiam estes preceitos, e se pregava a seguinte regra: faça o bem para que, quando precisar, encontre quem o ajude. Para Ander-Egg¹⁴⁷, o Cristianismo – como herdeiro da ética judaica - mudou o conceito de caridade, já que todos os seres humanos eram irmãos, e ser pobre e doente não era castigo de Deus, mas culpa da pessoa ou das circunstâncias, ou provação para grandes merecimentos divinos. Em certo sentido o pobre era o representante de Deus; portanto ser caridoso, ajudar os pobres era ajudar a Deus, além de garantia de uma vida futura, da salvação. Atualmente, a pobreza ainda é um grande desafio¹⁴⁸.

Tornando-se papel das Igrejas, os encargos da beneficência cresceram tanto que levaram à criação de um serviço especial, as Diaconias, que ajudavam a recolher e

¹⁴⁵ ANDER-EGG, Ezequiel. **Introdução ao trabalho social**. Petrópolis: Vozes, 1995. p.67.

¹⁴⁶ Para o autor, como no caso do Egito, em que José distribuiu na seca alimentos armazenados na época da abundância, ou em casos de distribuir esmolas para querer mostrar seu poder. Em alguns países e em algumas épocas, se observa exemplos de assistência mútua: os judeus desterrados da Babilônia, os escravos libertos de Roma, todos seguindo regras religiosas, como observaram na Bíblia. No Livro de Êxodo, encontramos normas para roubo, sedução, calúnia e magia; no Livro de Levítico, cuidado com leprosos, deveres para com o viajante; no Livro de Deuterônimo, regras para auxiliar os pobres e escravos e praticar a caridade e resíduo de colheita para os pobres. Cf. ANDER-EGG, E. 1995. p.68-72.

¹⁴⁷ ANDER-EGG, Ezequiel. 1995.p. 69.

¹⁴⁸ Segundo o autor, em se tratando de pobreza, a situação, mesmo nos dias atuais, é grave, e nas sociedades latino-americanas trata-se do maior escândalo ético da humanidade, pois 44% da população está abaixo da linha da pobreza, sendo que deste 21% está em estado de indigência, o que pede um conjunto de medidas convergentes para o desenvolvimento que gere equidade. Cf. KLIKSBURG, Bernardo. Org. **Pobreza: uma questão inadiável**. Tradução de Claudia Schilling. Brasília:ENAP, 1999. p.94-95.

distribuir donativos, prestando socorro aos desvalidos. No Novo Testamento, encontramos esta instituição já presente na primeira comunidade cristã de Jerusalém (Atos 6-7), com muitos desdobramentos posteriores. Durante a Idade Média, a Igreja administrou as obras de caridade e bem-estar. Eram nos mosteiros que funcionavam os hospitais, leprosários, orfanatos e escolas, sendo que o Governo auxiliava com subvenções, conforme relata o Concílio de Tours em 570, época em que eram grandes os males sociais, em que a destruição da área rural por guerras e a ciência em seus primórdios era superada pela superstição.

As corporações de ofício e as confrarias leigas eram o sistema de auxílio. Com o advento da Reforma Protestante, houve um período de anarquia que reforçou a possibilidade dos governos assumirem esta tarefa, que passou a ser considerada serviço público. Ander- Egg¹⁴⁹ afirma que o primeiro livro de Serviço Social foi escrito por Juan Luis Vives, valenciano, contemporâneo da descoberta da América, do fim da guerra com os mouros, e da publicação da primeira gramática espanhola, portanto época de grande progresso literário. Vives passa a maior parte de sua vida em Flandres, tendo escrito o primeiro livro de Serviço Social, “*Da Assistência aos Pobres*”¹⁵⁰, instigado pela fome que assolou Sevilha e pela insistência de amigo Luis de Flandres.

Nos dois séculos seguintes, consolidaram-se os princípios de S. Vicente de Paula e Vives, através de numerosas fundações religiosas e leigas, já que o número de miseráveis cresceu muito no Velho Mundo, com as guerras e as epidemias. E no Mundo Novo, o objetivo da prestação de auxílio era resgatar os seres humanos da escravidão e garantir sua sobrevivência, o que foi também se desenvolvendo.

¹⁴⁹ ANDER-EGG, Ezequiel. 1995. p.71.

¹⁵⁰ O autor coloca que Vives, em seu livro, foi o primeiro a tratar do plano de assistência social, compondo-se de duas partes: na primeira parte, causas da miséria e necessidade de união dos homens e divisão do trabalho, dissertando sobre migração, economia, desenvolvimento de cidades, êxodo rural, etc; na segunda parte, remédios à pobreza e o papel do Estado, impregnado pela doutrina da Igreja e pelo espírito de caridade cristã, que pode ser assim resumido:

O socorro aos pobres deve ser justo, não esporádico, mas com resolutividade para o problema, já que a melhor maneira de ajudar um pobre é capacitá-lo e dar-lhes o instrumento de trabalho, para que possa sustentar-se. A assistência deve estender-se a todos os pobres, inclusive prestar a assistência nas residências, além de organizar entre os trabalhadores providências para casos de doenças, desemprego e velhice. Devem ser instituídas medidas contra a mendicância profissional, e os mendigos devolvidos a sua cidade de origem, como também haver cooperação entre as associações de caridade, coleta e centralização de fundos, unificação da direção e divisão do trabalho. Vives não achava suficiente apenas o trabalho da Igreja, mas defendia a participação do Estado na assistência, sendo sua obra amplamente combatida e nunca empregada. Então, em 1540, Vives morreu incompreendido, mas suas idéias perduram, porque se fincavam na natureza do ser humano e na filosofia cristã e foram retomadas por São Vicente de Paula. Cf. ANDER-EGG, Ezequiel. 1995. p.72.

No caso do Brasil - colônia, Sposati ¹⁵¹ afirma que as práticas assistenciais paulistas, desenvolvidas pela Irmandade da Misericórdia, transportaram para o Brasil o modelo português de assistência de confrarias da Misericórdia. Segundo o mesmo, mantinham-se valores aristocráticos e religiosos da Idade Média, a partir dos quais se desvalorizava o trabalho manual e se instituía a esmola como condição de sobrevivência dos desclassificados, aceitando a miséria como fatalidade. Também incitava a prática da caridade como uma forma de ascensão dos ricos a valores aristocráticos, além de salvação para pobres por sua humildade, paciência e para os ricos, pela bondade¹⁵².

Para a autora¹⁵³, a Irmandade da Misericórdia se constituiu num espaço-higiênico- assistencial, atendendo hansenianos, mas também se dedicando aos expostos, como eram chamadas as crianças abandonadas, surgindo a primeira delas na Chácara dos Ingleses com uma roda, que era um mecanismo instalado na Santa Casa, possibilitando a entrada da criança sem identificação do portador. Em seguida, ela era registrada e entregue aos cuidados de amas de leite, em geral índias pagas pelas Irmandades. Esta Roda dos Expostos vigorou até o Código de Menores extingui-la em 1927, sendo que este tipo de assistência foi interessante devido ao grande número de órfãos e enjeitados que na época vagavam sem nenhuma assistência, número que aumentava espantosamente pela exploração de mestiças pelos senhores proprietários.

A Irmandade da Misericórdia, sociedade particular, é na verdade a resposta às idéias da Revolução Francesa, que acabaram influenciando na prática da caridade,. Por conseguinte, o séc. XIX foi chamado de o século da organização de assistência social, principalmente pelas sociedades particulares de assistência que foram surgindo, tanto no âmbito católico quanto protestante. Ainda no século XVIII, na Alemanha, segundo Vieira¹⁵⁴, surge o Bureau Central que prestava ajuda aos necessitados, com a participação de voluntários visitando as famílias.

Sistema igual foi implantado em 1852, em Eberfeld, por Van Der Heydt, mas com maior autonomia para os visitantes resolverem os casos. Esta era uma forma sistemática de ajuda, destinada a reparar os efeitos da industrialização crescente e proporcionar sobrevivência aos atingidos pelos riscos da vida, seguindo orientação

¹⁵¹SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. **Vida Urbana e gestão da pobreza**. São Paulo: Cortez, 1988. p. 82.

¹⁵² A esmola era uma forma de acomodação dos pobres e a grande instituição capaz de fazer reinar a paz de consciência, pelos critérios burgueses não basta ser pobre, tem que se envergonhar de sê-lo e não se dedicar à mendicância, cabendo à Igreja definir quanto deve o rico dar aos pobres, proporcionalmente à sua riqueza (teoria da esmola).Cf. SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. 1988. p.83.

¹⁵³ SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. 1988. p.75

¹⁵⁴ VIEIRA, Balbina Ottoni. 1977. p 41-42.

filantrópica protestante. Este tipo de ação benemerita se firma com a adesão do voluntariado feminino.

Esse fato inspirou o surgimento, em Londres, da Charities Organization Society, assim como nos EUA, na cidade de Búfalo, com o mesmo objetivo: levar também a expansão territorial e o desenvolvimento industrial seguindo a doutrina Monroe, segundo a qual a “América é para os americanos¹⁵⁵”.

Essas organizações não se restringiam à assistência social, mas atuavam na área da habitação, higiene, luta contra a tuberculose, etc. Atuavam tanto junto ao indivíduo, quanto ao seu ambiente, o que deu origem à pesquisa *in loco*.

Em 1824, Cannon Barret, ministro anglicano e Arnold Toynbee, jovem universitário, estabeleceram o primeiro centro social, num subúrbio de Londres, imitado por Jane Adams nos EUA, com a Hull House. Assim, EUA e Europa deram início ao grande e eficiente movimento de ação social.

Em 1894, celebrou-se o primeiro Congresso de Serviço Social, a partir do qual surgiram estudos que comprovavam que um visitador necessitava ser treinado e, em 1898, em New York, surge a primeira Escola de Serviço Social.

Em 1891, o Papa Leão XIII lança a primeira Encíclica social, a ***Rerum Novarum***, que por sua vez também influenciou a profissão.

Com a tecnificação e organização na ajuda social para que se tornasse cientificamente fundamentada, vai aparecendo o *friendly visitors ou charity workers*, que mais tarde viria a ser o trabalhador social, ou assistente social.

Segundo Verdes-Leroux¹⁵⁶, a classe operária tem representação na Instituição da Assistência Social, que garante seu direito à cidadania, ou ao mínimo que garanta sua existência como resposta a suas lutas por mudanças. De certo modo, a assistência social pode ser vista como um contra movimento que se propõe a afastar a classe operária do socialismo, pois não é preciso recorrer à revolução para melhorar as condições de vida.

A assistência, historicamente foi concedida, financiada e conduzida pela classe dominante, num período em que as mulheres é que exerciam esta intervenção política considerada de menor valor, visto que cabiam aos homens as políticas de maior

¹⁵⁵ A COS americana é reprodução da similar inglesa. Assim surge a Escola de Filantropia de Nova York, em 1898, para formar assistentes sociais. Aqui o autor nega as formas anteriores de ajuda não sistemática, existentes desde a aparição do homem, como ações que levaram ao surgimento do Serviço Social, considera as formas sistemáticas de ajuda, de orientação protestante como origem da profissão Serviço Social. Cf. KISNERMAN, Natálio. 1978. p.19.

¹⁵⁶ VERDES-LEROUX, J. **Trabalhador social:** prática, hábitos, ethos, formas de intervenção. São Paulo: Cortez, 1986. p.11.

projeção, como a econômica. Elas, em sua maioria, eram católicas. Queriam paz social, sendo que, para Sposati¹⁵⁷, a princípio a assistência social era confundida com caridade. Só mais tarde passa a ser um direito do cidadão e dever do Estado.

A autora coloca que a assistência tem se constituído no instrumento privilegiado do Estado para enfrentar a questão social sob a aparência de ação compensatória das desigualdades sociais, sendo que vem instituindo políticas sociais e criando organismos para a efetivação da prestação de serviços destinados aos pobres, carentes, desamparados. Porém, essas políticas estão calcadas no modelo assistencial, engendradas de forma populista e mantendo uma relação de benevolência ao atender às necessidades de reprodução da sobrevivência das classes subalternizadas.

Para Sposati¹⁵⁸, esse modelo acaba por configurar a exclusão por manter o trabalhador como assistido, beneficiário ou favorecido pelo estado, e não usuário, consumidor e gestor do serviço a que tem direito, mas de forma contraditória, ao excluir, inclui, enquanto forma de atendimento das suas necessidades sociais na sociedade capitalista. Na verdade, as políticas sociais são espaço de possibilidades para o acesso a bens e serviços, mas espaço também de lutas, confrontos para expansão dos direitos sociais, visto serem ainda espaço de expansão da cidadania das classes subalternizadas, se constituindo, além disso, em espaço para a atuação do Profissional Assistente Social.

Para a autora¹⁵⁹, a assistência pública é, portanto,

Intrínseca ao modelo econômico brasileiro, pautado nas contradições básicas entre capital e trabalho, numa formação social de capitalismo combinado, subdesenvolvido e industrializado. É intrínseca ainda à prática do assistente social enquanto este é o agente autorizado e capacitado para o desempenho da função assistencial em nossa sociedade.

Superá-la não é mera questão de técnica, mas de mudanças fundamentais na leitura e execução das políticas sociais. Implica compreender que os serviços assistenciais são parte do valor criado pela força de trabalho, apropriado pelo Estado e pela classe dominante, e repassado como benefícios sociais. A assistência configura, portanto, uma resposta à questão social.

Mas, observando a historiografia, o que se vê no Brasil, segundo Sposati¹⁶⁰, é que, para a organização e distribuição de esmolas por leigos ligados à ação das

¹⁵⁷ SPOSATI, Aldaíza de O. **Assistência na trajetória das Políticas Sociais Brasileiras**: uma questão em análise. São Paulo: Cortez, 1989. p. 28-35.

¹⁵⁸ SPOSATI, Aldaíza de O. 1989. p. 31.

¹⁵⁹ SPOSATI, Aldaíza de O. 1989. p. 77.

¹⁶⁰ SPOSATI, Aldaíza de O. 1988. p. 79.

paróquias, cria-se as Conferências Vicentinas, seguindo-se a elas o trabalho das Associações de Damas de Caridade. Nesse período, a postura fiscalizadora do Estado se fazia presente na filantropia através de visitas de comissão de homens probos, sendo que mais tarde estas medidas se acirram, passando esse papel para a polícia sanitária, numa ação repressiva, para se estabelecer um urbanismo sanitário. Criam-se instituições de assistência, como albergues, creches, escolas noturnas, entre outros. Além disto, cria-se uma taxa da caridade, associando jogo e caridade, sendo o produto da arrecadação destinado a Santa Casa de Misericórdia e Policlínica de São Paulo.

Havia, ainda, a preocupação de que a esmola acabasse mantendo a vadiagem, daí o Estado ser o fiscal da filantropia¹⁶¹, sendo o vigilante das obras da caridade, para que operassem com dignidade. Faz-se uma diferenciação entre classe operária, aqui vista como grupo ameaçador que traz riscos para a ordem estabelecida, e a classe irrecuperável, vista como grupo improdutivo, politicamente inofensivo. Existe, portanto, um conflito entre pobres e ricos na dialética das relações de produção.

Trabalha-se com ações consideradas educativas: palestras, formação doméstica, educação profissional para as crianças o mais cedo possível e, para os adultos, uma moral para respeito, a ordem, a virtude, a superação da falta de trabalho: Deus deseja que os direitos adquiridos sejam respeitados¹⁶².

Para Verdes-Leroux¹⁶³, a 1ª Guerra Mundial trouxe transformações na assistência social: estabeleceu a hegemonia da classe dominante, e a Assistência Social se implanta e se legitima, sendo que as funções dos trabalhadores desta área se modificam para enfermeira visitadora, superintendente de fábrica, visitadora para controladora do seguro social, assistente familiar polivalente. Mas se observa que desenvolvimento do Serviço Social a partir de metamorfoses experimentadas pelo discurso relativo à classe operária apresenta diferentes fases, assim como diferentes modos do discurso social – a missão educativa, a readaptação corretiva, a dissimulação humanista, a psicologização – mostrando, acima dos reajustes táticos (a recuada, sob a

¹⁶¹ Para o autor, a filantropia não é parte da cultura empresarial latino-americana, daí nossas instituições de caridade viverem do trabalho voluntário e de doações privadas na maior parte das vezes coordenadas por entidades religiosas. Cf. FERNANDEZ, Rubens César. Privado porém público - o terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. In RICO, Elizabeth de Melo. O empresariado, a filantropia e a questão social. **Revista Serviço Social e Sociedade, n°58**. São Paulo: Cortez, 1998. p. 31.

¹⁶² Os pecados da classe operária precisavam ser contidos: “O sofrimento é garantia de Salvação”. Assim, sob o governo francês de Vichy, a classe operária é apontada como responsável pelas desgraças sociais, e o Serviço Social investiu no Trabalho – Família – Pátria. Vichy criou leis reprimindo os “vícios”, como aborto, adultério. Surgiu a Carta do Trabalho, já que se via a classe operária precisando ser moralizada para que respeitasse a ordem e os valores sociais. Cf. VERDES-LEROUX, J. 1986. p.37.

¹⁶³ VERDES-LEROUX, J. 1986. p.39.

frente popular; o avanço, sob o regime de Vichy), um movimento irreversível que se manifesta na passagem de uma perspectiva de exteriorização (“vai-se ao povo”) a uma perspectiva de interiorização: readaptam-se, individualmente os “deficientes”.

Um elemento importante é a explicitação de que um dos produtos principais da atividade dos agentes do Serviço Social é a elaboração contínua de uma representação dos dominados. Essa representação permite, ao mesmo tempo, consolidar e comprovar as certezas ideológicas dos dominantes – e reduzir as defesas dos dominados, minando, num esforço de anulação, a consciência da classe em que se baseiam suas diferentes formas de resistência¹⁶⁴.

Para Estevão¹⁶⁵, o Serviço Social desenvolvido nesta época, era realizado por moças boazinhas, convocadas pela Igreja, que tinham dó dos pobres. Assim, a assistência era respaldada em justificativas religiosas e ideológicas, e o que se fazia por vocação religiosa passa a ser uma profissão. Amplia-se a prática do Serviço Social de Caso, para grupo e comunidade integrando teorias sociológicas funcionalistas com interesses desenvolvimentistas, especialmente da Aliança para o Progresso, colocada pelo Pan-americanismo pregado pelos Estados Unidos da América, numa corrida por hegemonia no continente americano..

Na América Latina com influência européia surgem as primeiras escolas de Serviço Social com ascendência católica aristocrática. Com o fortalecimento da luta de classes, o profissional volta-se para a classe operária / desfavorecida, já que o Assistente Social se identifica com classes subalternas enquanto também assalariado.

Ao analisar a evolução do Serviço Social no Brasil¹⁶⁶, verifica –se que o advento do Estado paternalista, coincidente com as origens do Serviço Social, foi fator condicionante para a montagem de um sistema de instituições sociais que visavam solucionar os problemas por meio de programas assistenciais imediatistas. Isso concorreu para a formação de uma imagem da profissão Serviço Social como atividade prestadora de serviços assistenciais. É certo que a premência dos problemas sociais e o imediatismo pela busca de soluções neste período dificultaram a reflexão e análise que poderiam orientar a profissão para uma ação centrada nas estruturas sociais, assumindo,

¹⁶⁴ As camadas populares, trabalhadores espoliados, são vistas de forma negativa, como frágeis, despreparados, desmobilizados, portanto se justificava trocar sua liberdade pela proteção, passando então seus direitos a serem concessões feitas por um pai, a quem deviam obedecer, como o caso do presidente Getúlio Vargas. Cf. SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. São Paulo: Cortez, 1988. p. 128.

¹⁶⁵ ESTEVÃO, Ana Maria Ramos. **O que é Serviço Social**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 1992. p.7.

¹⁶⁶ CBCISS. **Debates Sociais n° 4**. Ano III. Documento de Araxá. RJ: maio de 1967. p.12.

então, o Serviço Social a tarefa de contribuir para a organização técnica daquelas formas de atuação social.

Estevão¹⁶⁷ afirma que, com a implantação do desenvolvimentismo, o Serviço Social sente necessidade de se modernizar. Na década de 1960, ele buscava a neutralidade, a frieza e o distanciamento para aprimorar seus métodos. Na década de 1970, porém, já se pautava pelo respeito à pessoa e à dignidade humanas. Considerava que todo ser tem capacidade de se aperfeiçoar e de se desenvolver, sendo hoje um intelectual orgânico. Essa denominação de Gramsci, neste contexto, coloca o saber do assistente social a serviço do outro, atuando nos direitos e na cidadania, considerando o sujeito capaz de modificar sua realidade, apesar de sabermos que traz em seu bojo outras implicações, que detalharemos mais tarde.

Para Vieira¹⁶⁸, Serviço Social é por sua própria natureza, dinâmico. Serviço do latim *servitium* tem o sentido de ser escravo, mas na linguagem moderna designa uma atividade feita para outrem. A palavra *social* vem de *sociedade*, definida como união durável em vista de um fim comum. Neste sentido, os Serviços Sociais são os recursos postos à disposição da sociedade para melhorar a vida das pessoas, incluindo as políticas sociais, como previdência e assistência, podendo ser um auxílio para as pessoas. Também pode constituir-se numa atividade de encaminhamento para melhor aproveitamento dos recursos da comunidade, ou numa atividade social não lucrativa para criar, organizando e pondo à disposição dos indivíduos, recursos necessários ao enfrentamento de males sociais. Além dessas funções, também é citada a educativa, destinada à melhoria da vida dos indivíduos.

O Serviço Social é, então, definido pela autora como a profissão da ajuda, sendo um conjunto de princípios, normas filosóficas e científicas aplicadas por meio de processos e técnicas diversas, uma atividade profissional através da relação com o seu usuário, visando o empoderamento do mesmo. É o trabalho realizado pelo profissional Assistente Social. Essa atividade, inscrita no âmbito de produção e reprodução da vida social, se constitui numa das instituições humanas que existem desde o surgimento da humanidade. Entretanto, nasceu e se desenvolveu como um produto da civilização e assume definições diferentes, de acordo com as diversas sociedades, embora se mantenha como certo que o Serviço Social focaliza os aspectos sociais da vida humana,

¹⁶⁷ ESTEVÃO, Ana Maria Ramos. 1984. p.51.

¹⁶⁸ VIEIRA, Balbina O. **História do Serviço Social**. Rio de Janeiro: Agir, 1997. p. 32- .57.

se efetivando através do relacionamento, procurando trabalhar as expressões da questão social. Assim, ele se impõe através do tempo, pois o que era tratado como caridade, nos dias atuais é visto como profissão, que luta na direção da garantia de democratização dos direitos sociais.

Conforme o exposto acima, o processo do Serviço Social é dialético¹⁶⁹, surgindo como antítese de idéias postas e buscando sempre a superação numa síntese das contradições surgidas no decorrer do tempo. São precisamente estas contradições que concorrem para o surgimento das ações no Serviço Social no sentido de motivação do ser humano, de contribuição para seu empoderamento. Entende-se assim o Serviço Social como assumindo a identidade da profissão que contribui para a mudança social, o que, parafraseando Paulo Freire¹⁷⁰, significa contribuir para a mudança do sujeito, de consciência mágica, ingênua e fanática para a consciência crítica, em que o conhecimento é ferramenta de mudança e do despertar da razão, da consciência crítica, da autonomia, de se assumir enquanto sujeito de direitos.

Nesta linha de argumentação, segundo Martinelli¹⁷¹, o ensino de Serviço Social deve se constituir em capacitação para uma ação profissional competente, desenvolvendo habilidades e atitudes adequadas à prática e ética profissionais, que levem à mudança social. Para tanto, é preciso ter em vista que a formulação de um projeto profissional crítico à sociedade burguesa é uma demanda dos segmentos da sociedade que recebem os serviços prestados pelo assistente social, e não apenas uma condição de grupos ou do coletivo profissional¹⁷².

Ezcurra¹⁷³, em 1971, discutindo sobre a Reconceitualização da profissão, fato iniciado na América Latina na década de 1960, propõe que é a partir do diagnóstico da realidade que deve se basear a concepção do trabalho do assistente social, uma vez que o Serviço Social trabalha com a base, que protesta contra as suas condições enquanto população dependente, oprimida, na busca de um pleno desenvolvimento humano com acesso às políticas sociais, tais como educação, saúde etc.

¹⁶⁹ KISNERMAN, Natálio. **Sete estudos sobre Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1978. p. 23-33.

¹⁷⁰ FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. p. 88.

¹⁷¹ MARTINELLI, Maria Lúcia. **Modelos de ensino de Serviço Social: uma análise crítica**. São Paulo: Cortez, 1978. p.35.

¹⁷² GUERRA, Yolanda. O projeto profissional crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. **Revista Serviço Social e Sociedade n° 91**. São Paulo: Cortez, 2007. p.9.

¹⁷³ EZCURRA, Marta. Conceitualização do Serviço Social. **Cadernos Puc n° 6**. São Paulo: 1970. p.37-38.

Para esta autora, a sociedade latino-americana de 1970 ainda era eminentemente agrícola, com dirigentes paternalistas no domínio econômico, político, social e que não mudaram seus métodos para adequá-los à evolução para a sociedade industrial. Nesta sociedade industrial, parcela dos trabalhadores tinha que realizar migrações internas, lutando para sobreviver numa sociedade com excessiva desigualdade entre as classes, de modo que poucos tinham cultura, riqueza, poder, prestígio¹⁷⁴.

Tudo isto foi ocasionando crescentes frustrações, principalmente com o exercício da autoridade política, fraudes, dependência econômica crescente de outros países, monopólios internacionais, e foram se exacerbando as injustiças sociais. O Serviço Social sente-se prejudicado pelo clima de insegurança e insatisfeito com a eficácia de sua missão diante do contexto social colocado, pois sabe da urgência em mudar as estruturas (feitas pelos seres humanos) e da necessidade da tomada de consciência do ser humano latino-americano, a fim de mudar as estruturas que o condicionam. Agindo assim, esse ser humano tornar-se-á sujeito e agente de seu próprio desenvolvimento.

Nesse contexto, surgem duas questões importantes:

A) Quais os conceitos contidos no Serviço Social?

B) A realidade atual da América Latina pode servir-lhes de base?

Para Ezcurra¹⁷⁵, nos anos 1970 os conceitos levavam ao aprofundamento do Serviço Social, considerando as etapas em sua história, sendo que a identificação nasceu de práticas de solidariedade, com motivações religiosas, que visavam “servir” àqueles que sofriam carências econômicas, sociais ou de adaptação. Como essas deficiências se encontravam em certos grupos societários, o Serviço Social identificou-se como profissão quando procurou dar resposta mais adequada às necessidades crescentes, dentro do contexto familiar, eclesial, associações diversas.

¹⁷⁴ A autora trata da desigualdade entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social, entre a expansão das forças produtivas e as relações sociais na formação capitalista, que revela uma produção ampliada da riqueza e das desigualdades sociais, fazendo crescer a pobreza relativa à concentração e centralização do capital, alijando segmentos majoritários da sociedade do usufruto das conquistas do trabalho social. Cf. IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Trabalho e indivíduo social: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista**. São Paulo: Cortez, 2006. p 102.

¹⁷⁵ EZCURRA, Marta. 1970. p. 39.

Para Kisnerman ¹⁷⁶, o Serviço Social foi reformulado ao buscar racionalidade e estar de acordo com o momento histórico, determinando os limites da prática para o alcance de objetivos. Já no Serviço Social tradicional, os fins eram prever e controlar o comportamento humano, adaptando o ser humano a uma sociedade justa em permanente equilíbrio.

Para Ezcurra ¹⁷⁷, nos Estados Unidos da América, país de desenvolvimento próspero até metade do século, foi importante o papel de Mary Richmond na transformação da caridade voluntária em trabalho social profissional. Foi ela que fundou a Escola de Trabalho Social na Universidade de Nova Iorque, sendo que a partir daí o Serviço Social consagrou-se pela sua prática de adaptar os indivíduos às normas e níveis da sociedade “já estabelecida”, numa postura positivista de que a sociedade oferece oportunidade para todos. Já na Europa, recém saída do campo de batalha de duas guerras com países inteiramente devastados, uma população jovem dizimada, inúmeros mutilados, viúvas, órfãos, o Serviço Social trabalhava com as seguintes necessidades: habilidade, reeducação, reorganização de indústrias e relação de trabalho, etc. O Serviço Social era mais organizativo e promovia diversas formas de associações.

Para Ezcurra ¹⁷⁸, nos dois continentes o Serviço Social teve a mesma finalidade: Agir junto à realidade da “pessoa – meio social” para valorização e responsabilidade de pessoa humana. No caso do surgimento do Serviço Social na América Latina, iniciou-se mais no Sul, trazido por profissionais europeus que se ocupavam de associações, cooperativas e sindicatos, cursos de educação, centros sociais. Os beneficiários atuavam por si mesmos, sendo levadas as reivindicações da população às autoridades públicas e privadas. Diferentemente da Europa, a sociedade latino-americana não tinha serviços estruturados ¹⁷⁹.

¹⁷⁶ KISNERMAN, Natálio. 1978. p. 67.

¹⁷⁷ EZCURRA, Marta. 1970. p. 36.

¹⁷⁸ EZCURRA, Marta. 1970. p. 40.

¹⁷⁹ Quando chega à cooperação técnica dos EUA com o Case – Work, este se desenvolveu muito e se adotaram idéias e técnicas freudianas, cuja contribuição científica e nova terminologia fascinavam intelectualmente os profissionais do Serviço Social, e os impedia de ver que estavam restringindo seu campo de ação, negligenciando a programação social ao nível das estruturas. O que acontecia era que ao contrário dos EUA, o número de pessoas em dificuldades econômicas e sociais na América Latina era incalculável (maioria de população) e o Serviço Social, não possuindo os conhecimentos básicos do contexto social, limitou-se a atividades de pouca envergadura, deixando de realizar sua finalidade. Entretanto, o Serviço Social estruturou métodos e técnicas (pesquisa operacional entrevista, estudo de caso, método de grupo, desenvolvimento de comunidade, etc.), mas não os utilizou para o conhecimento, avaliação e influência e modificação das estruturas da sociedade (as indesejáveis). Cf. EZCURRA, Marta. 1970, p. 40.

Portanto, o Serviço Social na América Latina herdou os conceitos da base norte-americana e européia: amor, fé no homem e nas suas potencialidades, intervenção profissional que lhe permite transformar-se individualmente ou em grupo e ser arteção de sociedade, visto que a realidade de América Latina não somente foi considerada base para os conceitos da profissão do Serviço Social, como exigiu uma urgente ação concreta e engajada dos profissionais. Esses desempenhavam suas ações em contato diário e direto com camadas mais empobrecidas da sociedade que sofriam com as estruturas injustas. Esta prática dá-se em aparelhos ampliados do Estado em que se articulam práticas complexas¹⁸⁰.

Para Ezcura¹⁸¹, o Serviço Social deverá usar seu rigor científico e sua posição de estar em contato com o poder administrativo, grupos econômicos, áreas de decisão, para trazer as informações dos serviços, educação social e comunitária entre outros para orientação do usuário, visando a ampliação de seus direitos sociais. O campo específico do Serviço Social consiste nas inter-relações humanas mais eficientes e mais estáveis, visando o progresso de pessoa humana de forma global. O ensino do Serviço Social deve, segundo Martinelli¹⁸², capacitar o profissional para uma direção social da prática que respeite e contribua para a defesa do espaço democrático, da participação popular no momento histórico presente.

Para Carvalho¹⁸³, o fundamental é o alcance da mudança social, de forma que a pessoa humana se sinta capaz de se auto-determinar, de ser livre, de se realizar, de intervir e transformar a realidade.

Yasbek¹⁸⁴ afirma que o Curso de Serviço Social no Brasil, em seu surgimento, era mais formativo e focado nos aspectos:

¹⁸⁰ Para o autor, a prática do Serviço Social nesta época era de interpelar os sujeitos de forma isolada da classe, definindo suas funções e papéis visando a solução imediata de problemas de desajustamento. A ação do profissional se dava de forma orgânica e vinculada à hegemonia burguesa, sendo porta-voz do liberalismo pela sua defesa do progresso, paz, proteção e cooperação: estratégia ideológica da burguesia para cooptação. O que foi aos poucos se modificando com as lutas sociais, onde se fez ouvir a voz dos oprimidos, passando então o Serviço Social a ser o mediador do processo de crescimento geral com projetos de interesse comum. No entanto, a mobilidade é contínua, as lutas prosseguem em todos os aparelhos ideológicos do Estado, num terreno de disputa por uma nova relação indivíduos e melhoria de suas condições de existência. Cf. FALEIROS. Vicente de Paula. **Metodologia e Ideologia do trabalho Social**. São Paulo: Cortez, 1982. p. 31.

¹⁸¹ EZCURRA, Marta. 1970. p. 41.

¹⁸² IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, 2005, p. 39.

¹⁸³ CARVALHO, Maria do Carmo B.de. **Serviço Social: uma visão teórica**. São Paulo: Cortez, 1999. p.16.

¹⁸⁴ YASBEK, Maria C. A escola de Serviço Social no período de 1936 a 1945. **Caderno PUC n. 6**, Dez.1980. p.45.

- Formação intelectual – estudo de matérias informativas sobre vários setores da vida humana;
- Formação moral – princípios morais;
- Formação profissional – conceitos, fundamentos, métodos de Serviço Social e práticas de casos;
- Formação doutrinária – visão do homem, do mundo e das relações do homem com o mundo sob a perspectiva do cristianismo.

Bartlett¹⁸⁵ entende como modelo tradicional de trabalho do Assistente Social assentado em “métodos e técnicas” e propõe mudanças, alegando que deve existir um quadro de referências conceituais baseados em valores, objetivos, conhecimentos, métodos e técnicas. Para ela, é importante a teorização, isto é, a formulação de conhecimentos que se faz a partir da prática, o conhecimento de suas finalidades, funções, objetivos e objeto de ação, além de um corpo de conhecimentos, valores, princípios e métodos para a construção de um modelo de prática e definição da ação da profissão.

Não se deve, portanto, focar em caso, grupo e comunidade, mas aprender a ser Assistente Social, familiarizando-se estes com métodos básicos, percebendo elementos comuns entre eles, valendo-se da metodologia, usando a rede de serviços sociais existentes e atuando no plano sócio-político para um bom manejo da profissão. Como um profissional da ajuda, o assistente social deve ouvir o cidadão, evitando dominá-lo e buscar ajudá-lo na resolução de seus problemas, buscando o empoderamento do sujeito, além da capacitação continuada. Assim, tornar-se-á, nas palavras de Gramsci¹⁸⁶, como já referido anteriormente, o intelectual orgânico a serviço da classe dominada.

Segundo Guerra¹⁸⁷, o Serviço Social é um trabalho, um ramo de especialização da divisão social e técnica do trabalho, uma profissão de caráter eminentemente interventivo, não apresenta uma teoria própria, mas baseia-se em concepções extraídas das ciências sociais ou da tradição marxista, e num conjunto de procedimentos técnico-instrumentais, muitas vezes recriados pelos profissionais para responderem à sua finalidade.

¹⁸⁵ BARTLET, Harriet M. **A Base do Serviço Social**. São Paulo: Pioneira, 1976. p. 95.

¹⁸⁶ GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S/A, 1979.p.3.

¹⁸⁷ GUERRA, Yolanda. 1999.p.23.

Assistente Social é o profissional, formado em curso de nível superior, que lhe forneça conhecimentos e habilidades para atuar em cenário social, cabendo a este profissional atuar nas expressões da questão social, formulando e implementando planos, programas e projetos sociais, assim como estudo e análise da realidade social, propondo políticas públicas como proposta de intervenção para o enfrentamento das expressões da questão social, levando ao exercício pleno da cidadania e inserção criativa e propositiva dos usuários do serviço Social no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho.

São importantes para a categoria os seguintes órgãos de representação da profissão:

- ❖ Conselho Regional de Serviço Social - CRESS
- ❖ Conselho Federal de Serviço Social - CFESS
- ❖ Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa - ABEPSS
- ❖ Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social - ENESSO
- ❖ Federação Internacional de Trabalhadores Sociais - FITS.

Dentro desses Órgãos, tem-se a oportunidade de lutar para ampliar a participação dos assistentes sociais no cenário social. Como o Serviço Social é uma profissão regulamentada, possui um rol de legislação específica da profissão, que será tratada no tópico seguinte.

2- SERVIÇO SOCIAL E OS DESAFIOS ATUAIS

O mundo em que se vive atualmente é uma sociedade com um aprofundamento das transformações originadas pela globalização dos mercados e o avanço do Neoliberalismo. Na verdade, há em andamento uma redefinição do sistema mundial com re-arranjos políticos internacionais ajudando a aprofundar ainda mais as diferenças sociais, estando de um lado a concentração da riqueza e do outro, o empobrecimento da população. Esta situação vem afetando principalmente o mundo do trabalho, pois provoca altos índices de desemprego e novos modelos de organização e estruturação, causando a flexibilidade e a precariedade nos vínculos de trabalho e reduzindo cada vez mais as responsabilidades do Estado sobre a seguridade social e os direitos sociais da população.

Com a globalização, fenômeno relacionado com a pós-modernidade¹⁸⁸, exacerba-se o individualismo e as diferenças sociais entre as classes e as nações, aumentando o fosso entre países ricos e pobres, tanto nos países de primeiro mundo como nos países em desenvolvimento. Isto ocorre devido à exigência de mão de obra especializada e a redução de salários, pela crise do emprego formal, numa sociedade em que a produção social é cada vez mais coletiva e o trabalho mais social. Ainda assim, seus frutos são privados e monopolizados por apenas uma fatia da sociedade, levando a uma desigual distribuição da riqueza entre os diversos grupamentos e classes sociais.

A sociedade globalizada é também consumista e está em constante mutação. Por exemplo, temos hoje a leitura de texto verbal sendo substituída por imagens, por

¹⁸⁸ O autor refere-se a Pós-modernidade como tendo surgido na década de 1930, no mundo hispânico, aparecendo depois na Inglaterra e Estados Unidos nos anos de 1940, sendo que na década de 1950 se refere a transformações nas artes, ciência, arquitetura. Nos anos de 1960, nas artes pop, avançando para o cinema, computação, moda, música e *modus vivendi* ditado pela propaganda, pela tecnociência. Passa, então, a ser um fenômeno urbano, ampliado pela mídia e o pragmatismo da atualidade, onde se rompe com as metanarrativas, desfazendo-se o conceito de totalidade, na forma de ler e explicar o mundo, passando-se, então, a uma leitura de mundo fragmentada, efêmera, onde não é importante o contexto, mas o intertexto, isto que a cosmovisão em que o homem pós-moderno se insere, não tem projeto de totalidade, daí a perda da relação sujeito objeto, acarretando mudanças profundas nesse ser humano contemporâneo e na sua linguagem, mas trazendo também mudanças valorativas e éticas, devidas a marca da pluralidade, sem esquecer que por trás de tudo vigoram plenamente as leis do mercado capitalista. Cf. AZEVEDO, Marcos Antonio Farias de. Uma breve abordagem sócio-cultural, antropológica e religiosa na pós-modernidade. In **Reflexus n° 1**, ano 1. Vitória: Unida, 2007. p.15 a 23.

espetáculo, via televisão ¹⁸⁹, cinema e internet, e estas mudanças afetam a totalidade da vida pessoal e social, visto que se buscam melhorias efetivas na vida emocional, econômica, de forma frenética.

Toda esta nova situação é um desafio para o Assistente Social ¹⁹⁰, pois numa sociedade com estes pilares, com tamanha fluidez dos valores e compromissos, não é fácil estabelecer com seu usuário uma relação empática, buscando apreender e compreender sua situação, para o agir profissional, em um projeto societário alternativo ao das classes dominantes. ¹⁹¹

2.1 Legislação do Serviço Social

O Serviço Social é uma profissão de nível superior que surge no Brasil no bojo do processo de industrialização e urbanização do país, tendo o primeiro curso de nível superior surgido em São Paulo, na Pontífice Universidade Católica (PUC), em 1936, com influência católica franco-belga, como já visto acima .

Na década de 1950, houve o reconhecimento da profissão que foi regulamentada primeiramente pelo Decreto 35.311/54, que tratava das prerrogativas dos portadores de diploma de assistentes sociais e agentes sociais. Somente em agosto de 1957 surgiu a Lei 3.252, específica sobre a profissão. Ao longo do tempo, aconteceram reformulações, e a nova regulamentação foi apresentada na Lei nº. 8.662, de 1993.

Buriolla¹⁹² fala do Estágio, concebido como campo de treinamento do aprendizado do fazer concreto do Serviço social, locus onde é gerada a identidade do profissional, e que tem uma legislação específica, a Lei nº 1.889, de 13 de junho de 1953, regulamentada em 02 de abril de 1954, pelo Decreto nº 35.311. A Resolução 242/

¹⁸⁹ ZABATIERO, Julio P.Tavares. Renovando a leitura da Bíblia na sociedade pós-moderna. In **Reflexus**. v.2 n.2.Vitória: Unida, 2008. p.74.

¹⁹⁰ KAHN, Alfred J. **O serviço social no mundo moderno**. Rio de Janeiro: Agir, 1970. p. 108.

¹⁹¹ NETTO, Jose Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente a crise contemporânea. In. CFESS-ABEPSS-CEAD/NED-UNB. **Capacitação em Serviço Social: o Trabalho do Assistente social e as políticas sociais**. Módulo 01. p. 97.

¹⁹² BURIOLLA,, Marta A.F. **O estágio supervisionado**. São Paulo: Cortez, 2001.p.13-15.

70 regulamenta o currículo mínimo do Curso de Serviço Social, sendo que o parecer nº 412/82 do Conselho Federal da Educação aprova o Novo Currículo Mínimo do Curso, homologado pela Resolução 06 de 23 de setembro de 1982. O novo currículo, portanto, foi implantado a partir de 1984, com 2.270 horas. Hoje está em vigor a Resolução nº 02 de 2007, com parecer do CNE / CES / 08/2007, que normatiza o novo Currículo Mínimo do Curso com 3.000 horas, incluindo-se atividades complementares e estágio, que juntos não devem ultrapassar a 20 % da carga horária das disciplinas. A Lei do Estágio em vigor é a Resolução CFESS Nº533 de 29 de setembro de 2008, que regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social.

Segundo Kisnerman¹⁹³, o caráter ético do Serviço Social é dado de forma concreta pela atitude profissional do assistente social, que deve ser consciente de seu papel na sociedade, utilizar a instrumentalidade própria da profissão que propicia a consolidação do projeto ético político profissional. É essa atitude que o leva a pensar, sentir e agir junto à população usuária de seus serviços de forma responsável e consciente, interiorizando os valores da profissão. Sua atuação deve ser no sentido de respeito a todo e qualquer ser humano, sem discriminações, conduzindo ao processo do empoderamento das pessoas. Para isso, deve-se estar atentos à Declaração Universal dos Direitos humanos, considerando a liberdade, justiça e paz como base para o reconhecimento da justiça humana e dos direitos sociais iguais e inalienáveis de todos os membros da família humana¹⁹⁴.

A Constituição Federal, como já citada anteriormente, também se constitui no marco legal fundamental para a profissão, visto o avanço que a mesma representou para os direitos sociais no Brasil, além de reconhecer as representações das organizações populares como interlocutor legítimo na sua capacidade de reivindicação de direitos, levando a possibilidade de controle do exercício da administração dos organismos públicos, numa co-gestão e no exercício da cidadania elementar¹⁹⁵.

¹⁹³ KISNERMAN, Natálio. **Ética para o Serviço Social**. Petrópolis: Vozes, 1976. p.71-103.

¹⁹⁴ CONSELHO REGIONAL DO SERVIÇO SOCIAL, 3ª REGIÃO/CE. **Direitos e Garantias: Instrumentos Legais**. Ceará, 2004. p. 75.

¹⁹⁵ SPOSATI, ALDAIZA, FALCÃO, Maria do Carmo. & TEIXEIRA, Sônia Maria Fleury. **Os direitos dos desassistidos sociais**. São Paulo Cortez, 1989. p.25.

Considerando o ser humano como um ser social, a partir do estudo de Carlos Simões, Bonetti¹⁹⁶ afirma que suas inter-relações são reguladas por normas valorativas de comportamento, determinadas histórica e eticamente, enquanto princípios e juízos que as regulam. A ética é a expressão da moral, e passa a ser a consciência da moral, tomando-a como seu objeto, o que permite a compreensão da identidade espiritual - profissional e de apreender -se, enquanto grupo particular relativo à sociedade. Desta forma, pode-se afirmar que a ética das profissões é a reflexão que o próprio grupo profissional faz sobre si mesmo relativo à sociedade, politizando, assim, a atuação profissional. A ética tem também uma dimensão teológica, visto que a teologia tem por tema o ser humano no seu cosmo.¹⁹⁷

Peça fundamental para os assistentes sociais é o Código de Ética profissional, sendo que ao longo da história se conheceu cinco formulações do mesmo, sendo a primeira elaborada em 1947 e aprovada em 1948. O segundo Código foi revisado pelo Dec. 994 de 15 de maio de 1962, sendo aprovado em 08/05/65. Esse Código estava alicerçado nos direitos fundamentais do ser humano e nas exigências do bem-comum, princípios da filosofia do Serviço Social. Em 30/01 de 1975, surgiu o terceiro Código, que se preocupou com os interesses sociais e a ação disciplinadora do Estado. Mais adiante, o quarto Código foi aprovado em 09 de maio de 1986, preocupando-se em resguardar a atividade profissional além de vinculá-la às lutas e interesse da classe trabalhadora.

O atual Código de ética profissional do Assistente Social, o quinto, foi aprovado pelas Resoluções CFESS nº 290/94 e 293/94. Ele surge por considerar necessário o avanço no debate e produção sobre a questão ética, tendo em vista as mudanças nos valores éticos em relação ao compromisso com os usuários com base na liberdade, democracia, cidadania, justiça e igualdade social¹⁹⁸.

Neste Código¹⁹⁹ estão postos os princípios fundamentais que regem a atitude dos profissionais, a saber:

¹⁹⁶SIMÕES, Carlos, in: BONETTI, Dilséa Adeodata (Org) et. al. **Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis**. São Paulo: Cortez, 2006. p.23.

¹⁹⁷BARTH, Karl. **Introdução à Teologia Evangélica**. São Leopoldo: Sinodal, 1996. p.76.

¹⁹⁸ MUSTAFÀ, Maria Alexandra M.(Org). **Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Ética**. Coletânea de Códigos de Ética Profissional do Assistente Social/GEPE. Recife: CTC, 2003. p. 21-75.

¹⁹⁹ ¹⁹⁹ MUSTAFÀ Maria A. 2003. p. 63.

-Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes- autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;

-Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa de arbítrio e do autoritarismo;

-Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras;

-Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;

-Posicionamento em favor da equidade e da justiça social, que assegura universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;

-Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;

-Garantia do Pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;

-Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação- exploração de classe, etnia e gênero;

-Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores;

-Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;

-Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção da classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição social;

Portanto, os assistentes sociais, no desempenho de suas ações, são regidos pelo Código de Ética da profissão, observando seus princípios, direitos e deveres, enfim atuando de acordo com o mesmo, seja desempenhando seu trabalho em Organizações não Governamentais (ONGs), em Instituições Estaduais, Municipais, Federais ou Privadas.

O Serviço Social, então, é uma profissão que sofreu ao longo dos anos modificações no desenvolvimento de suas atividades devido às mudanças societárias e as transformações no que se refere à questão social. Destas modificações ocorridas nas atividades do Serviço Social é que surge a necessidade de criar novos instrumentos de ação profissional, tanto no âmbito de sua atuação quanto no interior da academia, objetivando subsidiar o Assistente social para desempenhar sua função de educador político comprometido com a democracia²⁰⁰.

Por tratar-se de uma profissão que tem uma prática operativa, o Serviço Social vem sendo historicamente reconhecido e legitimado através das ações que executa. Portanto, os instrumentos aplicados que sustentam as ações direcionadas à regulação das relações sociais vêm se caracterizando como um acervo de instrumentos e técnicas materiais²⁰¹. Neste sentido, o uso dos instrumentos implica na habilidade técnica-política, que imprime eficiência às ações, tais como a realização de entrevistas, reunião, visitas, registros, observação, entre outros.

Assim, os profissionais e a comunidade formam lideranças que devem ser respaldadas por possuir uma postura ética, permeando a consciência referente à realidade dos oprimidos, sendo que os Assistentes Sociais devem ter um compromisso ético e político com a sociedade tendo em vista a necessidade de superação da pobreza. Também se observa que questões que provocam polêmica, que envolvem morte, liberdade, sede, fome, abrigo, enfim, necessidades, não são fáceis de serem abordadas, por isso os assistentes sociais devem estar atentos, visto que a ética é um pressuposto que deve estar no cerne de todas as ações profissionais dos cidadãos, governantes,

²⁰⁰ IAMAMOTO, Marilda Villela 1983. p. 77-82.

²⁰¹ A autora situa a importância do trabalho para o homem, por permitir sua produção e reprodução como ser prático e social, levando em consideração que o princípio da atividade, subjacente ao trabalho humano, porta a capacidade de projetar. Escolher, antecipar, modificar, irradiando possibilidades dos sujeitos exercerem sua liberdade e ascenderem à racionalidade, visto que é pela *práxis* que os homens se reproduzem materialmente e se desenvolvem como ser humano. Daí emerge o confronto razão objetiva da realidade e razão subjetiva dos sujeitos, donde se processa o real, e nesta reflexão sobre o real, a *práxis* se coloca como campo no qual as articulações, nexos, relações entre racionalidade e instrumentalidade se estabeleçam. Cf. GUERRA, Yolanda. 1999. p.188.

administradores, líderes de movimentos sociais, partidos políticos e trabalhadores. A ética deve ser o pressuposto para que se identifique e acione mecanismos para responder ou enfrentar os impasses, sempre buscando encontrar as melhores soluções e valores que assegurem a preponderância da razão, o direito à diferença, à liberdade e ao pluralismo, mesmo numa sociedade tão desigual quanto a nossa²⁰².

O que se observa é que se espera da categoria dos assistentes sociais, que estes realmente trabalhem de forma ética e organizada, havendo toda uma expectativa em relação a estes profissionais quanto a esta questão. Além do Código de ética da profissão existe também outro marco legal que se espera que sejam parâmetros para a ação do profissional, que deve estar dentro destes reflexos legais, uma vez que consideram a Constituição Federal de 1988, principalmente os seus artigos 203 e 204, que tratam da Assistência Social. Neles, se define inclusive o público alvo: parcela da população vulnerabilizada economicamente pela faixa etária, pela deficiência física, enfim, que necessita da proteção social²⁰³.

A prática dos profissionais se renova, politicamente definida, buscando a superação da burocracia e as tendências empiristas, o desconhecimento do saber popular e a alienação do povo, dando especial atenção às carências e ao fortalecimento daqueles que são vulneráveis, aos oprimidos e aos que vivem na pobreza, buscando a democratização dos direitos de cidadania.

Uma característica histórica que define o serviço social é a preocupação da profissão no que diz respeito ao bem estar individual num contexto social, e ao bem estar da sociedade. Para o Serviço Social é fundamental ter atenção às forças ambientais que criam, contribuem e abordam os problemas da vida²⁰⁴.

²⁰² O autor faz alusão à intervenção do Serviço Social possuir uma moldura ético-moral, reformista, modernizadora e que reforça o capitalismo, mas que se defronta com a intervenção matizada pelo anti-capitalismo romântico. Cf. NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1996. p.113.

²⁰³ A autora, referindo-se às formas de ajuda, cita literatura que mostra, no passado por exemplo, a assistência mútua, em que os judeus desterrados da Babilônia assim como os escravos libertos de Roma, todos seguiam regras religiosas, como se observa na Bíblia, no Livro de Êxodo, onde se encontram normas para roubo, sedução, calúnia e magia. Também no Livro de Levítico, é notado o cuidado com leprosos, deveres para com o viajante; em Deuteronômio, regras para auxiliar os pobres e escravos a praticar a caridade e resíduo de colheita para os pobres, sendo que eram lembrados sempre que Deus castigava duramente os que não seguiam estes preceitos, e se pregava faça o bem para que, quando precisar, encontrar quem o ajude. Cf. VIEIRA, Balbina Ottoni. **História do Serviço Social: contribuição para a construção de sua teoria**. Rio de Janeiro: Agir, 1977. p. 29.

²⁰⁴ O Serviço Social hoje é mais do que nunca necessário, sobretudo na perspectiva da interdisciplinaridade, pois sua formação profissional o prepara para isto, num momento em que o saber não é uma posse, mas algo que se exerce para contribuir para a transformação do mundo. Cf.

Por isto mesmo, os assistentes sociais buscam a promoção da justiça social e a mudança social de acordo com o interesse dos usuários. Procuram, ainda, aumentar a capacidade das pessoas para definirem, elas próprias, as suas necessidades, com vistas a alcançar o empoderamento²⁰⁵.

O Assistente Social deve trabalhar na direção de um compromisso com a cidadania, buscando a democratização, a socialização das informações referentes aos direitos sociais, oportunizar o acesso e obter respostas concretas para as demandas imediatas da população, ação que fortalece o usuário no acesso e no processo de mudança da realidade em que se insere. Desta forma, ele pode contribuir para a ampliação dos direitos e efetivação da cidadania, visto que o compromisso profissional com os usuários visa a equidade, igualdade, justiça social e cidadania, e se constitui num indispensável instrumento do novo fazer profissional.

Este novo fazer vem sendo direcionado pelo agravamento da questão social, redirecionamento do pensar e agir profissional, visto que no contexto da globalização, que marca a conjuntura mundial pela precarização e subalternidade do trabalho na ordem vigente no mercado, há uma erosão da base social do Estado pela constante violação e desmonte dos direitos humanos, sociais, civis e políticos. É neste contexto que surge um novo pensar e fazer profissional do assistente social, baseado na competência teórico - metodológica, no compromisso de realização dos princípios ético - políticos estabelecidos no Código de Ética dos Assistentes sociais, o que configura um novo projeto político para a profissão²⁰⁶.

Segundo Cotrim²⁰⁷, Ética é uma palavra grega que significa costumes, comportamento, sendo uma parte da filosofia que busca refletir sobre o comportamento humano sob o ponto de vista das noções de bem e de mal, de justo e injusto, abrangendo inclusive normas morais e jurídicas. Esse estudo tem como objetivo elaborar princípios

MARTINELLI, Maria Lúcia. O Serviço Social na transição para o próximo milênio: desafios e perspectivas. **Revista Serviço Social e Sociedade**. nº 57. São Paulo: Cortez, 1998. p.136.

²⁰⁵ O Serviço Social é uma profissão que se inscreve no campo das atividades que incidem na formação da cultura, entendida como sociabilidade, modo de vida, como um elemento constitutivo da hegemonia, marcando a dimensão pedagógica da profissão, visto que a relação hegemônica é eminentemente pedagógica. Cf. ABREU, Marina Maciel. **A dimensão pedagógica do Serviço Social**: bases histórico-conceituais e expressões particulares na sede brasileira. São Paulo: PUC. 2001. pg. 45. (Teses de Doutorado).

²⁰⁶ CONSELHO FEDERAL DO SERVIÇO SOCIAL-ABEPSS- CEAD/NED- UNB. **Capacitação em Serviço Social** o Trabalho do Assistente social e as políticas sociais. Módulo 04. Brasília, 2000. p.123-124.

²⁰⁷ COTRIM, Gilberto. **Fundamentos da Filosofia**: ser, saber e fazer-elementos da história do pensamento ocidental. São Paulo: Saraiva, 1994. p. 212.

da vida capazes de orientar o homem para uma ação moralmente correta e também refletir sobre os sistemas morais elaborados por ele.

Desta forma, a profissão Serviço Social tem o dever de articular os valores básicos, princípios e padrões éticos assim estabelecidos, sendo o Código de Ética dos Assistentes Sociais o guia da ação profissional, por estabelecer tais conceitos que orientam a conduta desses profissionais. O código é relevante para todos os assistentes sociais, pois foi partindo dele que se construiu o Projeto Ético-Político Profissional da categoria²⁰⁸.

Esse documento está ligado a um projeto de transformação da sociedade, visto a evidente dimensão política da intervenção da profissão por atuar no movimento contraditório das classes, imprimindo as ações dos profissionais uma direção social favorecedora de um novo projeto societário. O Código de Ética está presente nas mais variadas formas de ações do Serviço Social, desde os plantões de atendimento, salas de espera, processos de supervisão e/ou planejamento de serviços sociais. Faz-se notar ainda tanto nas ações mais simples, como nas mais complexas, sempre determinando a direção social de forma intrínseca com valores éticos.

Assim, os assistentes sociais estão interpretando as demandas de classes e suas necessidades sociais que chegam ao cotidiano profissional, dirigindo suas ações em favor de interesses sociais distintos e contraditórios, vinculando-se a um projeto num contexto societário, para a busca da construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero²⁰⁹.

Segundo Netto²¹⁰, assim se amarra o compromisso do Serviço Social com a classe trabalhadora. Portanto,

²⁰⁸ O Conselho Federal do Serviço Social é aqui apresentando como articulador de 24 Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) estaduais e 3 Seccionais de Base Estadual, sendo o órgão fiscalizador do exercício profissional dos Assistentes Sociais no Brasil, tendo grande representatividade social e histórica de luta pela profissão. Presta assessoria aos CRESS e funciona como Tribunal Superior de Ética Profissional, e além de outros serviços, também presta assessoria técnico-consultiva aos organismos públicos ou privados em matéria sobre serviço Social. Sendo que ao CRESS, nas áreas de suas respectivas jurisdições, compete fiscalizar o exercício profissional, zelar pela observância do código de ética, expedir carteiras profissionais, entre outras atribuições. Cf. BONETTI, Dilsea A.(org). et al. **Serviço Social e Ética: convite a uma nova práxis**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 219.

²⁰⁹ NETTO, José Paulo. **A construção do Projeto Ético – Político do Serviço Social frente à crise contemporânea**. Capacitação em Serviço Social e Política Social Módulo 1: Crise contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Brasília: CEAD, 1999. p. 94.

²¹⁰ NETTO, José Paulo. 1999. p. 95.

Os projetos profissionais inclusive o projeto ético-político do Serviço Social apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas.

Para que o Projeto Ético-Político se materialize, é preciso a articulação de três dimensões: a) a dimensão da produção de conhecimentos no interior do Serviço Social; b) a dimensão político-organizativa da categoria; c) dimensão jurídica-política da profissão. Essas dimensões, articuladas, dão a direção a ser trilhada no Código de Ética da Profissão, orientando a ação profissional legitimada pela sociedade e que respeita o pluralismo, o confronto de idéias, não aceitando mecanismos coercitivos e excludentes, logicamente limitados na nossa sociedade capitalista. O Projeto enfatiza a fundamentação dos valores profissionais na ética, levando a uma efetividade histórico-concreta quando combina com uma direção político-profissional, visto o respeito à democracia, equidade, justiça social, mostrando um Serviço Social comprometido com a produção de conhecimentos, que o leva a perceber as demandas de uma sociedade dinâmica, que respeita os direitos civis, políticos e sociais²¹¹.

O projeto leva também ao compromisso profissional dos assistentes sociais com a qualidade dos serviços prestados à população e a publicidade dos recursos institucionais, que garante a democratização e universalização dos mesmos em abrir as decisões institucionais à participação dos usuários.

Será que levando em conta a atuação dos assistentes sociais neste nosso país afora, pode-se confirmar que a prática tem caminhado no sentido de costurar este Projeto crítico da profissão?

Para Guerra²¹², historicamente a profissão vem sendo orientada por visões do ser humano e do mundo, por ideologias, formas de agir, sancionadas pelo modo de

²¹¹A autora coloca a insubordinação dos trabalhadores como estratégia de luta por direitos trabalhistas, citando exemplos em que as lutas travadas da classe operária, iniciadas pela crise de desemprego, acabam levando à resistência em defesa da autonomia sindical e ao avanço das conquistas, como férias, entre outras. Mas o principal ganho é a ampliação das pautas de reivindicações para os interesses gerais de todos os trabalhadores. Cf. SILVA, Zélia Lopes da. **A domesticação dos trabalhadores nos anos 30**. São Paulo: Editora Marco Zero, 1990. p.100.

²¹² GUERRA, Yolanda. 2007. p. 9.

produção e reprodução capitalista ou que visam uma crítica a este, ou seja, por projetos profissionais que tenham vinculação com projetos coletivos conservadores ou progressistas, tendo os seus protagonistas consciência ou não desta realidade. Assim, para uma profissão ser orientada por um projeto profissional crítico significa, ainda, a possibilidade de construção permanente de perfis profissionais, dentre eles o do profissional que conhece suas competências e imprime qualidade técnica às suas ações com uma direção crítica clara e consciente, visando a defesa permanente dos direitos sociais e humanos, considerados como conquista da humanidade, herança das lutas dos movimentos sociais e trabalhistas progressistas, de modo a superar a histórica vinculação do profissional com o conservadorismo.

No momento atual, com o projeto neoliberal investindo no enfraquecimento dos movimentos sociais, como fica esta atuação profissional? Como fazer esta superação?

Enfim, o projeto assinala claramente que o desempenho ético-político dos assistentes sociais só se potencializará se o corpo profissional articular-se com os segmentos de outras categorias profissionais que compartilham de propostas similares e, notadamente, com os movimentos que se solidarizam com a luta geral dos trabalhadores²¹³. Dessa forma, se constituirão em mais um dos diversos desafios postos hoje à profissão, que é o que será tratado a seguir.

2.2 Serviço Social : entre a manutenção do *status quo* e sua transformação ativa

Com todas estas transformações societárias, o Serviço Social então vem enfrentando grandes desafios, dentre eles, novas demandas, novas expressões da questão social, daí a necessidade de redimensionar a formação profissional a partir de procedimentos investigativos sobre as mudanças do espaço ocupacional do Assistente

²¹³ NETTO, José Paulo.1999.p.105.

Social, para capacitá-lo a enfrentar esta nova realidade. Estas mudanças exigem um conjunto de conhecimentos no Serviço Social²¹⁴ que se reflete na produção da cultura profissional, uma vez que ao construir novidades empíricas, correm-se o risco de agregar valores “velhos”, reproduzindo desta maneira velhas idéias e mantendo os mesmos significados numa realidade de signos em movimento.

Com a desregulamentação dos direitos, posto pela sociedade globalizada²¹⁵, num contexto em que o papel do Assistente Social é o de defensor intransigente dos direitos, como fazer este enfrentamento?

Para Rossi²¹⁶, a Pós- modernidade é o nome aplicado às mudanças ocorridas nas ciências, nas artes e nas sociedades avançadas, que se inicia desde 1930, quando se encerra o modernismo iniciado em 1900. Esta capacidade de transformar tudo em mercadorias que tem preço, nesta sociedade de consumo, leva inclusive a busca pelo sagrado à Teologia da prosperidade, em que a religião assume nuances fundamentalistas, como se pode notar nas pregações e práticas de várias igrejas, principalmente do campo neopentecostal. Nessas, não parece haver solidariedade, Deus é visto como comerciante, e o povo sofredor depende da mediação da igreja para ter acesso a Deus.

Há aí um componente importante de desinformação, outro desafio que, segundo Pedro Demo,²¹⁷ leva a captar o que está mais de acordo com os próprios interesses, visto o excesso de informações existente. Assim, é fundamental se manter a autocrítica, que vai aí atuar como redutora desta excessiva informação. Nesta sociedade do conhecimento, neoliberal, como alguns têm chamado, os que sabem pensar não gostam de saber que outros também pensam, sendo que as oportunidades foram

²¹⁴ COSTA, Suely Gomes. **Signos em transformação**: a dialética de uma cultura profissional. São Paulo: Cortez, 1995. p.88.

²¹⁵ FALEIROS, Vicente de Paula. Desafios do Serviço Social na era da globalização. In **Revista Serviço Social e Sociedade nº 61**. São Paulo: Cortez, 1999. p. 153.

²¹⁶ Para o autor, o entendimento do termo pós-modernidade pede a compreensão do que é modernidade, já que para haver o “pós” é preciso antes ter havido alguma coisa. Assim pós-moderno significa se afastar do moderno, no sentido de analisá-lo. No entanto, não basta somente a análise do conceito de modernidade, uma vez que prefixo “pós” articula problemáticas situadas em diversas áreas, sendo assim ambíguo, podendo significar um novo estado de coisas, no sentido do que vem depois; ou ser usado sugerindo fim, término. É importante não se esquecer da análise da posteridade, que vem trazendo uma racionalização intelectualizada, valorizando o progresso científico, mas levando a um desencantamento do mundo. Este desencantamento vem desde a desqualificação da ciência e uma busca por novas formas de conhecimento, o que leva a perda da confiança na objetividade de razão para a busca da felicidade, da liberdade, que se faz urgente, visto que a vida passa a ser legitimada como verdadeira a partir do mercado. Fora do mercado não há possibilidade de vida e o consumo oferece a possibilidade de redenção. Cf. ROSSI, Luiz Alexandre Solano. **Jesus vai ao MC Donald’s**: Teologia e sociedade de consumo. São Paulo: Fonte Editorial Ltda, 2008. p.167-182.

²¹⁷ DEMO, Pedro. **Política Social, educação e cidadania**. São Paulo: Papirus, 1996.p.22

apropriadas pelo grupo dominante, restringindo-se assim a cidadania. Isto faz com que o profissional do Serviço Social enfrente outro desafio diante da pós-modernidade, pois esse contexto leva ao individualismo, fazendo o assistente social se ver numa verdadeira trincheira: de um lado as expressões da questão social, o ser humano com demandas concretas, que necessitam de políticas públicas que atendam a estas questões, e de outro, dificuldades de mobilizar a população para o enfrentamento de lutas pela ampliação da cidadania, dos direitos sociais, para a solidariedade. Daí a necessidade de capacitação constante, que leve a ampliação de conhecimentos, como também de um respaldo no Projeto Ético-Político da profissão, para vislumbrar para além do que lhe é posto, inclusive saber lidar com a informação que repassa ao usuário de seus serviços, dentro deste contexto de sociedade globalizada .

O que se pode notar, então, é que dentro dos desafios postos à profissão estão a luta pelos direitos sociais, para garantia da cidadania e a busca da participação da população, co-sujeito deste processo, pois se a pessoa ou comunidade está de alguma forma oprimida, isto se constitui em obstáculo para seu pleno desenvolvimento.²¹⁸

O início da libertação acontece na promoção de experiências de uma convivência social na justiça e na liberdade, visto que é direito fundamental de qualquer ser humano lutar para obter sua plenitude pessoal e moral, visando a liberdade que abre caminho para uma vida cheia de sentido e de valor. Na formulação de Amman,²¹⁹ é preciso lutar para mudar as estruturas, mas uma mudança participada, que possa contar com a participação e cooperação popular, mesmo com aqueles trabalhadores precários, temporários, desempregados, cujo papel de menor relevo nas lutas anticapitalistas, pode por isso mesmo assumir posturas mais ousadas numa correlação de forças desigual, em que não tem nada a perder.²²⁰

Outra questão desafiadora é como travar a luta para a garantia os direitos da cidadania frente a essa desinstitucionalização de direitos, tendo em vista que o Estado, com seu aparato industrial vigoroso e associado ao grande capital, tem decrescente preocupação com o empobrecimento da classe trabalhadora, investindo no desenvolvimentismo e em atitudes aparentemente populistas. Ao que parece, ele

²¹⁸ GIACOMINI, Mara Rita. HAYASCH, Maria. PINHEIRO, Susie de A. **Trabalho em favela: o método da convivência**. São Paulo: Cortez, 1982. p.16-17.

²¹⁹ AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1985. p. 71.

²²⁰ ANTUNES, Ricardo. O desenho multifacetado do trabalho hoje e sua nova morfologia. In **Revista Serviço Social e Sociedade n° 69**. São Paulo: Cortez, 2002. p.115.

defende a tese de que pelo crescimento econômico serão solucionados os problemas sociais, e assim se cria um caráter dual-público e privado – para a Assistência Social como política pública, e se mantém as relações de subsidiariedade desse serviço, presidido por princípios cristãos da caridade. Percebe-se nesse processo o estímulo a introduzir respostas sociais por meio de co-patrocínio do fundo público a ações de entidades beneficentes, ficando a ação estatal supletiva em relação às iniciativas privadas.²²¹

Pereira²²² lança um desafio que é o enfrentamento da nova questão social, que avança contra a humanidade, com questões como o desemprego estrutural, a ameaça bélica, a deterioração do meio ambiente, o aprofundamento da desigualdade social, a globalização da pobreza, o acirramento do racismo e lutas étnicas e o desmonte dos direitos sociais, ao que se podem acrescentar as lutas religiosas e lutas pelo poderio econômico.

Portanto, a própria profissão, notadamente feminina, se torna um desafio para si, levando em conta inclusive sua luta por remuneração justa²²³, visto a necessidade de maior organização da categoria para estabelecimento de piso salarial digno e carga horária que possibilite condições de capacitação continuada como é exigida pela profissão, além de maior qualidade de vida para os profissionais. A capacitação continuada é também um requisito indispensável, assim como a necessidade de avançar em pesquisa.²²⁴ Além disso, também a pertinência das ações profissionais e a competência dos agentes são fundamentais para um bom desempenho profissional.²²⁵

Neste contexto, segundo Netto²²⁶ a caracterização de um projeto profissional apresenta fatores constitutivos como a imagem ideal da profissão, os valores que a legitimam, sua função social, conhecimentos teóricos, saberes interventivos, normas, práticas, além de recursos políticos – organizativos, processo de debate e elaboração,

²²¹ MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a filantropia e a Assistência Social**. São Paulo: Cortez, 2001. p. 287.

²²² PEREIRA, Potyara A.P. **Questão social, Serviço Social e direitos da cidadania**. Brasília: ABEPSS, Grafline, 2001. p.53.

²²³ HILL, Ricardo. **Metodologia Básica do Serviço Social: considerações teóricas sobre a integração de métodos na América latina**. São Paulo: Moraes, 1980. p. 34.

²²⁴ Para a autora é fundamental para a prática, o pensar e repensar criticamente uma determinada realidade, pois através da pesquisa poderemos superar as marcas do pragmatismo e imediatismo que historicamente pesam na profissão e avançar na construção de produção teórica. Cf. RAIZER, Eugênia Célia. **Ética como objeto de pesquisa**. In BONETTI, Dilsea. A. (Org.). et al. **Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis**. São Paulo: Cortez, 2006. p.149.

²²⁵ CARVALHO, Maria do Carmo B. de.(Org.). **Teoria da ação em debate**. São Paulo: Cortez, 1993 .p. 84.

²²⁶ NETTO, José Paulo. 1999. p. 98.

investigação teórico-práticas entre outros, para que se dê a articulação para a hegemonia do projeto profissional, levando em consideração o pluralismo profissional no seio da categoria.

Outra questão importante para a profissão é o trabalho interdisciplinar, com famílias, com grupos, permitindo que ocorram mudanças tanto no grupo quanto com o assistente social para melhor atendimento à população²²⁷, considerando principalmente a pressão da dinâmica capitalista no sentido da busca de eficiência e produtividade e do atendimento ao maior número de usuários no menor tempo possível²²⁸.

Analisando o que diz Silva²²⁹, percebe-se que a ação do trabalho do Assistente Social pode ser uma ação conservadora, visando a manutenção do *status quo* ou pode ser uma ação transformadora, visando a modificação da situação vigente capaz de promover mudanças e situar o homem como centro desse processo social de mudança.

O conservadorismo na atuação do assistente social no caso brasileiro, esteve presente desde a criação do Serviço Social ainda na década de 1930. A criação da Fundação Legião Brasileira de Assistência (FLBA) em 1942 para atuação profissional com este perfil de manutenção do status quo, assim como o cenário social e político, influíram grandemente neste quadro e foram decisivos para a profissão e sua aliança institucional com o Estado Assistencial. O desenvolvimentismo também demarca uma relação profissional que se buscam parâmetros para a organização de populações e grupos para os projetos estatais em que se tornava necessário imprimir uma marca de progresso buscando a adesão comunitária para a preservação da ordem e afastar o fantasma do comunismo.

Mas o Serviço Social, no período de luta pela democratização da sociedade constitui-se num vetor importante, principalmente com a interlocução da profissão com a vertente marxista, com aporte Gramsciano. Neste papel de trabalhador social, agente de transformação, pode-se verificar que a ação transformadora, também conhecida

²²⁷ CORREIA, Maria Alice. **O assistente social e o manejo do conflito**. Rio de Janeiro: PUC, 1975. p. 3.

²²⁸ FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do Estado capitalista: as funções da Previdência e da Assistência sociais**. São Paulo: Cortez, 1982. p. 62.

²²⁹ SILVA, Maria de Guadalupe. **Ideologias e Serviço Social: reconceituação latino-americana**. São Paulo: Cortez, 1982. p. 46.

como práxis, sobre sistema de dominação²³⁰, mostra um profissional militante que trabalha com a conscientização, politização, organização, mobilização e participação do indivíduo em busca de libertação, do alcance da mudança necessária a sua ampliação de cidadania. Desta forma, o assistente social se coloca na arena da luta política, que segundo Harnecker,²³¹ é onde se trava a batalha das classes antagônicas para garantia de seu espaço na sociedade, o que representa um desafio maior para a profissão.

Mas é a produção de conhecimentos, a pesquisa, que representa talvez o maior desafio posto a profissão do Serviço Social, visto que a prática de investigação científica orientada ainda é recente ²³², considerando que na tradição de prática social há uma dicotomia entre os assistentes sociais de campo, que enfrentam as agruras do cotidiano e da burocracia institucional e os produtores da reflexão teórica, ditos assistente sociais “de gabinete”. Sobre essa questão candente, Netto²³³ afirma que há uma hierarquização que se dá nas atividades dos indivíduos, dependendo não só da singularidade de cada qual, mas do contexto em que se insere, além da direção e concepção clara que tenha da prática exercida. Nesse sentido, a prática do assistente social é desafiadora, posto que não pode ser neutra, mas embasada numa visão de mundo que forneça horizontes, direção e estratégias de ação. Ainda mais, ela também procura fornecer as bases para ato reflexivo, partilhado, consciente, criativo que leve o profissional a cumprir seu papel de mediador neste processo.

Nesse sentido, Serra²³⁴ leva a pensar em outro desafio concomitante, quando discorre sobre a prática institucionalizada do Assistente Social, o de que é preciso revigorar as organizações da categoria, de melhor forma política, indo à luta, visto que é o mesmo que se busca para os usuários. Assim não valeriam para os profissionais também as interrogações: como se organizar? A partir do quê? A ação interdisciplinar ²³⁵ pode contribuir para esta organização ou não? Cabe aqui a interrogação de Netto ²³⁶:

²³⁰JUNQUEIRA Helena Iracy. Quase duas décadas de reconceituação do Serviço Social: uma abordagem crítica. p. 22. In. **Revista Serviço Social e Sociedade n° 4**. São Paulo: Cortez, 1980. p. 22.

²³¹ HARNECKER, Marta. **Os conceitos elementais do materialismo histórico**. Santiago: Sem editora. 1971. p.195.

²³² DIAS, José Fernandes (Org.). **Serviço Social: Intervenção na Realidade**- CELATS. Petrópolis: Vozes, 1980. p. 58.

²³³FALCÃO, Maria do Carmo. NETTO, José Paulo. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. São Paulo; Cortez, 1989. p. 6.

²³⁴ SERRA, Rose Mary Souza. **A prática institucionalizada do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1983. p. 74.

²³⁵ O autor fala que a prática interdisciplinar se dá com uma atitude interdisciplinar por parte do profissional, que coloca seu saber numa relação dialética de soma com outros saberes, que se respeitam

Por que a organização da categoria é indispensável para viabilizar o projeto ético-político do Serviço Social? Ainda: Por que a vinculação com o movimento social é importante para o projeto ético-político da profissão?

Há outra questão posta pelo capitalismo que questiona a profissão: trata-se da desigualdade social, que desde a Lei dos Pobres vem mostrando o fosso social entre aqueles que são cidadãos e aqueles a quem a cidadania não passa de uma realidade desconhecida.²³⁷ Será que como profissionais do social os Assistentes sociais conseguirão contribuir com a ampliação do diálogo e do conhecimento do submundo de nossas cidades? Será que poderão contribuir com educação emancipatória e crítica para melhoria da vida das pessoas que assistem de tal modo que sejam cidadãos que, além de viver numa democracia²³⁸, poderiam participar de sua construção e transformação social como sujeitos ativos? Será possível a conscientização da população oprimida para que lute por sua participação social? Será que o patrimônio teórico²³⁹ elaborado até o presente é suficiente para dar conta das relações, processos e estruturas ainda pouco estudadas ou desveladas, e para instrumentalizar a prática do Serviço Social em situações como a questão da pobreza X sustentabilidade ambiental, entre tantas outras? Será que se conseguirá apagar o ranço histórico do voluntariado²⁴⁰ que foi a marca do passado, para se fazer o enfrentamento da desigualdade social nos dias atuais?

E por último, mas sem esgotar o tema, os Assistentes Sociais, atuando ou não em equipes interprofissionais, conseguirão ter forças para que suas propostas, projetos e

mutuamente, ampliando a visão sobre uma dada realidade a ser trabalhada, evitando-se atitudes de dominação e opressão. Cf. SEVERINO, Antonio Joaquim. Subsídios para uma reflexão sobre novos caminhos da interdisciplinaridade. In. SA, Jeanete L. Martins de (org.) et al. **Serviço Social e interdisciplinaridade**: dos fundamentos filosóficos a prática interdisciplinar do ensino pesquisa e extensão. São Paulo: Cortez, 2002. p.17.

²³⁶ NETTO, José Paulo. 1999. p.97.

²³⁷ LIMA, Mário Hélio Trindade de. **Cidade de papelão**: mocós, cachangas e malocas. Vitória: EDUFES, 1998. p.34.

²³⁸ Para o autor, o fato de participar leva o cidadão a tomar posse, assim se desvelam as situações opressivas, e mais do que isto, se descobre o que fazer para se obter mudança. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Em campo aberto**: escritos sobre a educação e cultura popular. São Paulo: Cortez, 1995. p. 82.

²³⁹ PEREIRA, Potyara A. P. Questão Social, Serviço Social e direitos de cidadania. In. **Temporalis/ABEPSS. Ano 2, n.3**. Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001. p. 61.

²⁴⁰ PEREZ, Clotilde e JUNQUEIRA, Luciano Prates (org). **Voluntariado** e a gestão das políticas sociais. São Paulo: Futura, 2002. p.49.

ações profissionais sejam comprometidos com o enfrentamento da pobreza ²⁴¹ tendo em vista o aprofundamento da crise atual ?

Será que os Assistentes Sociais conseguirão penetrar na cultura do silêncio e favorecer o despertar do que foi reprimido pela consciência dominada das pessoas e juntos, profissionais e usuários, buscarem uma visão de mundo que rompa com este círculo vicioso de opressão, construindo-se estratégias de luta que permita o empoderamento, o protagonismo? Esta luta pelos direitos sociais será melhor trabalhada a seguir.

2.3 Serviço Social e cidadania : a luta pelos direitos sociais

Cidadania remete ao conceito de cidadão, sendo que cidadão remete a cidade (do latim *civitas*), portanto o termo cidadania tem uma dinâmica, que varia de acordo com o tempo, o lugar e a realidade socioeconômica. Nos dias atuais, se usa este termo para expressar a reivindicação de direitos, assim como denunciar agressões e protestar contra abusos de qualquer natureza. Ser cidadão ²⁴² hoje, é poder exercer direitos civis, políticos e sociais, numa construção que se dá via participação social.

Sposati ²⁴³, baseando-se em Marschall, define a cidadania como um *status* concedido aos membros integrais de uma comunidade, o que envolve uma relação de reciprocidade entre cidadãos e Estado, compondo-se num conjunto de direitos positivos

²⁴¹ CHOSSUDOVSKY, Michel. **A globalização da Pobreza**: Impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial. Tradução de Marylene Pinto Michael. São Paulo: Moderna, 1999. p. 180.

²⁴² Para o autor, cidadania se refere a direitos fundamentais do homem e "São direitos históricos porque nascidos em certas circunstâncias, caracterizadas por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes, e nascidos de modo gradual, não todos de uma vez e nem de uma vez por todas. O problema - sobre o qual, ao que parece, os filósofos são convocados a dar seu parecer - do fundamento, até mesmo do fundamento irresistível, inquestionável, dos direitos do homem é um problema mal formulado: a liberdade religiosa é um efeito das guerras de religião; as liberdades civis, da luta dos parlamentos contra os soberanos absolutos; a liberdade política e as liberdades sociais, do nascimento, crescimento e amadurecimento do movimento dos trabalhadores assalariados, dos camponeses com pouca ou nenhuma terra, dos pobres que exigem dos poderes públicos não só o reconhecimento da liberdade pessoal e das liberdades negativas, mas também a proteção do trabalho contra o desemprego, os primeiros rudimentos de instrução contra o analfabetismo, depois a assistência para a invalidez e a velhice, todas elas carecimentos que os ricos proprietários podiam satisfazer por si mesmos". Cf. Norberto Bobbio. **A Era dos direitos**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2004. p. 5 e 6.

²⁴³ SPOSATI, Aldaíza. FALCÃO, Maria do Carmo; TEIXEIRA, Sonia M.Fleury. **Os direitos (dos desassistidos) sociais**. São Paulo: Cortez, 1989. p. 43.

que podem ser desagregados nos elementos civis, políticos e sociais, visto que as medidas de proteção social implementadas pelo estado através de políticas sociais podem não ter o mesmo significado político e jurídico no que se refere ao exercício de direitos sociais, condição inerente à cidadania.

Arruda ²⁴⁴ por sua vez, afirma que para se pensar em construir um país cidadão, é preciso criar consciência de cidadania, de direitos e deveres, já que ser cidadão implica um conjunto de direitos: direito à vida, liberdade, propriedade, igualdade. Ora, cidadania compreende a liberdade, o direito à vida digna, a proteção à pessoa e a participação política nas atividades de governo. Em outras palavras, implica ser protagonista da história, construindo a democracia, pois a cidadania é a competência humana de se fazer sujeito, de construir sua própria história de forma coletiva e organizada, que só acontece se, de fato, houver mobilização social e luta para se obter as transformações coletivas. Assim, pode-se afirmar que não ter cidadania é estar marginalizado, excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade na coletividade.

Segundo Castro²⁴⁵, a Constituição, lei maior de um país, é peça institucional fundamental para a democracia e, conseqüentemente para a cidadania, visto que cabe a ela limitar o poder, harmonizar a relação entre liberdade e autoridade, além de afirmar os objetivos fundamentais da República como, por exemplo, construir uma sociedade livre, justa e solidária, garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais, promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação ²⁴⁶. É interessante registrar aqui que este autor faz essa afirmação no contexto de uma reflexão teológica sobre o exercício da fé religiosa como fé cidadã, estabelecendo um vínculo entre fé e vivência política.

²⁴⁴ ARRUDA, Marcelo Della Justina. **Educação escolar para a cidadania**. Dissertação de Mestrado. São Leopoldo: EST, 2007. p. 27-37.

²⁴⁵ CASTRO, Clóvis P. de. **Por uma fé cidadã: a dimensão pública da Igreja, fundamentos para uma Pastoral da Cidadania**. São Paulo: Edições Loyola, 2000. p. 30-32.

²⁴⁶ O autor fala do período histórico chamado Nova República, em que foi gestada a Constituição de 1988, considerada Constituição Cidadã, por seus avanços para a democracia, além caráter político do movimento que se instituiu para a construção de uma carta Magna que garantisse o exercício cotidiano da cidadania, mesmo sendo acusada de corporativista, a mesma consegue incorporar compromisso com o direito à vida, justiça e igualdade social, como, por exemplo, seu art. 3º e 5º dos Direitos Fundamentais, que visam à construção de uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem estar de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação Cf. CASTRO, Clóvis P. 2000. p.27 e 33.

O cidadão é alguém portador de direitos, mas precisa ter consciência de suas responsabilidades, inclusive na construção destes direitos, como também de deveres, enquanto parte integrante da coletividade, nação e Estado. Cidadania supõe que todas as pessoas devam dar sua parcela de contribuição para um bom funcionamento do coletivo, com justiça social.

Como se vê, cidadania não surge do nada como um toque de mágica, pois para que se garantam direitos, é preciso que o cidadão participe, seja ativo, faça valer os seus direitos. Por isso mesmo a participação é entendida como uma ação estrutural num contínuo movimento dialético, que vai das ações das organizações populares e seu poder de pressionar o governo, até a construção de uma nova hegemonia²⁴⁷. A cidadania se constrói coletivamente e de forma organizada. Construir cidadania é também construir novas relações e consciências, já que para essa construção é preciso convivência social e pública, pois é nesse convívio diário que se exercita a cidadania nas relações que são estabelecidas com os outros, com a coisa pública e o próprio meio ambiente. É importante aqui lembrar da importância da resiliência neste processo de luta. Hoje já se sabe que o ser humano, mesmo vivendo em situação de risco social, atingido pela pobreza ou por outras tantas situações de sofrimento, tem a capacidade de superação, de se desenvolver²⁴⁸.

A cidadania deve levar em conta a solidariedade, a democracia, os direitos humanos, a ecologia, a ética. Como processo coletivo é tarefa que jamais termina, pois é o que sempre se busca, além da tomada de consciência dos direitos, que se dá na luta pelos mesmos. Ora, a luta por cidadania é tão antiga quanto a história do surgimento do Estado ou governo, visto que pode ser encontrada desde o profetismo hebreu, passando por Aristóteles e Platão, na Grécia antiga, pelo Senado da velha Roma, até os dias atuais em que ações humanas se consolidam em prol de uma sociedade mais igualitária e feliz. Cidadania significa, portanto, construir novas relações e consciências, numa busca permanente de convivência com os outros, com a coisa pública e o próprio meio ambiente em termos justos e equilibrados.

²⁴⁷ FALEIROS, Vicente de Paula. **O que é Política Social**. São Paulo: Brasiliense, 1991. p. 79.

²⁴⁸ SOUZA, Marli Olina de. **Tecendo redes sociais de solidariedade e formando multiplicadores: descobrindo competências através da resiliência**. Dissertação de Mestrado Profissionalizante. Orientação STRECK, Valburga S. São Leopoldo: EST, 2007. p. 48.

A história da cidadania está ligada à história das lutas pelos direitos humanos²⁴⁹, e acaba por ser um referencial de conquista para a humanidade, inspirando os que lutam por mais direitos, maior liberdade, melhores garantias individuais e coletivas, e não se curvam frente às dominações, oferta de privilégios, de opressão e de injustiças.²⁵⁰ A cidadania, portanto, é uma construção, uma conquista no sentido de levar a ampliação dos direitos, de se fazer ouvir enquanto cidadão. Faz parte desta história a superação da visão teocrática do Estado e da relação subserviente entre dominadores e dominados, como destacado por Marilena Chauí²⁵¹.

A cidadania deve ser perpassada por temáticas como a solidariedade, a democracia, os direitos humanos, a ecologia, a ética. Segundo Schaper²⁵², a utopia moderna em crise vem trazendo também o totalitarismo como o fundamentalismo, que é cada vez mais aprofundado com a fome, miséria, guerras, a falta de liberdade, a existência de dominador versus autonomia e emancipação. Assim, trata-se de uma crise em termos éticos, em que uma sociedade cada vez mais exalta o desejo de busca da felicidade pessoal, sem o ideal do sacrifício, advindo então um esvaziamento da noção de dever e de uma moral sem obrigações nem sanções.

Nesse mesmo sentido, se reafirma ainda a importância da cidadania como universalização de direitos, e também como um ideal de sociedade emancipadora, ressaltando o pensamento de Boaventura Santos²⁵³, para quem um único modelo de

²⁴⁹ O autor cita o pensamento da filósofa e pensadora política Hannah Arendt que trata da questão da dominação, do totalitarismo, como oposição a construção cotidiana do exercício da cidadania, muitas vezes pelo terror. Mostra seu trabalho sobre o conceito de amor em Santo Agostinho em que reflete sobre três atividades mentais fundamentais: o pensar, o querer e o julgar. Cf. CASTRO, Clóvis P. 2000.p.27 e 33-39.

²⁵⁰ O autor, tratando de cidadania, coloca a questão de matriz mítico-teocrática da política brasileira, que se reflete na constituição da esfera pública. Menciona ainda a filósofa Marilena Chauí, que em seu livro **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**, fala da fragilidade do processo democrático brasileiro, recorrendo à noção de mito fundador aplicando ao populismo, dos dominantes e o messianismo dos dominados. Por aí se pode notar como se mantém uma forte subordinação ao passado, ao poder teocrático, já que Deus é fonte e origem do poder político. Nosso governante seria nesta ótica o representante de Deus na terra. E assim seria concretizado o plano divino, de providência em todas as esferas do humano. Nesta visão política, o processo eleitoral deixa de ser um ato de soberania popular, pois representa a vontade de Deus, numa relação entre governantes e governados que se pauta pela prática de doação de favores e clientelismo. Assim o populismo ganha força impedindo a formação de uma consciência cidadã, além de impedir também o surgimento de instituições democráticas, num enxugamento do Estado e ampliação do espaço privado, como queria o neoliberalismo. Cf. CASTRO, Clóvis P. de. 2000. p.57 -63.

²⁵¹ Marilena. **Brasil. Mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.p.80.

²⁴⁵ Em seu artigo, o autor coloca a importância da liberdade, da participação de todos numa construção coletiva que é a cidadania, utilizando a linguagem simbólica do muro que separa uma cidade do resto do mundo, deixando o povo ansiando por se conectar ao mundo, por participar. Cf. SCHAPER, Valério. G. **O muro**. São Leopoldo: EST, 2006.

²⁵³ SANTOS, Boaventura Souza. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez. 2003.

sociedade deve ser repensado, visto que é preciso viabilizar a cidadania, enquanto exercício de liberdade e da política, num espaço público tomado por relações hierarquizadas.

Também a Teologia da Libertação, segundo Sinner²⁵⁴, faz sua opção preferencial pelos pobres, articulando a voz profética contra a opressão econômica e política em sua luta por cidadania. Ela se torna importante para a ação social e política, como fator que mobiliza para uma solidariedade ativa, no sentido de que os oprimidos lutem pelos seus direitos, tornando-os concretos. Entra aqui a dimensão da educação popular ensinada por Paulo Freire e pelas CEBs- Comunidades Eclesiais de Base. Pode-se mesmo afirmar que a Teologia da Libertação não teria a repercussão que teve nos anos de 1970 a 1990 sem esse vínculo estreito com a pedagogia e a educação popular. Vê-se também, aqui, a importância da Igreja como força decisiva no fortalecimento dos movimentos de base, contribuindo com o fortalecimento da sociedade civil nas suas buscas pela ampliação da cidadania.

Já a Teologia Feminista defende o desenvolvimento da potencialidade das mulheres e sua libertação da opressão para alcançar uma nova integralidade psíquica, onde haja justiça social e se rompa cadeias da socialização sexista²⁵⁵.

Voltando à noção de cidadania, Demo²⁵⁶ entende que cidadania é a essência da democracia, é a competência humana de fazer-se sujeito de individualidade para fazer história própria e coletivamente organizada. Assim, cidadania é a qualidade social de uma coletividade organizada a partir de direitos e deveres, requerendo um Estado de Direito que reconheça a igualdade de todos perante a lei. Só assim acontece a cidadania emancipada, com a eliminação da miséria política e da pobreza material, visto a cidadania fortalecer sujeitos emancipados, competentes, que lutam pelo coletivo e tendo consciência crítica, contrapondo-se à cidadania assistida e tutelada, que pressupõe pouca consciência de direitos, e aderência ao modelo clientelista e populista referido acima²⁵⁷.

²⁵⁴ SINNER, Rudolf von. **Da teologia da Libertação para uma teologia da cidadania como teologia pública**. 2007. Disponível em <http://www.cetela.com.br/teologia> da libertação-teologia publica. Rudolf von sinner.pdf.

²⁵⁵ KEELING, Michael. **Fundamentos da Ética Cristã**. São Paulo: ASTE, 2020. p.35.

²⁵⁶ DEMO, Pedro. **Cidadania Tutelada e Cidadania Assistida**. Campinas,: Autores Associados, 1995, p.38.

²⁵⁷. O autor se referindo a necessidade de educação para a cidadania, mostra a necessidade de iniciativas para o enfrentamento a pobreza política da população, com a construção de uma cidadania organizada, em que se tenha um Estado com qualidade política, garantidor de serviços públicos adequados e onde a

Para Castro²⁵⁸, no que se refere à formação de cidadãos, é preciso uma educação para a cidadania, ou educação política, que acontece quando as pessoas se envolvem em movimentos de participação popular, construindo uma cidadania ativa, conquistada no cotidiano, extra muros da sala de aula, no exercício do poder local, e democrático que legitima a cidadania.

Neste contexto de se forjar cidadãos, via educação, insere-se o Serviço Social, que, segundo Almeida²⁵⁹, tem a missão da transformação do social, como seu campo de atuação concreto. Neste campo de atuação junto ao sujeito, trabalha-se a partir da orientação, das relações interpessoais estabelecidas para a mudança, que extrapola a atuação com indivíduos e de resolução de conflito²⁶⁰. Um objetivo maior e de longo prazo é, portanto, a construção de um projeto de Brasil no qual a miséria e a democracia não sejam uma rima possível²⁶¹.

No Serviço Social, trabalha-se a partir da participação popular²⁶², pois é esta participação que fortalece o povo, que pode lutar pela ampliação de seus direitos de cidadão, através da introdução de políticas sociais adequadas para o enfrentamento da questão social, repelindo políticas calcadas no modelo assistencial. Pelo exposto acima, sabe-se que esse modelo consagra formas populistas de relação de benevolência ao atender as necessidades das classes subalternizadas, num modelo de cidadania invertida, pois para ter suas necessidades atendidas, precisa provar exclusão social²⁶³.

O Assistente Social atua na elaboração e implementação de estratégias para o enfrentamento da questão social em suas múltiplas manifestações, direcionando suas atividades para a proposição e efetivação das políticas sociais nas esferas públicas e empresariais, nas organizações da sociedade civil e nos movimentos sociais. Assim, ele

população possa participar desta construção coletiva. Cf. DEMO, Pedro. **Política Social, Educação e Cidadania**. São Paulo: Papyrus, 1996. p. 37.

²⁵⁸ CASTRO, Clóvis P. de. 2000. p.125.

²⁵⁹ ALMEIDA, Anna Augusta de. **Possibilidade e limites da Teoria do Serviço Social**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989. p. 31.

²⁶⁰ CORREIA, Maria Alice. **O assistente social e o manejo do conflito**. Rio de Janeiro: PUC, 1975. p. 35.

²⁶¹ MENEZES, Maria Thereza C.G.de. **Em busca da teoria: Políticas de Assistência pública**. São Paulo: Cortez: 1989. p. 91.

²⁶² SPOSATI, Aldaíza. FALCÃO, Maria do Carmo. **A Assistência social brasileira: descentralização e municipalização**. São Paulo: EDUC, 1990. p. 74.

²⁶³ SPOSATI, Aldaíza. et. al.. **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise**. São Paulo: Cortez, 1989. p. 29.

contribui para a melhoria das condições de vida e trabalho da população em geral, tendo um importante papel na mudança social ²⁶⁴ .

O Assistente Social é, pois, um profissional com formação multidisciplinar, crítica, pluralista e em sintonia com as rápidas mudanças da sociedade contemporânea, destacando-se ainda o seu compromisso com a democratização das relações sociais e com a promoção do exercício pleno da cidadania.

Desta forma, a formação em Serviço Social possibilita ao profissional avaliar a eficiência e a eficácia das políticas públicas ofertadas nas três esferas de governo, garantindo que os programas por elas propostos tenham o alcance previsto e permitam o acesso a todo e qualquer cidadão. Assim, o Assistente Social atua no âmbito da gestão de benefícios, serviços e equipamentos sociais, onde realiza estudos sócio-econômicos, planeja, executa e avalia pesquisas que contribua para a análise da realidade social e para subsidiar ações específicas. Também assessora os movimentos sociais no que se relaciona às políticas, ao exercício e à defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade.

Portanto, o Assistente Social é um profissional que tem uma prática política²⁶⁵ com interpretação dialética a partir do conteúdo de classes sociais. Este profissional atua na perspectiva da garantia dos direitos da cidadania, do aprofundamento da democracia, da equidade e da justiça social, sendo o profissional que pode trabalhar na dimensão de reafirmar a importância da cidadania como universalização de direitos, logicamente com a participação dos sujeitos, tendo em vista que para se alcançar o ideal de sociedade emancipadora.

No dizer de Covre²⁶⁶, é preciso ter em conta o pressuposto básico para a existência da cidadania, que é a ação dos sujeitos e sua luta por seus direitos, pois só trazendo o cotidiano para o político, permitiremos sua transformação histórica.

²⁶⁴ CBCISS. **Suplemento de Debates Sociais nº 5**. Documento de Teresópolis. Rio de Janeiro, 1971. p. 21.

²⁶⁵ MACÊDO, Myrtes de Aguiar. **Reconceituação do Serviço Social**: formulações diagnósticas. São Paulo: Cortez, 1982. p. 97.

²⁶⁶ COVRE, Maria de Lourdes M. **O que é cidadania**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1999. p. 73.

2.4 Serviço Social e participação

O Serviço Social é uma profissão que se dá na relação usuário-profissional. Ele busca a mobilização das pessoas – grupos - coletividade para que rompam seu individualismo, sua acomodação, e participem da construção de uma sociedade mais justa, com direitos sociais para seus cidadãos que, assim, cumprirão seus deveres sociais. Portanto, orientar e mobilizar são atividades inerentes à prática do Serviço Social e guardam em si um componente de autonomia do profissional ²⁶⁷, que busca trabalhar a transformação social, através da interação humana de singularidade do indivíduo ou grupo que se enriquece através dessas ações, com a intencionalidade da transformação²⁶⁸.

Doimo ²⁶⁹, tendo em vista a visão conformista e fatalista, que leva à inatividade, coloca a importância de se motivar as pessoas para se obter a participação social e política, que visa a resolução dos problemas e o caminhar rumo à construção de uma sociedade com mais justiça social, em que haja a construção coletiva ²⁷⁰ no Estado e na sociedade civil de um novo sistema de organização e gestão, que consiga superar a preocupação com acumulação do capital e busca de lucro, e possa influir no processo de equidade social, trabalho que não é fácil.

Dificultando ainda mais a ação do Serviço Social, observa-se a renovação do setor filantrópico, que assume identidade de responsabilidade social, terceiro setor, enfim, voluntariado, que tem assumido parceria com o governo para o trato da questão social e execução da política social que, tem sido efetivada nos moldes de concessão por contrato, serviços sem fins lucrativos. Isso vem dificultando a transparência e o controle social pela população, num processo de precarização do trabalho do profissional.

Nesta personificação da cultura tecnocrática impenetrável, a população beneficiária se vê impossibilitada de exercer coletivamente seu protagonismo, sua cidadania e de ter efetivado seus direitos sociais, visto que as pessoas encontram

²⁶⁷ SOUZA, Maria Luiza de. **Questões teórico-práticas do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1979. p. 61.

²⁶⁸ NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós- 64**. São Paulo: Cortez, 2005. p. 242.

²⁶⁹ DOIMO, Ana Maria. **Movimento Social Urbano, Igreja e Participação Popular: Movimento de transporte coletivo de Vila Velha, Espírito Santo**. Petrópolis: Vozes, 1984. p.36.

²⁷⁰ MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a filantropia e a Assistência social**. São Paulo: Cortez, 2001. p. 296.

sentimento de segurança, ao participar de grupos, pelo fato do ser humano ser um ser social ²⁷¹. Daí os Assistentes Sociais podem buscar esta participação, este rompimento do isolamento social, e motivar a população usuária para que se efetive o engajamento social.

Para Faleiros²⁷², foi a busca pela contemporaneidade e pela transformação social, que levou a profissão a posicionar-se de acordo com os interesses das classes subalternas criando, assim, vínculos com movimentos sociais e com uma população sem voz e sem vez no contexto elitista e autoritário do poder de nossa sociedade capitalista, superando o trabalho de ajustamento²⁷³ e de adaptação do indivíduo ou grupo ao meio, modelo de ação transportado do norte desenvolvido, para esta realidade de país periférico.

Para ocorrer tal transformação, no entender de Souza ²⁷⁴, necessita-se da conscientização das pessoas, o que envolve um processo pedagógico crítico, visto que é na prática reflexiva que o processo de conscientização desencadeia a participação social. Hillman²⁷⁵ alega que participação é em parte questão de hábito, em parte questão de aptidão, em que pode estar embutida uma série de motivações, entre elas a de liderar. Mas deve-se ter em mente que ela não se processa automaticamente, daí a necessidade de ser estimulada, planejada.

A práxis, que é o processo de recriar a teoria retomando a prática, transcendendo-a, num processo dialético transformador da realidade, em todos os níveis da sociedade, pressupõe a participação consciente e crítica dos seres humanos, das pessoas, dando-se assim a participação-libertação que leva à transformação da sociedade ²⁷⁶, que é o objetivo da prática do serviço social na sociedade capitalista.

Para Dias²⁷⁷, a participação é um processo essencialmente educativo, iniciado pela problematização do fato e a conscientização do mesmo para a necessidade de ser

²⁷¹ CENTRO BRASILEIRO DE COOPERAÇÃO E INTERCÂMBIO DE SERVIÇOS SOCIAIS/ CBCISS. **Suplemento social nº 6**. O ensino da dinâmica de grupo a Assistentes sociais de grupo. Rio de Janeiro, 1972. p 13.

²⁷² FALEIROS, Vicente de Paula. **Metodologia e Ideologia do Trabalho Social**. São Paulo: Cortez, 1983. p.118.

²⁷³ LIMA, Boris Alex. **Contribuição à metodologia do Serviço Social**. Belo Horizonte: Interlivros, 1976.p.73.

²⁷⁴ SOUZA, Maria Luiza de. Reflexões sobre o Agir do Assistente Social. In **Revista Serviço Social e Sociedade nº 8**. São Paulo: Cortez, 1982.p 90.

²⁷⁵ HILLMAM, Arthur. **Organização da comunidade e planejamento**.Rio de Janeiro: Agir, 1974.p.190

²⁷⁶ CORRIGAN, PAUL .LEONARD, Peter. **Prática do Serviço Social no capitalismo: uma abordagem marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.p.145

²⁷⁷ DIAS, Rosinha Borges .Algumas considerações sobre o processo de participação. In **Revista Serviço Social e Sociedade nº4**. São . São Paulo: Cortez, 1980.p 75-78.

mudado, para aí sim, se buscar a solução. Palma²⁷⁸ reitera o que é colocado por Paulo Freire, em sua *Pedagogia Libertadora*, de que é por meio do processo educativo que as pessoas assumem a responsabilidade pela solução de seus problemas. Neste sentido, o assistente social tem força de mudança, na medida em que acresce e apóia a mudança impulsionada pela base. Portanto, não é o assistente social que faz a mudança, mas é a própria população organizada para isso, enquanto ao assistente social voltado para a mudança cabe apoiar este processo de base. Isto é também reiterado por Brandão²⁷⁹, quando coloca a educação como critério para uma vida democrática e emancipatória baseada no criticismo e não conformismo.

A participação é caracterizada pelo fato das pessoas tomarem parte na produção, gestão e usufruto, visto que as pessoas só se mobilizam para participar de um trabalho social, se o considerarem vivo, real no seu dia a dia, na sua vida. Isso significa que, para se iniciar um processo participativo é preciso mobilizar as pessoas, o que pressupõe técnicos preparados para esta tarefa da participação, como exercício da democracia, sendo semente de organização e fator de capacitação das pessoas, tendo em vista que a participação permeia todos os meandros da vida da sociedade civil, aparelhos do Estado e vida cotidiana.

No entender de Sposati²⁸⁰, o Serviço Social trabalha buscando a participação popular, que compreende a participação como algo a ser promovido, e assim busca captar, facilitar, instrumentalizar, dinamizar, maximizar esta participação popular, o que é opressor na medida em que confere ao profissional o poder de levar a efeito, a partir de sua visão de mundo, o que ele entende como melhor para seu usuário²⁸¹.

É importante também o papel da coletividade em que se está inserido. Torres²⁸² afirma que a pressão positiva que os grupos exercem sobre seus membros,

²⁷⁸ PALMA, Diego. **A prática política dos profissionais**: o caso do Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1986. p.131.

²⁷⁹ BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Em campo aberto**: Escritos sobre a educação e a cultura popular. São Paulo: Cortez, 1995. p. 82.

²⁸⁰ SPOSATI, ALDAÍZA de Oliveira. A participação e o pôr-se em movimento. In. **Revista Serviço Social e Sociedade n°9**. São Paulo: Cortez, 1982. p 43.

²⁸¹ Para a autora, a participação foi burocratizada, alienada, e isso ocorreu desde a Lei dos Pobres de 1834 na Inglaterra, em que se concedia auxílio-pobreza dentro das work-houses, utilizando-se critérios e inquéritos para isto até os dias atuais em que o Serviço Social precise responder a lógica do mundo capitalista, e utiliza-se de uma burocratização e concentração de informações, portanto é preciso a conscientização da população oprimida para lutar pela participação. Cf. KARSCH, Ursula M.Simon. Burocracia e participação. In. **Revista Serviço Social e Sociedade n°9**. São Paulo: Cortez, 1982. p 70.

²⁸² TÔRRES, Zélia. **A humanização do trabalho com grupos**. Belo Horizonte: Arte Escrita, 1990. p.68

motivando-os a compartilhar, a participar, a se envolver no processo de mudança, é importante para o processo de mobilização social e transformação da realidade ²⁸³.

A participação ²⁸⁴ que leva ao controle social, à luta pela manutenção do caráter universal das políticas sociais pela população, pode levar a quebrar a lógica de fragmentação hoje existente nas demandas da população, ocultas em critérios de seleção que na verdade são excludentes. Vieira ²⁸⁵ afirma que os direitos preservam a dignidade humana e lutar por eles é exercer cidadania, possibilitar mudanças na sociedade de forma a torná-la mais justa. Bobbio, por exemplo, afirma que não há somente os direitos relativos, mas também os universais. Participação cidadã tem a ver com tais direitos.

Netto ²⁸⁶ situa o equacionamento da luta de classes, entre os que possuem os meios de produção e os que só têm a força de trabalho. Uma transformação nessa rígida composição social ocorre na sociedade somente com a vontade política das classes sociais fundamentais, com a possibilidade de ascensão do proletariado ao poder. Nesse sentido, o desenvolvimento ocorre via crises econômicas e reprodução de conflitos e tensões, numa possibilidade futura, como aponta Poletto, que afirma ²⁸⁷:

Quanto mais se concentra e domina, tanto mais gera carentes radicais que podem criar movimentos contrários, propondo a construção já possível de cada pessoa e do conjunto da humanidade, colocando o econômico a serviço do social.

Para Faleiros ²⁸⁸, o Serviço Social pode colocar-se a numa postura que conduza os profissionais ao desenvolvimento de sua capacidade crítica e política, pois capacitados, os profissionais podem se colocar a serviço dos usuários de serviços sociais de forma a possibilitar que estes se percebam como sujeitos aumentando, desta forma, seu poder frente às instituições, que se tornam menos opressoras. Mas o Assistente Social em seu processo de exercício profissional, também se vê constrangido pela

²⁸³ trata da participação d da sociedade como fundamental para o desenvolvimento local integrado e sustentável, visto que para se obter este desenvolvimento é necessário combinação de esforços exógenos e endógenos, governamentais e não- governamentais, públicos e privados, Portanto não será possível este desenvolvimento sem a participação da sociedade. Cf. **CADERNOS COMUNIDADE SOLIDÁRIA. V. 6** Documento Base. Brasília: IPEA, 1996. p.30.

²⁸⁴ SPOSATI, ALDAÍZA. FALCÃO, Maria do Carmo. **LBA**, identidade e efetividade das ações no enfrentamento da pobreza brasileira. São Paulo: EDUC, 1989. p. 45.

²⁸⁵ VIEIRA, Evaldo. **Os direitos e a Política Social**. São Paulo: Cortez, 2004. p.14.

²⁸⁶ NETTO, José Paulo. **O que é Marxismo**. São Paulo: Brasiliense, 2006. p.32.

²⁸⁷ POLETO, Ivo. A busca do Novo. In. **Cadernos do CEAS**. Salvador: Centro de Estudos e Ação Social, 2000. p. 94.

²⁸⁸ FALEIROS. Vicente de Paula. Serviço Social: questões presentes para o futuro. In. **Revista Serviço Social e Sociedade n° 50**. São Paulo: Cortez, 1996. p. 20.

globalização que vem mudando a questão do emprego, passando este pela terceirização, flexibilização e até enxugamento dos serviços, além da compressão dos salários.

Segundo Borda²⁸⁹

Ainda que estes ensaios de investigação-ação não fossem sempre coerentes e padecessem de inevitáveis erros, destacaram pautas que merecem recorrer-se e analisar-se. Geraram fracassos e altos e baixos; incompreensões e perseguições, estímulos e polemicas. Pelo mesmo convém avaliar a experiência resultante para medir o que representa dentro do processo de transformação radical que é o signo de nossa geração e também das que seguem. Porque o tratar de vincular o conhecimento e ação – teoria e prática-, como no castigo de Sísifo, é um esforço permanente e inacabado de compreensão, revisão e superação sobre uma custa sem fim, difícil e plena de tropeço. E a custa que o homem tem vindo transitando desde que o mundo é o mundo.(tradução nossa).

O Serviço Social deve buscar instrumental teórico para trabalhar no processo de conquista dos direitos sociais na dimensão colocada por Marchall, isto é, de direitos civis, direitos políticos e sociais, trabalhando numa extensão do direito, que atinja toda a sociedade, que tenha sede de pertencimento e prazer de conquistar estes direitos²⁹⁰.

Neste sentido, é importante reforçar o papel dos Movimentos Sociais, de construtor de espaços de cidadania, visto seu trabalho de organização das lutas populares²⁹¹, num reforço à luta da sociedade civil. Sobre isso, Covre²⁹² alega que o primeiro passo rumo à cidadania é aquela revolução interna, na qual o rompimento com o autoritarismo e com o consumismo começa em cada ser humano, a todo o momento, e permite o exercício no nível político, que é a construção da democracia no sentido mais amplo.

²⁸⁹ Aunque estos ensayos de investigación-acción no fuerom siempre coherentes e padecieron de inevitables errores, destacaron pautas que merecen recogerse y analizarse. Generaron fracasos y altibajos; incompreensiones y persecuciones, estímulos y polémicas. Por lo mismo conviene evaluar la experiencia resultante para medir lo que representa dentro del proceso de transformación radical que es el signo de nuestra generación y también de las que siguen. Porque el tratar de vincular el conocimiento y la acción – la teoría y la práctica-, como en el castigo de Sísifo, es un esfuerzo permanente e inacabado de comprensión, revisión y superación sobre una cuesta sin fin, difícil y llena de tropiezos .Es la cuesta que el hombre ha venido transitando desde que el mundo es mundo.Cf BORDA, Orlando. Por la práxis: el problema de como investigar la realidad para transformarla. In **Serviço Social e Sociedade n° 11**.São Paulo: Cortez, 1983, p.31.

²⁹⁰ VASCONCELOS, Eduardo M. **Estado e políticas socais no capitalismo**: uma abordagem marxista. São Paulo: Cortez, 1988.p.22.

²⁹¹ GOHN, Maria da Gloria, **Os sem-terra, ONGs e cidadania**. São Paulo,: Cortez,1997.p.29.

²⁹² COVRE, Maria de Lourdes M. **O que é cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 2001.p.74.

Em suma, trabalhando no campo das Políticas Sociais, o Serviço Social tem sua prática imbricada na luta das classes subalternas ²⁹³, tanto pelo acesso aos bens e serviços necessários a sua sobrevivência, como pela institucionalização do acesso aos mesmos, no exercício de seus direitos sociais e políticos, numa luta cotidiana por uma prática que leve a uma transformação ativa, em que se dê de fato a consolidação dos direitos de cidadania da população, e que no dizer de Frei Beto²⁹⁴, precisa contextualizar a vida, encará-la como um processo que requer uma construção cidadã, como emancipação humana.

²⁹³ MOTA, ANA Elizabete da. O pacto da Assistência: articulações entre empresas e Estado. **In Revista Serviço Social e Sociedade n° 30**. São Paulo: Cortez, 1989. p.127.

²⁹⁴ PAIVA, Beatriz A.de. et al. Fórum Social Mundial: Movimento de movimentos contra a barbárie neoliberal. **In Revista Serviço Social e Sociedade n°66**. São Paulo: Cortez, 2001. p .64.

CONCLUSÃO

Concluir um trabalho acadêmico é um ato doloroso, mas necessário. Doloroso no sentido de que se tem a sensação de que falta algo a ser dito, ou que não se conseguiu ainda atingir a profundidade das análises propostas. Mas existe um inimigo implacável: o tempo, e ele indica que é chegada a hora de finalizar.

Então aqui cabe a análise se realmente foi dado conta do desafio proposto, que é tentar re-significar a história da constituição do Serviço Social, pontuando a influência religiosa, o papel da mulher e os desafios postos à profissão nos dias atuais.

Neste estudo, foram percorridos caminhos muito interessantes que vão desde o contexto positivista, e de lá alçam para a dialética, onde são percebidas ultrapassagens, contradições, avanços. Portanto não foi um caminhar fácil: haviam muitas pedras no meio do caminho. Mas, mesmo assim, se prosseguiu.

Aqui são imputadas dificuldades também pela própria inserção da profissão e seu papel na sociedade capitalista, onde se trava a luta pela democratização dos direitos de cidadania e que tem enfrentado no cotidiano profissional o ideário do Estado mínimo, em seu caminhar para o desmonte dos direitos sociais adquiridos no bojo da luta dos trabalhadores e o fortalecimento do voluntariado.

Não foi um caminhar fácil também pela presença de um quantitativo considerável de ricas produções teóricas existentes. Apesar de o Serviço Social ser uma profissão nova, já se percebe um amadurecimento teórico/prático, visto ser uma profissão legitimada socialmente.

A abrangência do estudo também foi um fator dificultante, visto que a proposta de realizar um estudo sobre a constituição do Serviço Social deu-se por uma necessidade sentida de aprofundamento sobre a História da Profissão, como contribuição à academia, em virtude da inserção acadêmica da autora, que é professora de Introdução ao Serviço Social. Além da história da constituição da profissão, também foi buscado conhecimento sobre a questão da influência religiosa sofrida pelo Serviço Social, quando de seu surgimento e que tem repercussão até os dias atuais. Daí a necessidade de se tratar a questão da diaconia realizada pelas igrejas cristãs. Com base nisso, foi importante refletir sobre os desafios hoje postos a profissão.

Outra questão tratada nesse estudo foi o papel da mulher no Serviço Social, desde o surgimento até os dias atuais, que tem trazido questões para o conjunto da categoria, desde a valorização dos salários, até o papel desempenhado quando dentro de equipes interprofissionais.

O que se espera é ter caminhado no sentido de uma construção desses objetivos, visto que o estudo aqui proposto buscou uma re-significação de idéias diversos autores, cujos pensamentos deram conta da história do surgimento da profissão, num recorte de período histórico que remonta ao início da industrialização, ou seja, a partir do século dezoito.

O surgimento do Serviço Social no Brasil, se dá por iniciativa particular de grupos e frações de classe, que se manifestam, principalmente por intermédio da Igreja católica²⁹⁵, que recruta e forma os agentes sociais, em sua maioria mulheres, para o enfrentamento da questão social, via ação social católica, visto as terríveis condições de existência do proletariado, a ameaçado pelo liberalismo pelo comunismo. Mas também o protestantismo teve considerável papel no surgimento da profissão como foi procurado destacar ao expor as origens da diaconia eclesiásticas na Alemanha, Inglaterra, Suécia, Finlândia e Estados Unidos da América.

A origem no militantismo católico e seu imbricamento com a doutrina social da Igreja marcam profundamente o Serviço social com o humanismo e militância em entidades confessionais de atividades caridosas com vocação para servir ao próximo²⁹⁶, mas também lutando pela democratização da sociedade. Ocorre aí a adesão das mulheres que demonstram este perfil, pelo seu papel de cuidadoras, mães, tradicionalmente posto em nossa sociedade e repercutindo até os dias atuais, quando da questão da inserção das mulheres na profissão.

Quanto à questão da inserção das mulheres na profissão, atualmente percebe-se uma mudança fundamental, um afastamento da concepção inicial de noção de solidariedade, ajuda, deflagrada a partir da reconceituação da profissão e consolidada com a construção do Projeto ético político, que vem colocando em prática o que é previsto no Código de Ética dos Assistentes Sociais em seu compromisso com a luta pelos direitos sociais. Esta nova representação social vem trazendo para o Serviço Social mudanças significativas em sua construção histórica, em sua incorporação do compromisso profissional de defesa dos direito sociais .

²⁹⁵ IAMAMOTO, Marilda Villela 1985, p.129

²⁹⁶ IAMAMOTO, Marilda Villela 1985, p.239.

No Brasil a profissão surge nos anos 1930, período histórico de agravamento das questões sociais, com um governo populista e autoritário e pressão externa, no caso dos Estados Unidos, para um projeto de desenvolvimento, com perfil conservador. Nesse contexto, o Serviço Social aos poucos vai conseguindo se legitimar. Yamamoto²⁹⁷ cita o Programa da PUC de São Paulo de 1944, sobre as possibilidades da carreira para os alunos da Escola de Serviço Social:

A concepção moderna de Estado cria a cada passo iniciativas oficiais no terreno social, e daí a ampliação do campo de ação da Assistente Social junto aos poderes públicos. Também as instituições particulares já estão recorrendo aos métodos modernos de ação. Se no início a Escola de Serviço Social atraiu principalmente a atenção dos órgãos públicos, hoje já está tomando posição de destaque perante as instituições particulares. Inúmeros são os pedidos de Assistentes, mas não tem sido possível corresponder a todos, por falta de número suficiente de habilitados nas diversas funções. Sobejam motivos para afirmar que a carreira de Assistente Social tomará no Brasil, o desenvolvimento que tem tido em outros países.

Conforme a pesquisa foi apresentando, pode-se dizer que a profissão Serviço Social, hoje é uma profissão inscrita na divisão social do trabalho, polarizada por interesses de classes contrapostas, que participam também do processo social, reproduzindo e reforçando as contradições da sociedade capitalista, estando mobilizada para reforçar as condições de dominação, ao mesmo tempo em que participa das respostas às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora.

Outra questão observada na pesquisa que se pode apontar é a mudança quanto à influência religiosa, visto que no surgimento da profissão se consolida esta influência, tendo em vista que o Serviço Social surge de iniciativa das Igrejas, seja a protestante no caso de alguns países da Europa e Estados Unidos, seja a católica noutros países europeus, América Latina e Brasil, o fato é que hoje se percebe um afastamento desta origem inicial humanista e um compromisso com as políticas sociais, mas contraditoriamente, ainda existe uma pequena parcela da categoria profissional, exercendo sua prática ligada à religião, com atitudes conservadoras, mesmo que haja uma negação da situação e os profissionais apontem seu trabalho em busca do empoderamento do cidadão, ainda há focos de práticas reprodutoras que visam a manutenção do status quo.

²⁹⁷ IYAMAMOTO, Marilda Villela 1985, p.181.

Constatou-se também na pesquisa, que a influência religiosa trouxe uma grande contribuição no sentido da organização da profissão, da prática ligada à democratização e à busca dos direitos de cidadania.

Assim, ao exercer suas atividades, o Assistente Social, vinculado a organismos estatais, para-estatais ou privados, planeja, operacionaliza e viabiliza o acesso da população aos serviços sociais existentes, desenvolvendo também ações de cunho educativo, realizadas no cotidiano de sua relação com o usuário. Percebe-se como importante para o exercício profissional Assistente Social, seu conhecimento das expressões da questão social, sua busca pela participação da população na ampliação dos direitos de cidadania e acesso aos bens e serviços da sociedade, num cumprimento do seu projeto ético político profissional.

A partir da discussão do surgimento da profissão, das influências religiosas recebidas e da contribuição das mulheres, são visualizados vários desafios postos ao Serviço Social incluindo neles a pesquisa, a capacitação continuada destes protagonistas que são os assistentes sociais. Ao final se compreende que ainda se está muito longe de achar respostas, e que se deve debruçar cada vez mais sobre estes desafios, e se descobrir outros tantos, numa análise dos caminhos a trilhar nesta profissão tão desafiante.

Para concluir, a certeza de se estar no meio de um caminhar e que existem vários outros caminhos a percorrer, pontes a atravessar, mesmo entendendo como respondidas as perguntas aqui propostas, outras tantas ficaram em aberto ou de alguma forma surgiram no desenvolvimento deste estudo, daí a necessidade de mais estudos desta temática tão envolvente, que, na verdade, convida a uma retomada.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. **A dimensão pedagógica do Serviço Social**: bases histórico conceituais e expressões particulares na sucede brasileira. São Paulo: PUC. Teses de Doutorado. 2001.

AGUIAR, Antônio G. **Serviço Social e Filosofia**: Das origens a Araxá. São Paulo: Cortez, 1995.

ALAYON, Norberto. **Assistência e assistencialismo**: controle dos pobres ou erradicação da pobreza . São Paulo: Cortez, 1995.

ALMEIDA, Anna Augusta de. **Possibilidade e limites da Teoria do Serviço Social**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

ALMEIDA, Jane Soares: Mulheres na educação: missão, vocação e destino? In SAVIANI, Demerval. **O legado educacional do séc. XX no Brasil**. Campinas. São Paulo: Autores Associados, 2006.

AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1985.

ANDER-EGG, Ezequiel. **História del Trabajo Social**. Buenos Aires: Lúmen Editorial, 1994.

_____. **Introdução ao Trabalho Social**. Petrópolis: Vozes, 1995.

ANDRADE, Renato Almeida de. **O Enfrentamento da Questão Social e o Terceiro Setor**: O Serviço Social e suas Condições de Trabalho nas ONGs. Vila Velha: Univila, 2006.

ANTUNES, Ricardo. O desenho multifacetado do trabalho hoje e sua nova morfologia. **In Revista Serviço Social e Sociedade nº 69**. São Paulo: Cortez, 2002.p.115.

ARRUDA, Marcelo Della Justina. **Educação escolar para a cidadania**. Dissertação de Mestrado. São Leopoldo: EST, 2007.

AZEVEDO, Marcos Antonio Farias de. Uma breve abordagem sócio-cultural, antropológica e religiosa na pós- modernidade. In **Revista Reflexus Nº 1**. ANO 1. Vitória: Unida, 2007.p.15-23.

BARTH, Karl. **Introdução à Teologia Evangélica**. São Leopoldo: Sinodal, 1996.

BARTLET, Harriet M. **A Base do Serviço Social**. São Paulo: Pioneira, 1976.

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus,1992.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar- ética do humano- compaixão pela terra**. Petrópolis: Vozes, 2007.

BOITO JUNIOR, Armando. O golpe de 54: a burguesia contra o populismo. São Paulo: Brasiliense,1982. In **Revista Espaço acadêmico nº 39**, 2004, acesso ao site www.espacoacademico.com.br dia 24/5/2009 as 19 h.

BORDA, Orlando. Por la práxis: el problema de como investigar la realidad para transformarla. In **Serviço Social e Sociedade nº 11**. São Paulo: Cortez, 1983, p.31.

BORGES, Vavy Pacheco. **O que é História**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BONETTI, Dilsea A.(Org). et. al.. **Serviço Social e Ética: convite a uma nova práxis**. São Paulo: Cortez,2006.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Em campo aberto: escritos sobre a educação e cultura popular**. São Paulo: Cortez, 1995.

BURIOLLA, Marta A.F. **O estágio supervisionado**. São Paulo: Cortez, 2001.

CADERNOS COMUNIDADE SOLIDÁRIA. V.6 . **Documento Base**. Brasília: IPEA, 1996.

CAMARA, Helder. **Revolução dentro da Paz**. Rio de Janeiro: Sabia, 1968. In site <http://pt.wikipedia.org>. acesso em 23/05/2009 às 14h.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. **Serviço Social nas relações sociais: a questão da assistência - Conferências**. São Paulo: Cortez: ANAS, 1987.

CARVALHO, Eugenio R. **O Pan-americanismo**. IN Site www.vermelho.org.br do Pc do B acesso em 23/05/2009 às 13h .

CARVALHO, Maria do Carmo B.de. **Serviço Social: uma visão teórica**. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **Teoria da ação em debate**. São Paulo: Cortez, 1993.

CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.p.593. In PASTORINI, Alejandra. **A categoria questão social em debate**. São Paulo: Cortez, 2004. p.67.

CASTRO, Clóvis P. de . **Por uma fé cidadã: a dimensão pública da Igreja, fundamentos para uma Pastoral da Cidadania**. São Paulo: Loyola, 2000.

CASTRO, Manuel M. **História do Serviço Social na América Latina**. São Paulo: Cortez, 1993.

CBCISS. **Debates Sociais nº 4** . Ano III. Documento de Araxá. RJ: maio de 1967.

CBCISS. **Suplemento de debates sociais nº 5-** Documento de Teresópolis. Rio de Janeiro, 1971.

CBCISS. **Suplemento social nº 6**. O ensino da dinâmica de grupo a Assistentes Sociais de grupo. Rio de Janeiro, 1972.

CFESS-ABEPSS- CEAD/NED- UNB. **Capacitação em Serviço Social** o Trabalho do Assistente social e as políticas sociais. Módulo 04. Brasília, 2000.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil**. Mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CHOSSUDOVSKY, Michel. **A globalização da Pobreza**: Impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial. Tradução de Marylene Pinto Michael. São Paulo: Moderna, 1999.

COMBLIN, José. Diakonia na cidade. In: ANDRADE, Sergio. SINNER, Rudolf von. **Diaconia no contexto nordestino**: desafios, reflexões, práxis. São Leopoldo: Sinodal, CEBI. São Paulo: Paulinas, 2003, p.75-90.

CONSELHO REGIONAL DO SERVIÇO SOCIAL, 3ª REGIÃO/CE. **Direitos e Garantias**: Instrumentos Legais. Ceará, 2004.

CORREIA, Maria Alice. **O assistente social e o manejo do conflito**. Rio de Janeiro: PUC, 1975.

CORRIGAN, Paul; LEONARD, Peter. **Prática do Serviço Social no capitalismo**: uma abordagem marxista. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

COSTA, Suely Gomes. **Signos em transformação**: a dialética de uma cultura profissional. São Paulo: Cortez, 1995.

COTRIM, Gilberto. **Fundamentos da Filosofia**: ser, saber e fazer-elementos da história do pensamento ocidental. São Paulo: Saraiva, 1994.

COVRE, Maria de Lourdes M. **O que é cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

DAMATTA, Roberto da. **A casa e a rua**. Rio de Janeiro: Rocco, 1977.

DEL PRIORE, Mary. Atitudes da Igreja em face da mulher no Brasil colônia. In: MARCÍLIO, Maria Luiza (org.). **Família, mulher e sexualidade na história do Brasil**. São Paulo: Loyola, 1993, p. 172.

DEMO, Pedro. **Política Social, educação e cidadania**. São Paulo: Papirus, 1996.

_____ **Cidadania Tutelada e Cidadania Assistida**. Campinas: Autores Associados, 1995.

DIAS, José Fernandes (Org.). **Serviço Social: Intervenção na Realidade- CELATS**. Petrópolis: Vozes, 1980.

DIAS, Rosinha Borges. Algumas considerações sobre o processo de participação. In **Revista Serviço Social e Sociedade n° 4**. São Paulo: Cortez, 1980.p.75-78.

DOIMO, Ana Maria. **Movimento Social Urbano, Igreja e Participação Popular: Movimento de transporte coletivo de Vila Velha, Espírito Santo**. Petrópolis: Vozes, 1984.

ENGUITA, Mariano. Os desiguais resultados das políticas igualitárias: classe, gênero e etnia na Educação. **Revista Brasileira de Educação n° 3**. Rio de Janeiro, 1996.p.5-17.

ESTEVÃO, Ana Maria Ramos. **O que é Serviço Social**. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

EZCURRA, Marta. Conceituação do Serviço Social. **Cadernos Puc n° 6**. São Paulo: 1970.p.37-38.

FALCÃO, Maria do Carmo. NETTO, José Paulo. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. São Paulo; Cortez, 1989.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do Estado capitalista: as funções da Previdência e da Assistência sociais**. São Paulo: Cortez, 1982.

FALEIROS, Vicente de Paula. Desafios do Serviço Social na era da globalização. **Revista Serviço Social e Sociedade n° 61**. São Paulo: Cortez, 1999, p.153.

_____. Formas ideológicas da participação. In **Revista Serviço Social e Sociedade n° 9**. São Paulo: Cortez, 198, p.31.

_____. **Metodologia e Ideologia do trabalho Social**. São Paulo: Cortez, 1982.

_____. **O que é Política Social**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

_____. Serviço Social: questões presentes para o futuro. In **Revista Serviço Social e Sociedade n° 50**. São Paulo: Cortez, 1996, p.20.

FERNANDEZ, Rubens César. Privado porém público - o terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. In RICO, Elizabeth de Melo. O empresariado, a filantropia e a questão social. **Revista Serviço Social e Sociedade, n° 58**. São Paulo: Cortez, 1998, p. 31.

FERRARINI, Adriane Vieira. **Pobreza: Possibilidades de construção de políticas emancipatórias**. São Leopoldo: Oikos, 2008.

FIGUEIRÊDO, Adiel Tito de. **Diaconia ou Promoção Humana**. São Paulo: Pendão Real, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GAEDE NETO, Rodolfo. **Diaconia de Jesus: uma contribuição para a fundamentação teológica da diaconia na América Latina**. São Leopoldo: Sinodal: Centro de Estudos Bíblicos: São Paulo: Paulus, 2001.

GEORG, Sissi. **Diaconia e culto cristão**: o resgate de uma unidade. Volume 32 Série Teses e Dissertações São Leopoldo: Sinodal/ EST, 2006.

GIACOMINI, Mara Rita. HAYASCH, Maria. PINHEIRO, Susie de A. **Trabalho em favela**: o método da condvisão. São Paulo: Cortez, 1982.

GILLIGAN, CAROL. **Uma voz diferente**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1982. p. 17-19.

GOHN, Maria da Gloria, **Os sem-terra, ONGs e cidadania**. São Paulo: Cortez, 1997.

GONZALVES, Justo L. **Uma história do pensamento cristão**. Volume 2. Tradução Paulo Arantes, Vanuza Helena Freire de Mattos. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. O projeto profissional crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. In **Revista Serviço Social e Sociedade nº 91**. São Paulo: Cortez, 2007.p.9.

HARNECKER, Marta. **Os conceitos elementais do materialismo histórico**. Santiago: Sem editora. 1971.

HILL, Ricardo. **Metodologia Básica do Serviço Social**: considerações teóricas sobre a integração de métodos na América latina. São Paulo: Moraes, 1980.

HILLMAM, Arthur. **Organização da comunidade e planejamento**. Rio de Janeiro: Agir, 1974.

HOCH, Lothar Carlos: NOÉ, Sidnei Vilmar. **Comunidade Terapêutica**: cuidando do ser através de relações de ajuda. São Leopoldo: EST. Sinodal, 2003.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico – metodológica.** São Paulo: Cortez, 1983.

_____. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos.** São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** – 8. ed. – São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Trabalho e Indivíduo Social: Um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista.** São Paulo: Cortez, 2006.

JUNQUEIRA Helena Iracy. Quase duas décadas de reconceituação do Serviço Social: uma abordagem crítica. In **Revista Serviço Social e Sociedade nº 4.** São Paulo: Cortez, 1980, p.22.

KAHN, Alfred J. **O serviço social no mundo moderno.** Rio de Janeiro: Agir, 1970 .

KARSCH, Ursula M.Simon. Burocracia e participação. In **Revista Serviço Social e Sociedade nº 9.** São Paulo: Cortez, 1982.

KEELING, Michael. **Fundamentos da Ética Cristã.** São Paulo: ASTE, 2002.

KILPP, Nelson (Org). **Manual de normas para trabalhos científicos.** São Leopoldo: EST, 2006.

KISNERMAN, Natálio. **Ética para o Serviço Social.** Petrópolis: Vozes, 1976.

_____. **Sete estudos sobre Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1978.

KLIKSBURG, Bernardo.(org) **Pobreza: uma questão inadiável.** Tradução de Claudia Schilling. Brasília: ENAP,1999.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de A. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projetos e relatórios, publicações e trabalhos científicos. São Paulo: Atlas: 1992.

LIMA, Arlette Alves. **Serviço Social no Brasil**: a ideologia de uma década. São Paulo: Cortez, 1982.

LIMA, Boris Alex. **Contribuição à metodologia do Serviço Social**. Belo Horizonte: Interlivros, 1976.

LIMA, Mário Hélio Trindade de. **Cidade de papelão**: mocós, cachangas e malocas. Vitória: EDUFES, 1998.

LIMA, Rita de Lourdes. & SANTOS, Maria de Fátima de Sousa. **Gênero**: multiplicidade de representações e práticas sociais. ST 38, UFRN e UFPE, 2008. p. 1, disponível em 20/04/09 em www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/L/Lima-Santos_38.

MACÊDO, Myrtes de Aguiar. **Reconceituação do Serviço Social** : formulações diagnósticas. São Paulo: Cortez, 1982.

MARTINELLI, Maria Lúcia. Serviço Social na transição para o próximo milênio: desafios e perspectivas. In **Revista Serviço Social e Sociedade nº 57**. São Paulo: Cortez, 1998,p.136.

_____. **Modelos de ensino de Serviço Social**: uma análise crítica. São Paulo: Cortez, 1978.

_____. **Serviço Social**: identidade e alienação. São Paulo: Cortez, 2000.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MENDONÇA, Antonio Gouvêa. **O celeste porvir** : a inserção do protestantismo no Brasil. 2. ed., São Paulo : ASTE/IMS, 1995.

MENEZES, Maria Thereza C.G.de. **Em busca da teoria**: Políticas de Assistência pública. São Paulo: Cortez: 1998.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a filantropia e a Assistência social**. São Paulo: Cortez, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de S. (Org) et. al. **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2000.

MONTAÑO, Carlos. **La naturaleza del servicio social**: un ensayo sobre su genesis, su especificidad y su reproduccion. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **Terceiro Setor e Questão Social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

MOTA, Ana Elizabete da. O pacto da Assistência: articulações entre empresas e Estado. **Revista Serviço Social e Sociedade n° 30**. São Paulo: Cortez, 1989. p. 31.

_____. **O feitiço da ajuda**: as determinações do Serviço Social na Empresa. São Paulo: Cortez, 1998.

MUELLER. Enio R. **Teologia Cristã** : em poucas palavras. São Paulo: Teológica; São Leopoldo, RS: Escola Superior de Teologia, 2005.

MUSTAFÀ, Maria Alexandra M.(Org). **Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Ética**. Coletânea de Códigos de Ética Profissional do Assistente Social/GEPE. Recife: CTC, 2003.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1996.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós- 64. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **O que é Marxismo**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

_____. **A construção do projeto Ético-Político do Serviço Social frente à crise contemporânea**. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1: Crise contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Brasília: CEAD, 1999.

NICHOLDS, Elizabeth. **Noções Básicas de Serviço Social de casos**. Tradução Maria Vitória Lessa Lacerda. Rio de Janeiro: Agir, 1969.

PALMA, Diego. **A prática política dos profissionais**: o caso do Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1986.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria questão social em debate**. São Paulo: Cortez, 2004.

PAIVA, Beatriz A.de. et al. Fórum Social Mundial: Movimento de movimentos contra a barbárie neoliberal. In **Revista Serviço Social e Sociedade nº 66**. São Paulo: Cortez, 2001, p.64.

PAVÃO, Ana Maria B. **O princípio da autodeterminação no Serviço Social**: Visão fenomenológica. São Paulo: Cortez, 1984.

PEREIRA, Potyara A .P. Questão Social, Serviço Social e direitos de cidadania. In **Temporalis /ABEPSS**. Ano 2, nº.3. Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001, p.53.

PERLMAN, HELEN. **Que é o Assistente Social?** tradução Margarida Pizante. São Paulo: Moraes. 1981.

PEREZ, Clotilde e JUNQUEIRA, Luciano Prates (org.). **Voluntariado e a gestão das políticas sociais**. São Paulo: Futura, 2002.

PIEDRA, Arturo. **Evangelização Protestante na América Latina**: Análise das razões que justificaram e promoveram a expansão protestante, vol. 2. São Leopoldo: Sinodal: Equador: CLAI, 2008.

PLETSCH .Rosane. **Diaconia Feminista**: uma ressignificação do conceito de servir. Mestrado em Teologia. São Leopoldo: EST, 2001.

PLETSCH .Rosane. **Da caridade Cristã a Assistência social** - contribuições da Teologia e do Feminismo à Cidadania. Tese de Doutorado em Teologia. São Leopoldo. EST, 2004.

POLETTI, Ivo. A busca do Novo. In **Cadernos do CEAS**. Salvador: Centro de Estudos e Ação Social, 2000, p.94.

RAIZER, Eugênia Célia. Ética como objeto de pesquisa. In BONETTI. Dilsea A. (Org.) et al. **Serviço Social e ética**: convite a uma nova práxis. São Paulo: Cortez, 2006. p.149.

RICO, Elizabeth de Melo. O empresariado, a filantropia e a questão social. In **Serviço Social e Sociedade n° 58**, São Paulo: Cortez, 1998.

ROSANVALLON, Pierre. **crise do Estado-providencia**. Goiânia: EFG, 1997.

ROSSI, Luiz Alexandre Solano. **Jesus vai ao MC Donald's** : Teologia e sociedade de consumo. São Paulo: Fonte Editorial Ltda, 2008 .

SANTIAGO, Jaqueline Muricy. **A prática profissional do Assistente Social no acompanhamento das famílias das crianças do Abrigo Casa Viva**- Monografia apresentada na Pós-graduação em Políticas Sociais da Faculdade Univila, orientação: Maria da Penha Almeida Fehlberg. Vila Velha: Univila, 2007, p. 62.

SANTOS, Boaventura Souza. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo:Cortez. 2003.

SANTOS, Vera Núbia. Terceiro Setor no Serviço Social Brasileiro: aproximações ao debate. In **Revista Serviço Social e Sociedade n° 91**. São Paulo: Cortez, 2007.p.126.

SCHOTTROFF, Luise. Silvia Schroer e Marie-Theres Wacker. **Exegese Feminista:** resultados de pesquisas bíblicas na perspectiva de mulheres. Tradução de Monika Ottermann. São Leopoldo: Sinodal /EST; CEBI; São Paulo:ASTE, 2008.

SERRA, Rose Mary Souza. **A prática institucionalizada do Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1983

SEVERINIO, Antonio Joaquim. Subsídios para uma reflexão sobre novos caminhos da interdisciplinaridade. In SA, Jeanete L. Martins de (org.) et al. **Serviço Social e interdisciplinaridade:** dos fundamentos filosóficos à prática interdisciplinar do ensino pesquisa e extensão. São Paulo: Cortez, 2002. p.17.

SCHAPER, Valério. G. **O muro.** São Leopoldo: EST, 2006.

SILVA, Claudia Neves da. **A presença de Postulados Tomistas na Gênese do Serviço Social.** Semina: Ciências Sociais e Humanas, Londrina, v. 24, p. 87-100, set. 2003. Disponível em: http://www.uel.br/proppg/semina/pdf/semina_24_1_21_42.pdf. Acesso em: 15 de agosto de 2007.

SILVA, Lídia Maria M. da. Odária Battini. Notas para a reconstrução da História do Serviço Social na Região Sul. In **Revista Serviço Social e Sociedade nº 95.** São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, Maria de Guadalupe. **Ideologias e Serviço Social:** reconceituação latino-americana. São Paulo: Cortez, 1982.

SILVA, Zélia Lopes da. **A domesticação dos trabalhadores nos anos 30.** São Paulo: Marco Zero, 1990 .

SIMÕES NETO, José Pedro. **Assistentes Sociais e religião:** um estudo Brasil / Inglaterra. São Paulo: Cortez, 2005.

SIMÕES, Carlos, In BONETTI, Dilséa Adeodata.ORG...[et. al.] **Serviço Social e ética**: convite a uma nova práxis. São Paulo, Cortez, 2006.

SINNER, Rudolf von. **Da teologia da Libertação para uma teologia da cidadania como teologia pública**. 2007. Disponível em <http://www.cetela.com.br/teologia> da libertação-teologia publica. rudolf von sinner.pdf.

SOUZA, Maria Luiza de. **Questões teórico-práticas do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1979.

_____. Reflexões sobre o Agir do Assistente Social. In **Revista Serviço Social e Sociedade n° 8**. São Paulo: Cortez, 1982.

SOUZA, Marli Olina de. **Tecendo redes sociais de solidariedade e formando multiplicadores**: descobrindo competências através da resiliência. Dissertação de Mestrado Profissionalizante. Orientação STRECK,. Valburga S. São Leopoldo: EST, 2007.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. **Vida Urbana e gestão da pobreza**. São Paulo: Cortez, 1988.

_____. FALCÃO, Maria do Carmo. **LBA**, identidade e efetividade das ações no enfrentamento da pobreza brasileira. São Paulo: EDUC, 1989.

_____. A participação e o pôr-se em movimento. In **Revista Serviço Social e Sociedade n° 9**. São Paulo: Cortez, 1982 .p.43.

_____. FALCÃO, Maria do Carmo. **A Assistência social brasileira**: descentralização e municipalização. São Paulo: EDUC, 1990.

_____. **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras**: uma questão em análise. São Paulo: Cortez, 1989.

SPOSATI, Aldáiza de Oliveira. TEIXEIRA, Sonia M. Fleury. **.Os direitos (dos desassistidos) sociais.** São Paulo: Cortez, 1989.

TEDESCO, Diana Rocco. **Mujeres? el sexo débil?.** Bilbao. España: Editorial Desclée de Brouwer, S/A, 2008.

SUPLICY, Marta. **De mariazinha a Maria.** Petrópolis: Vozes, 1985.

TORRES, Iraildes Caldas. **As primeiras – damas e a assistência social:** relações de gênero e poder. São Paulo: Cortez, 2002.

TORRE, Margarita De La e ZWETSCH, Roberto (Orgs). **Diaconía y solidaridad desde los pueblos indígenas.** São Leopoldo: Sinodal / EST / CETELA, 2007.

TÔRRES, Zélia. **A humanização do trabalho com grupos.** Belo Horizonte: Arte Escrita, 1990.

VASCONCELOS, Eduardo M. **Estado e políticas sociais no capitalismo:** uma abordagem marxista. São Paulo: Cortez, 1988.

VERDES-LEROUX, Jeannine. **Trabalhador social:** prática, hábitos, ethos, formas de intervenção. São Paulo: Cortez, 1986.

VIEIRA, Balbina O. **História do Serviço Social:** Contribuição para a construção de sua teoria. Rio de Janeiro: Agir, 1997.

_____. **Serviço Social:** Precursores e Pioneiros. Rio de Janeiro: Agir, 1984.

_____. **Serviço Social :** Processos e técnicas. Rio de Janeiro: Agir, 1976.

VIEIRA, Evaldo. **Os direitos e a Política Social.** São Paulo: Cortez, 2004.

VIZA, Floresta Maria Soeiro. **Reflexões sobre a evolução do Serviço Social no Espírito Santo**. Dissertação de Mestrado. Orientadora ALMEIDA, Ana Augusta de. Rio de Janeiro: PUC, 1981

WUTKE, Iraci. **Ética, cidadania e subjetividade na perspectiva das relações de gênero**. Especialização em Teologia. Orientadora STROHER, Marga Janete. São Leopoldo: EST, 2006 .

ZWETSCH, Roberto Ervino. **Missão como com- Paixão**. Por uma Teologia da Missão em perspectiva latino-americana. Tese de Doutorado em Teologia pela EST. Orientador: Dr. Rudolf von Sinner. São Leopoldo: EST, 2007.

.
YASBEK, Maria C. A escola de Serviço Social no período de 1936 a 1945. In **Caderno PUC n. 6**, Dez.1980. p. 45.

_____. **Pobreza e exclusão social**: Expressões da questão social no Brasil. Revista Temporalis. Brasília: Abepps n.3.

KLIKSBERG, Bernardo. Org. **Pobreza**: uma questão inadiável. Tradução Claudia Schilling. Brasília: ENAP,1999.

ZABATIERO, Julio P.Tavares. Renovando a leitura da Bíblia na sociedade pós moderna. In **Revista Reflexus V.2 N 2**. Vitória: Editora Unida, 2008.

ZAPATA, Laura. **La mano que acaricia la pobreza**: etnografia del voluntariado católico. Buenos Aires: Antropofagia, 2005.